

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA

**IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM
RONDÔNIA NO PERÍODO DE 2003-2010:
O CASO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE PORTO VELHO**

PORTO VELHO/RO

2012

LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM
RONDÔNIA NO PERÍODO DE 2003-2010:
O CASO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE PORTO VELHO/RO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Educação, no Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel

Linha de pesquisa: Gestão e Política Educacional

PORTO VELHO

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTÉCA CENTRAL PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

LIMA, Liana Silva de Almeida

Impactos das Políticas de Financiamento da Educação em Rondônia no período de 2003 a 2010: O caso de uma escola de ensino Médio de Porto velho/RO/ Liana Silva de Almeida Lima. Porto Velho, Rondônia, 2012. 175 f.:il.

Dissertação (Mestrado em educação). Núcleo de Ciências Humanas (NCH). Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia/RO, 2012.

Orientação: Prof.Dr. Antônio Carlos Maciel

1 – Ensino Superior 2 – Gestão e Políticas Educacionais 3 – Licenciatura em História 4 – Egresso 1 - Título

Bibliotecária Responsável:

LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
EM RONDÔNIA NO PERÍODO DE 2003-2010: O CASO DE UMA ESCOLA DE
ENSINO MÉDIO DE PORTO VELHO/RO

Dissertação Apresentada à Coordenação do
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIR

BANCA EXAMINADORA

Data da aprovação ____/____/____

Professor Dr. Antonio Carlos Maciel
Orientador e Presidente da Banca

Professora Dr^a Valéria Augusta de Medeiros Weigel
Membro Externo

Professora Dr^a Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Membro Interno

Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pelo ar que respiro, pela oportunidade de estar neste mestrado com vida e saúde com os meus familiares.

Ao meu professor e orientador Dr. Antônio Carlos Maciel, pelas orientações e compreensão durante os momentos de dificuldade oferecendo-me incentivo necessário para seguir e continuar acreditando que é possível construir coletivamente um mundo socialmente mais justo.

A minha mãe Maria de Fátima Silva Almeida de quem recebi as lições mais valiosas de vida, oferecendo-me sempre o incentivo necessário para seguir em frente não somente neste trabalho mas também em todas as conquistas de minha vida .

Ao meu pai João Moreira, *in memoriam*, por tantas vezes ter me levado à escola, pois mesmo tendo-a frequentado tão pouco, entendia que aquela atitude seria importante para mim.

Ao meu esposo Túlio Rogério, pelo carinho, amor e dedicação a mim e a nossos filhos.

Aos meus três filhos, Letícia Vitória, Tiago e Lorena Beatriz os quais tornam a minha vida repleta de alegrias e felicidades.

A meus irmãos Marcos e Samuel com quem sempre pude contar em todos os momentos, quer seja na vida profissional, acadêmica quer seja na familiar.

A minha sogra Lucila Plácido, companheira de luta, professora já aposentada, que me ajudou imensamente, ao cuidar da nossa alimentação durante esse período do mestrado.

Aos mestres Doutores com carinho especialmente a Prof^a.Dra. Tânia Brasileiro, que é um exemplo de responsabilidade, inteligência e determinação, ao Prof.Dr. Marco Antônio, que de modo especial agradeço a sua compreensão e fraternidade nos momentos de dificuldades pelos quais passei.

A todos os meus colegas do mestrado e, em especial, à LLitsia, Roberta, Angelita, Paula e ao Paulo, pela amizade e experiência compartilhadas.

À Secretaria de Estado da Educação por permitir, através do Art. 44 e 45 da Lei Complementar n. 420, de 09 de janeiro de 2008, minha Licença Remunerada para aperfeiçoamento profissional.

A todos os meus colegas de sala do Núcleo de Apoio aos Municípios (NAM) da Secretaria de Estado da Educação, valiosos profissionais e aprendizes no cotidiano educacional.

Ao amigo, Prof. José Willians Martins da Rocha, servidor público do Estado de Rondônia, que muito me ajudou com os dados matemáticos.

À Secretaria Municipal de Educação por permitir, através da Lei n. 360 de 04.09.2009, minha Licença Remunerada para aperfeiçoamento profissional.

Aos profissionais da Controladoria Geral do Estado de Rondônia pelas informações essenciais para análise deste trabalho.

Ao Tenente Cel. Marcos Rocha do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, pela sua dedicação e amor pela educação a todos os alunos e alunas do colégio.

A todos que, embora não tenham sido citados nominalmente, contribuíram para a realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

A todos os professores e professoras deste país que acreditam na possibilidade de construir uma escola pública de qualidade social e que apesar dos entraves, quer seja de ordem financeira, quer seja de ordem administrativa não desistem da sua função essencial que é a de promover um diálogo entre o ensino e a aprendizagem.

Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades. Esse é o sentido de se falar de uma educação par além do capital: educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital (Mészáros, 2008).

RESUMO

Esta pesquisa avaliou os “Impactos das Políticas Públicas de Financiamento da Educação em Rondônia, no Período de 2003-2010: O Estudo de Caso, em uma escola de Ensino Médio de Porto Velho.”, através de uma pesquisa de campo realizado na escola João Bento da Costa. A presente escolha deve-se ao fato de que a instituição citada possui a maior demanda de alunos da capital e isso requer maior volume de recursos. Nesse sentido, a avaliação dos impactos ocorreu pela identificação das políticas públicas de financiamento da Educação no Estado de Rondônia, no período compreendido entre 2003 a 2010; pela comparação da repercussão das políticas federais e estaduais de financiamento da Educação no Ensino Médio em Porto Velho na transição do FUNDEF para o FUNDEB; e, ainda, pela análise dos impactos das políticas de financiamento do Ensino Médio em Porto Velho realizada na escola João Bento da Costa. Para tanto, utilizou-se das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Referentemente à opção da metodologia realizou-se levantamento de dados quantitativos e qualitativos, para construção do diagnóstico. Apresentou-se como resultados: análise do período compreendido entre 2003 a 2010, quando se observa que não houve impacto significativo na construção de escolas e de salas de aula com recursos do FUNDEB, pois grande parte dessa verba foi destinada à folha de pagamento de pessoal. No entanto observou-se que, mesmo que o repasse do FUNDEB tenha aumentado em 143,60% em Rondônia, no período de 2003 a 2010, houve impacto negativo na contratação de professores com um percentual negativo de 23,47%. No entanto, observou-se que houve impacto positivo das políticas públicas educacionais no que se refere à parte física da escola, embora as taxas de reprovação não tenham saído do percentual de 20%, assim como a taxa de abandono oscilou entre 6 a 12%.

Palavras chave: Políticas públicas. Financiamento da Educação. FUNDEF. FUNDEB. Ensino Médio.

ABSTRACT

This research evaluated the “Impact on the Public Policies of Education Funding in Rondônia, from 2003 to 2010: The Case Study, at a High School in Porto Velho”, through a field research at school João Bento da Costa. The selection of this school is due to a largest quantity of students in the city and because of that it requires more resources. Accordingly, evaluation of the impacts occurred by identifying of the public policy of Education funding in the State of Rondônia in the period of 2003 to 2010; by comparing the impact of federal policies and state funding in the Education at High School in Porto Velho in the changing from FUNDEF to FUNDEB; and also by analyzing the impacts on funding policy of High School in Porto Velho carried out at João Bento da Costa school. For this purpose, we used the bibliographic, documental and field researches. Regarding the decision of the methodology, a research of quantitative and qualitative data was conducted for construction of the diagnosis. The result demonstrated was: analysis from period 2003 to 2010, when it is observed that there was no significant impact on the construction of schools and classrooms with the funds from FUNDEB, because much of this money was intended for HR payroll. However, we observed that, even though the transfer of FUNDEB funds has increased by 143,60% in Rondônia, in the period from 2003 to 2010, there was a negative impact in hiring teachers with a negative percentage of 23,47%. And also it was observed that there was a positive impact on educational public policies regarding the structure of school, although the school failure rates have not left the percentage of 20%, and the dropout rate ranged between 6 to 12%.

Keywords: Public Policy, Education Funding, FUNDEF, FUNDEB, High School.

RESUMEN

Este trabajo de investigación, evaluó los “Impactos de las Políticas Públicas de Financiamiento de la Educación en Rondônia, en el Período de 2003 – 2010: El Estudio de Caso, en una escuela de Enseñanza Media de Porto Velho.”, a través de un trabajo de campo realizado en la escuela João Bento da Costa. El motivo de la selección de esta institución obedece a la gran demanda de alumnos de la capital y eso requiere mayor volumen de recursos. En este sentido, la evaluación de los impactos ocurrió por la identificación de las políticas públicas de financiamiento de la Educación en el Estado de Rondônia, durante el período 2003 al 2010; por la comparación de la repercusión de las políticas federales y estatales de financiamiento de la Educación en la Enseñanza Media en Porto Velho durante la transición del FUNDEF para el FUNDEB; y aun, por el análisis de los impactos de las políticas de financiamiento de la Enseñanza Media en Porto Velho realizada en la escuela João Bento da Costa. Para ello se utilizó investigaciones bibliográfica, documental y de campo. Con relación a la opción de la metodología se realizó un levantamiento de datos cuantitativos y cualitativos, para la elaboración del diagnóstico. Se presentó como resultados: análisis del período comprendido entre 2003 al 2010, cuando se observa que no hubo impacto significativo en la construcción de escuelas y de aulas con recursos del FUNDEB, pues gran parte de esa verba fue destinada para la planilla de sueldos. Sin embargo se observó que a pesar del repaso del FUNDEB haya aumentado en 143,60% en Rondônia, en el período de 2003 a 2010, hubo impacto negativo en la contratación de profesores con un porcentaje negativo de 23,47%. Sin embargo, se observó que hubo impacto positivo de las políticas públicas educacionales en lo que se refiere a la parte física de la escuela, a pesar de que la tasa de reprobación no haya salido del 20%, así como la tasa de abandono osciló entre 6 y 12%.

Palabras Clave: Políticas públicas. Financiamiento de la Educación. FUNDEF. FUNDEB. Enseñanza Media.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Política de Educação sob orientação do Banco mundial.....	38
Quadro 2	Componentes do FUNDEF.....	55
Quadro 3	Componentes do FUNDEB.....	62
Quadro 4	Valores Repassado Pela União, a partir de 2010 para os Estados e Municípios.....	71
Quadro 5	Distribuição por etapas do FUNDESCOLA.....	73
Quadro 6	Aprovação versus custo médio/aluno.....	80
Quadro 7	Natureza dos recursos da EEEM JOÃO BENTO DA COSTA.....	78
Quadro 8	Aplicação do FUNDEB a partir dos Impostos.....	107
Quadro 9	Aplicação de recursos na transição do FUNDEF para o FUNDEB no Estado de Rondônia de 2003 a 2010.....	95
Quadro 10	População de 14 a17 anos que estão fora da escola em Rondônia.....	99
Quadro 11	População total de 4 a 17 anos e nº de crianças e jovens que estão fora da escola no Brasil, nas Regiões e em Rondônia.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matrícula para o Ensino Médio em Rondônia de 2003 a 2010.....	81
Gráfico 2	Matrículas para o Ensino Fundamental séries Finais em Rondônia de 2003 a 2010.....	82
Gráfico 3	Matrículas para o Ensino Médio em Porto Velho de 2003 a 2010.....	84
Gráfico 4	Matrículas para o Ensino Fundamental em Porto Velho de 2003 a 2010.....	85
Gráfico 5	Quantidade de professores com mais de um vínculo empregatício...	93
Gráfico 6	Quantidade de professores que tem conhecimento dos Recursos que chegam até a escola.....	94
Gráfico 7	Participação de docentes na formação continuada nos últimos 4 anos.....	95
Gráfico 8	Quantidade de docentes que participaram do planejamento escola	96
Gráfico 9	Quantidade de Docentes que participaram do Projeto Político pedagógico da escola.....	96
Gráfico 10	Quantidade de docentes que utilizam o laboratório de informática....	97
Gráfico 11	Docentes que tem habilidade com informática.....	97
Gráfico 12	Demonstrativo anual do número de escolas Construídas, de salas de aula e quantidade de docentes em Rondônia de 2003 a 2010.....	103
Gráfico 13	Demonstrativo de receita anual de Porto velho de 2003 a 2010.....	104
Gráfico 14	Receita apurada no Estado de Rondônia de 2003 a 2010.....	105
Gráfico 15	Percentual anual de repasse do FUNDEB para educação.....	109
Gráfico 16	Demonstrativo da Evolução da arrecadação e repasse do FUDEB de 2003 a 2010.....	109

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Visão Panorâmica da EEEM João Bento da Costa	88
Foto 2	Piscina Semi Olímpica da EEEM João Bento da Costa	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Demonstrativo do valor de Repasse de verba para o PDE/PME...	77
Tabela 2	Percentuais de matrícula do Ensino Fundamental e médio em Rondônia de 2003 a 2010.....	83
Tabela 3	Percentuais da Matrícula no Ensino Fundamental e Médio de Porto Velho de 2003 a 2010.....	85
Tabela 4	Natureza dos recursos da EEEM João Bento da Costa.....	91
Tabela 5	Alunos da EEEM João Bento da Costa aprovados no vestibular da UNIR.....	98
Tabela 6	Resultados do Nº de vagas dos alunos da EEEM João Bento da Costa no PROUNI 5.....	99
Tabela 7	Receita apurada para aplicação do FUNDEB 2003/2010.....	105
Tabela 8	Valores de repasse do FUNDEB para o Estado de Rondônia de 2003 a 2010.....	106
Tabela 9	Aplicação dos recursos na transição do FUNDEF para o FUNDEB no Estado de Rondônia (2005 a 2010)	110
Tabela 10	População de 14 a 17 anos que estão fora da escola em Rondônia.....	112
Tabela 11	População de 4 a 17 anos que estão fora da escola no Brasil, nas regiões e em Rondônia.....	112
Tabela 12	Indicadores de Desempenho dos alunos do Ensino Médio da EEEM João Bento da Costa.....	114

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAQ	Custo-aluno-qualidade
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONED	Congresso Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDE	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IPMF	Imposto provisório sobre movimentações financeiras

IPVA	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
IRRF	Imposto de renda retido na fonte
ITCM	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos
ITR	Imposto Territorial Rural
IVA – F	Imposto sobre o valor agregado - federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PPA	Plano Plurianual
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEPLAD	Secretaria do Planejamento e Administração
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UF	Unidade Federada
UNB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNB	Universidade de Brasília.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Formulação do Problema.....	21
1.2 A Metodologia da Pesquisa.....	26
2 O BRASIL NA ROTA DO NEOLIBERALISMO: A EDUCAÇÃO DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO	30
2.1 A construção da hegemonia neoliberal	31
2.2 A ascensão do neoliberalismo no Brasil e a educação	33
3. A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (2003 A 2010)	42
3.1 Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil	43
3.2 O FUNDEF E O Financiamento Do Ensino Fundamental.....	52
3.3 O FUNDEB e o financiamento dos demais níveis de ensino.	57
3.3.1 Da utilização dos recursos do FUNDEB.....	62
3.3.2 Da movimentação financeira dos recursos	64
3.3.3 Despesas em que não se aplica o recurso do FUNDEB	64
3.4 Outros Programas da Política de Financiamento da Educação.....	66
3.4.1 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	67
3.4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	70
3.4.3 Programa Nacional do Livro Didático	71
3.4.4 Programa Transporte Escolar.....	72
3.4.5 Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA).....	73
4 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA DE 2003 A 2010	74

5 IMPACTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS NA ESCOLA “JOAO BENTO DA COSTA”	87
5.1 Aspectos históricos da Escola João Bento da Costa.....	88
5.2 Gestão e Organização Escolar.....	90
5.3 Natureza e Aplicação dos Recursos financeiros	90
5.4 O Desempenho da EEEM João Bento da Costa em Concursos e Vestibulares no período de 2003 a 2010.....	91
6 ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RONDÔNIA.	101
6.1 A Repercussão do FUNDEB no Estado de Rondônia.....	101
6.2 A Repercussão Dos Recursos na Transição do FUNDEF para o FUNDEB na Escola João Bento Da Costa.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista - Gestores da EEEM João Bento da Costa.	127
APÊNDICE B - Questionário 2 – Professores.....	128
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento/Professor.....	129
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento /Gestor.....	130
APÊNDICE E - Requerimento para DAF/SEDUC.....	131
APÊNDICE F - Requerimento GAB/SEDUC.....	132
APÊNDICE G - Requerimento CGE/RO.....	133
APÊNDICE H - Requerimento FUNDESCOLA	134
Anexo A - Termo de Responsabilidade n.284/2006 – REF. 2005.....	136
Anexo B - Termo de Doação – 2006.....	137
Anexo C - termo de Doação – 2007	138
Anexo D - Termo de Doação – PME 2008.....	139

Anexo E - Termo de Doação – PDDE – 2008.....	140
Anexo F – Projeto Terceirão	141
Anexo G - Memorando circular Nº 022/211-GAB/SEDUC.....	142
Anexo H - Ofício nº 195/REN/Zona Sul/SEDUC	143

1 INTRODUÇÃO

1.1 Formulação do Problema

Nesta dissertação avalia-se “Impactos das Políticas Públicas de Financiamento na Educação em Rondônia, no Período de 2003-2010: O Caso de uma escola de Ensino Médio de Porto Velho.”, através de uma pesquisa de campo na escola João Bento da Costa. A escolha se deve ao fato de que a instituição em apreço possui maior demanda de alunos da capital e isso requer maior volume de recursos, além de ter conseguido, por 03 anos consecutivos, os primeiros lugares do Exame Nacional Para o Ensino Médio (ENEM) no estado.

Nesse sentido, a avaliação dos impactos ocorreu pela identificação das políticas públicas de financiamento da Educação no Estado de Rondônia, no período compreendido de 2003 a 2010. Para tanto se comparou a repercussão das políticas federais e estaduais de financiamento da Educação no Ensino Médio em Porto Velho na transição do FUNDEF para o FUNDEB; bem como pela análise dos impactos das políticas de financiamento do Ensino Médio em Porto Velho na escola João Bento da Costa.

As questões pertinentes a atividades relacionadas ao financiamento da educação sempre estiveram presentes na maioria dos embates políticos em que se discute a educação, Monlevade (2001, p.7) dá ênfase ao estudo do financiamento da educação, pois entende que “é uma forma de conscientização e politização fundamentais para o exercício da cidadania, entendida como realização dos direitos do povo”.

Ednir (2009, p.7) entende que foi a partir do final dos anos 90 que as questões do financiamento das políticas públicas passaram a despertar maior atenção e a ganhar mais espaço com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental (FUNDEF) em 1996, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso e dez anos depois com criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2006 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Saviani (2008, p.2) entende que essas medidas reguladoras de financiamento configuram aquilo que se poderia denominar legislação complementar à Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional, já que no geral, elas se

expressam através de mecanismos legais formalmente denominados leis ou decretos.

O objetivo geral desta dissertação é analisar as políticas de financiamento da Educação em Rondônia entre 2003 e 2010 e seus prováveis impactos em uma escola de ensino médio no município de Porto Velho. Os objetivos específicos são: Identificar as políticas públicas de financiamento da Educação no período compreendido entre 2003 a 2010; verificar a aplicação dos recursos destas políticas de financiamento na transição do FUNDEF para o FUNDEB, numa escola de Ensino Médio de Porto Velho; Detectar indicadores de melhoria na qualidade do ensino oferecida por esta escola levando em consideração os reflexos destas ações nos índices de aprovação, reprovação e evasão escolar.

Ao se iniciarem as reflexões acerca das políticas públicas de financiamento para a educação, percebeu-se a necessidade de compreender as relações existentes entre o neoliberalismo e a educação. Para tanto, buscou-se identificar pressupostos teóricos que versam sobre a submissão das políticas públicas destinadas à educação de ajuste estrutural do capitalismo mundial, orientadas por organismos internacionais aceitos e defendidos pela elite brasileira. Lombardi (2003, p.72) aponta que é sob a ótica do Banco Mundial que se estabelece as políticas de educação dos países em desenvolvimento. Gentili, (2002, p.4) ressalva que “Durante a segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixou, assim, de ser apenas uma simples perspectiva teórica produzida em confrarias intelectuais, a orientar decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista...”

Arelaro (2000, p.95) depõe que o projeto neoliberal vai-se consolidando, ajudado por pressão das agências internacionais que monitoram os empréstimos financeiros no país, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

À luz de autores como, João Cardoso Palma Filho, e João Monlevade observam-se as transformações mundiais fundamentais cujos resultados repercutiram nos padrões de intervenção estatal consubstanciados pelo neoliberalismo nas décadas de 1990 a 2010, o que se observa nos projetos e metas dos governos de Fernando Collor a Fernando Henrique e, obviamente, essa influência repercutiu no Estado de Rondônia.

Outro ponto relevante desta dissertação refere-se ao estudo da história do Financiamento no Brasil fato que possibilitou a comprovação de práticas curiosas

entre os quais o de que as Leis nesse país são, em conformidade com parâmetros europeus, um ideal a ser alcançado e não um parâmetro a ser aplicado. SANDER (2007. P.19) considera que até o início do século XX a organização administrativa da educação brasileira utilizou de um enfoque jurídico, essencialmente normativo e estreitamente vinculado à tradição do direito administrativo romano, interpretado de acordo com o código napoleônico, registro que observamos em toda história da educação Brasileira.

Para Monlevade (2001, p.7) “Estudar a História da educação e, em especial, de seu financiamento, é uma forma de conscientização e politização fundamentais para o exercício da cidadania, entendida como direito do povo”. Assim, o período abordado pela pesquisa (2003 a 2010) partiu do imaginário de que com a ascensão de um partido de esquerda no governo federal, sendo fruto de um processo de prolongada luta democrática no país e que contou com apoio de educadores e militantes do movimento social brasileiro com propostas de democratizar o acesso e garantir o desenvolvimento e permanência das crianças e adolescentes nas escolas, fosse assegurar os direitos educacionais estabelecidos em lei, com qualidade para todos os brasileiros.

Nesse período é relevante a análise da transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF iniciado no Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996, que foi o resultado de uma mudança estrutural no financiamento do Ensino Fundamental, criado pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e regulamentada pela Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, passando a vigorar em 1º de janeiro de 1998, para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela EC nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e progressivos dando prioridade a todas as etapas da educação, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais na educação.

A lógica em ampliar o atendimento aos outros níveis de ensino seria a de que o financiamento para educação também acompanhasse o aumento da demanda. E conseqüentemente seus reflexos pudessem ser observados no atendimento a alunos do Ensino Médio tanto pelo atendimento da demanda quanto nos indicadores de repetência e evasão escolar.

Saviani (2008, p.3) conclui que nessa discussão houve uma diminuição dos recursos e não um aumento quando se leva em consideração a ampliação populacional e que no Brasil o gasto com educação não ultrapassa 4,9% do PIB. Em consonância com Ednir (2009, p.35) que ressalta a importância de aperfeiçoar a política tributária e reverter os critérios de vinculação de verbas à educação aí sim, teremos um aumento real para o financiamento da educação e assim, melhoria da educação no Brasil.

Trabalhos científicos sobre financiamentos começaram a ganhar fôlego, segundo Gatti, 2010, p.17 em meados dos anos 60 quando ganham destaques estudos sobre investimentos, demanda profissional, formação de recursos humanos, por exemplo, em plena ditadura militar quando passam a ser privilegiados os enfoques quanto ao planejamento, aos custos, à eficiência e à tecnologias.

De maneira que a política científica passa a ser definida num contexto de macro planejamento, direcionado aos esforços e financiamentos no conjunto da política desenvolvimentista. É nesse período que foi instituída a Lei 4.440 de 22/10/1964 criando o “Salário Educação”, quando a contribuição social recolhida pelas empresas passou a constituir um adicional de financiamento do Ensino primário e fundamental, hoje é o responsável financeiro dos programas do FNDE.

É justamente no período em que são proibidas as manifestações populares, décadas de 70 e 80, que é imposta uma política econômica de acúmulo de capital para a elite e as tecnologias de diferentes naturezas são valorizadas como prioridade, causando manifestações socioculturais e fortes críticas sociais.

Inaugurando assim, um período de transição que influenciou profundamente a pesquisa educacional que em grande parte vai estar integrada a essa crítica social, apresentando um referencial teórico inspirado nos princípios no materialismo dialético de Marx e que na atualidade serve de base para se entender as transformações ocorridas através das lutas de classes.

Pelo exposto nos tópicos precedentes observa-se a necessidade de compreender a importância de uma política voltada para a escola pública de qualidade onde se deveria promover a educação para que as possibilidades de participação em processos decisórios sejam compreendidas como oportunidades de fomentar atitudes que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa.

Com a mudança do FUNDEF para o FUNDEB e o alcance desses recursos aos demais níveis de ensino, obteve-se a hipótese de que aumentaria

substancialmente o volume de recursos e conseqüentemente a oferta de matrículas seria maior e a qualidade da educação ofertada melhoraria.

Procurou-se verificar junto aos órgãos competentes subsídios legais que apresentassem o volume de recursos destinados à educação básica, sua aplicação e o envio deste a escola selecionada para o estudo de caso, pois essa unidade de ensino apresentou um número expressivo, se comparado com outras escolas públicas, de alunos aprovados nos vestibulares federais e classificada sempre entre os três primeiros lugares do ENEM em Rondônia.

Para responder ao primeiro objetivo, procurou-se a SEDUC e a Controladoria do Estado de Rondônia para saber quais os recursos financeiros disponibilizados a educação pública no Estado e onde foram aplicados.

Partiu-se então, em atenção ao segundo e terceiro objetivo, para o estudo de caso com o intuito de verificar os reflexos da aplicação desses recursos nos indicadores de evasão e repetência e ainda na qualidade de ensino oferecida pela escola.

Além da análise de documentos elaborou-se dois questionários abertos que constam no Apêndices A e B da página Y deste trabalho, um para o corpo docente e outro para gestor e coordenador pedagógico. Os resultados deste questionário ajudaram a verificar se os professores têm conhecimentos dos recursos que chegam até a sua escola e de que maneira estes recursos os auxiliaram nas suas funções.

Dois dos investimentos mais caros detectados na escola foram nos laboratórios de informática e de ciências e através dos resultados dos questionários observou-se o pouco uso destes pelos professores como ferramenta pedagógica.

A opção pelo questionário aberto foi para permitir que os professores e coordenadores expressassem por escrito exatamente o que queriam esclarecer quanto aos tópicos abordados pelos questionários.

Foddy (2002, p.142) relata: “Os defensores da utilização de perguntas abertas argumentam com o facto de este formato permitir aos inquiridos expressarem exatamente o que lhes vem à cabeça sem sofrer influência ou sugestões avançadas pelo investigador”

Partindo deste princípio, buscou-se identificar elementos relevantes para atingir aos objetivos propostos por esta pesquisa, aplicando-os a 60 % do corpo docentes da escola e entrevista com o gestor do período em epígrafe.

1.2 A metodologia da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso que com uma abordagem Dialética que tem por finalidade apresentar as análises a respeito das Políticas Públicas e compreender as contradições históricas da aplicação dos recursos garantidos constitucionalmente para a Educação.

A dialética busca uma compreensão da realidade social e educativa visando a análise e interpretação dos fenômenos. Desse modo, o pesquisador busca o envolvimento com os dados qualitativos objetivando a compreensão dos elementos significativos da pesquisa.

A opção pelo estudo de caso com uma abordagem dialética permite uma melhor compreensão dos processos escolares e institucionais em suas múltiplas implicações. De acordo com Weller, Pfaff (2010, p.34), a escolha pela abordagem qualitativa nos permite, enquanto pesquisadores, compreender com maior profundidade o processo de produção do fracasso escolar, as questões educacionais vinculadas a preconceitos sociais e sociocognitivos de natureza diversa, permitindo discussão sobre a diversidade e equidade e, ainda, destaca a importância dos ambientes escolares e comunitários.

Do mesmo modo, foi utilizada a Dialética para compreender o conceito teórico do neoliberalismo dentro das políticas públicas diante do contexto histórico-social:

A epistemologia dialética é o paradigma epistemológico que se tem revelado mais fecundo para dar conta da especificidade dos problemas políticos e pedagógicos, mostrando assim sua relevância atual para a pesquisa educacional. Essa opção epistemológica não envolve os pressupostos ontológicos do materialismo histórico-dialético como metanarrativa e nem com as experiências históricas que pretendeu implementar. Conta, isso sim, é com os subsídios das ciências da sociedade, particularmente da história, da antropologia, da sociologia, da política, da economia (SEVERINO, 2001, p. 19).

Assim, nesta pesquisa, o caminho metodológico da Dialética serviu para analisar os dados dentro do contexto econômico e social que envolve a Educação brasileira, especificamente os dados de financiamento na educação em Rondônia.

A partir do referencial teórico dos autores da Pedagogia Histórica-crítica: Saviani, Palma Filho, Gentili, Monlevade contribuiu para interpretar os resultados desta pesquisa.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, baseada em estudos já realizados sobre o tema com a finalidade de fornecer uma quantidade de informações, com pessoas envolvidas com o estudo de caso.

Na pesquisa documental, estabeleceu-se uma análise a respeito dos documentos que orientam as políticas oficiais visando compreender os impactos do financiamento da educação brasileira de modo contextualizado.

Os dados foram obtidos através do site do Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nas fontes documentais oficiais, leis pareceres, decretos, resoluções, convênios, revistas periódicas da ANPED, na Controladoria Geral do Estado de Rondônia (CGE).

As observações foram realizadas na EEEFM João Bento da Costa e na própria Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. Utilizou-se dos documentos da escola, construção dos projetos existentes na escola, por se tratar de fatores determinantes para se entender como foi planejada a aplicação dos recursos financeiros que chegaram até a escola nos últimos oito anos.

A respeito da verificação dos impactos dos recursos, foram utilizados dados como, por exemplo, o custo médio aluno/ano, para identificar o quanto foi investido financeiramente durante a gestão 2003-2010; a classificação da escola nos principais concursos, tais como, ENEM e PROUNI; o percentual de reprovação e evasão escolar, como maneira de avaliar o desempenho dos alunos da escola João Bento da Costa, bem assim, a aplicação no Estado dos recursos a partir dos diversos elementos de despesas que constam do anexo deste compêndio, no Quadro Demonstrativo das receitas e despesas do Estado de Rondônia de 2003 a 2010.

Essa verificação contribuiu significativamente para análise dos investimentos na transição do FUNDEF para o FUNDEB no período em questão, a fim de consubstanciar a análise da receita arrecadada no Estado de Rondônia e o quanto foi investido em educação com os recursos originários do FUNDEF bem como sua transição para o FUNDEB. As entrevistas foram realizadas com a finalidade de

observar a atuação do corpo docente e do gestor do exercício de 2003 a 2010, a partir de questionários abertos, que serviram de subsídios para análise sobre a gestão escolar. E as entrevistas?

Com esses procedimentos, verificou-se o quanto e em que foram investidos os recursos e sua repercussão para o Ensino médio e, após a aglutinação dos elementos de despesa por categorias, identificou-se onde houve maior impacto dos recursos em educação, uma vez que “A pesquisa não é uma simples coleta de dados. É muito mais do que isso, pois implica observar e explanar fatos sobre os quais o homem precisa ampliar sua compreensão, ou testá-la.” (MARTINS, 2010, p.62).

Após a seleção da base empírica, foi necessária a análise dos instrumentais utilizados obrigatoriamente pela Escola em questão para receber recursos, tais como, formulários devidamente preenchidos do “Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)” e “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE) que são elaborados pelos governos federal e estadual bem como as prestações de contas desses recursos no período proposto para análise com o intuito de determinar quais ações os recursos atenderam. Analisamos ainda o “Projeto Terceirão” da Escola João Bento por sua relevância educacional, mencionada pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, que adotou como piloto para outras escolas do estado.

Na seção 1, apresento as transformações mundiais fundamentais cujos resultados repercutiram nos padrões de intervenção estatal consubstanciados pelo neoliberalismo nas décadas de 1990 a 2010, o que se observa nos projetos e metas dos governos de Fernando Collor a Fernando Henrique e, obviamente, essa influência repercutiu no Estado de Rondônia.

Na seção 2, far-se-á um breve histórico das políticas de financiamento no Brasil e apresentação dos fundos contáveis FUNDEF e FUNDEB, consoante Dermeval Saviani.

Na seção 3 foram analisados os impactos da política de financiamento da Educação Básica em Rondônia, cuja fonte são os gráficos com percentuais do FUNDEB e no Quadro Demonstrativo de Despesa que revelam em qual ação educacional houve maior aplicação dos recursos repassados pela União através de convênios com o Estado.

Na seção 4 apresenta os impactos do financiamento da educação para o ensino médio na escola João Bento da Costa, seus aspectos históricos,

organizacionais e a natureza e aplicação dos referidos recursos para que, com isso, se identifique nas bases os reflexos educacionais para o Ensino Médio e seu desempenho nos diversos concursos ofertados pelo governo federal e nas faculdades privadas para ingresso no ensino superior.

Com a seção 5, esta dissertação analisa os impactos das políticas de financiamento da educação básica em Rondônia e a repercussão desses impactos na transição do FUNDEF para o FUNDEB.

2 O BRASIL NA ROTA DO NEOLIBERALISMO: A EDUCAÇÃO DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO

Esta seção por objetivo analisar as políticas de financiamento diante das transformações ocorridas nas décadas de 1990 a 2010 na inserção de projetos e metas marcadas por forte influência dos princípios neoliberais nos governos de Fernando Collor a Fernando Henrique e como essa influência repercutiu no Estado de Rondônia, a partir das políticas de financiamento para a educação básica.

Buscou-se com isso, compreender a gênese do discurso que coloca a educação como um serviço, e não como um direito assegurado socialmente. Ainda que não seja novidade a privatização da educação em nosso país, o projeto educativo conservador trouxe à baila expressões e bandeiras levantadas pelos movimentos sociais pretéritos.

Assim, faz-se necessário compreender o fenômeno em sua totalidade, ou seja, perceber as transformações que ocorreram no âmbito da produção e das relações sociais para apreender-se o objeto de estudo. Nunca é repetitivo lembrar que, apesar do discurso proclamado em defesa da escola e de universalização da educação, é possível verificar o estado físico deplorável de inúmeras instituições de ensino em nosso país. Ainda que se tenha proclamado a maior liberdade das escolas e de seus respectivos gestores, muitas se encontram sem recursos e autonomia pedagógica.

Neste sentido, é importante entender as transformações que a sociedade vem enfrentando e o novo papel da gestão, em especial, as questões relacionadas ao processo de descentralização de recursos financeiros, os quais serão gerenciados pelas escolas, travando discussões sobre as principais transformações ocorridas no processo histórico dentro da política neoliberal no Brasil, a partir de Fernando Collor de Melo até Fernando Henrique Cardoso.

Os planos e metas das políticas educacionais públicas do Brasil, a partir da década de 1990, são marcados por forte influência dos princípios neoliberais. A partir dos anos 70 o mundo presenciou uma crise no sistema de produção capitalista, decorrente principalmente do excesso de produção com conseqüente desvalorização do dólar, o que intensificou as manifestações sociais através de greves e movimentos de rua, evidenciando a crise do petróleo como um ícone desta instabilidade monetária.

2.1 A construção da hegemonia neoliberal

Desde suas origens, o capitalismo apresentou como característica um projeto expansionista. Ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo, pode-se verificar o processo de expansão comercial e marítima uma primeira “maré” globalizante, que atendia aos interesses da nascente burguesia européia. Outra “maré” viria com a Revolução Industrial e a necessidade de novos mercados. Concomitantemente o antigo sistema colonial entrava em crise, nascia o projeto imperialista que atendia aos interesses empresariais que aspiravam a maiores mercados consumidores e fornecedores. A corrida imperialista levou o mundo à Primeira Guerra Mundial ao início do declínio da hegemonia européia, especialmente a inglesa.

O conflito não diminuiu os apetites expansionistas do capital. A luta constante por matéria-prima, mão de obra barata e mercados consumidores levaram o mundo a mais uma guerra, agora muito mais devastadora. Com o término do conflito consolidava-se a hegemonia americana e a expansão dos seus interesses pelos diferentes continentes.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II guerra mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica a política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Fredrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON 1995, p.9)

No entanto, o padrão fordista e taylorista que serviu de suporte ao capital durante quase três quartos do século XX, entrou em colapso com a introdução das novas tecnologias. A microeletrônica e a informática possibilitaram o incremento da produção e o descarte da mão de obra. Outros aspectos podem ser apontados como elementos importantes para compreensão da crise: a desvalorização do dólar, a crise do petróleo, a queda nas taxas de lucros, entre outros, contribuíram para a instabilidade monetária.

Na verdade, os modelos de produção alicerçados no fordismo/taylorismo já não atendiam mais às contradições inerentes ao capitalismo. O toyotismo foi a resposta da burguesia para a crise do padrão fordista/taylorista. Através do desenvolvimento de novas práticas gerenciais e da chamada qualidade total potencializou-se a flexibilização e intensificação do trabalho.

Iniciou-se, portanto, um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidente foi o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado e a desregularização dos direitos do trabalho. Margaret Thatcher 1980, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos; 1982 foram líderes partidários alinhados com programas neoliberais.

Os programas de ajuste econômicos corresponderam à materialização das transformações que ocorreram no âmbito da produção. O estado era apresentado como ineficiente, corrupto e incapaz de incentivar a produção ao mesmo tempo, a iniciativa privada era apresentada por muitos autores como o símbolo da prosperidade. Para tanto, tornava-se necessário enxugar a “máquina do Estado”.

A redução do papel do Estado, fundamentalmente para as questões sociais, representaria a redução dos encargos sociais ao mesmo tempo em que possibilitaria maiores investimentos na produção. No entanto, tal redução significou na prática o crescimento das desigualdades, o que não contrariava os princípios basilares do pensamento neoliberal que enxergava nas diferenças um elemento potencializador da concorrência e da produção.

Para eles, as raízes da crise estavam no poder excessivo dos sindicatos, o que estava corroendo as bases de acumulação capitalista. O remédio seria um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e para controlar o dinheiro e, ao mesmo tempo, fraco em relação aos gastos sociais e às intervenções econômicas (ARAÚJO 2007, p.26).

Neste cenário, é evidente que o papel atribuído à escola é resignificado pelo discurso neoliberal. A educação que preparava trabalhadores para um modelo de produção alicerçado no taylorismo e fordismo, os quais eram baseados na execução de tarefas simples e repetitivas, precisava ser substituída por outra que fosse mais ágil, capaz de responder às novas exigências do mercado, questões que abordaremos mais adiante.

2.2 A ascensão do neoliberalismo no Brasil e a educação

O início dos anos 80 pode ser caracterizado como um momento de crise de hegemonia dos governos militares. Na verdade, a crise teve razões que antecederam as fronteiras temporais da década de 1980. A crise do petróleo, o colapso do “milagre brasileiro”, o ressurgimento dos movimentos sociais nos anos 70 são fatores que contribuíram para o desgaste político da ditadura. Cabe lembrar também que sustentou e beneficiou-se do regime, deixa de prestar seu apoio no momento em que percebe sua inviabilidade política.

A transição negociada foi a alternativa encontrada pela burguesia para manter-se a frente do Estado que passava a ser questionado de forma contundente por diferentes segmentos da sociedade civil.

Muitos intelectuais comprometidos com a ordem burguesa afirmavam que o atraso econômico do Brasil se devia à presença do Estado associando-o com o autoritarismo. Concomitantemente o processo de transição foi acompanhado pela instabilidade econômica materializada nos altos índices de inflação, desemprego e endividamento externo. De certa forma, a crise econômica nos anos 80 preparava terreno para as reformas neoliberais que vieram na década seguinte.

Evidentemente, a educação não passou imune aos processos de mudanças que ocorreram no âmbito da sociedade civil. Segmentos comprometidos com a defesa da escola pública levantaram bandeiras de democratização da educação escolar, bandeiras estas que foram utilizadas também pelos agentes do capital para levar adiante seus propósitos privatistas.

A idéia dominante da década de 1990 era o proclamado compromisso de priorização para melhoria do desempenho educacional, como critério para recebimento de empréstimos internacionais. A defesa da “educação para todos” tornou-se um discurso comum nas diferentes arenas sociais. No entanto, como propor “Educação para todos”, se em 1990 o censo demográfico brasileiro não foi realizado e as informações imprecisas sobre quem são esses “todos” que precisam de educação são incertas como aponta (ARELARO, 2000, p. 97).

Com assunção de Fernando Collor de Melo, (1990-1992) adotou-se um discurso demagógico em defesa dos “descamisados” (pobres), contra os “marajás” (ricos), sem nenhuma proposta para o setor educacional. O conceito de educação

como expressão de cidadania, muito citado em seu discurso, não conseguiu ser prioridade em seu governo, não havia propostas concretas por parte do governo capazes de mobilizar a sociedade para ações mais abrangentes em educação.

Na sua gestão, Collor produziu ao todo três textos que não se colocaram em prática: Programa Nacional de Alfabetização e cidadania, que se propunha a erradicar o analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental; Programa setorial de Ação do Governo na área da educação; com o intuito de universalizar a educação pré-escolar e da educação de adultos; Escola Pública de qualidade com atendimento a toda a clientela; "Melhoria da qualidade de ensino Superior", enfim, programas que não saíram do nível de intenções:

A impressão que fica desse período é que o MEC se dedicava a produzir documentos para distrair à comunidade acadêmica, tamanho era o número de afirmações absolutamente consensuais, mas sem nenhuma proposta concreta de execução (PALMA FILHO, 2005, p.51).

É no governo de Fernando Collor, que organismos internacionais como Banco Mundial, UNICEF e a UNESCO pressionaram o Brasil em razão de seu atraso evidenciado por estatísticas educacionais de analfabetismo, evasão e repetência e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional, como critério para receber empréstimos internacionais.

Após o impeachment de Collor de Mello, assume o vice Itamar Franco (1992 a 1994) que interrompe momentaneamente o processo de privatizações, e o então ministro da Educação Murilo Hingel acelera o projeto de discussão nacional para elaboração do Plano Nacional de Educação para todos em que diferentes entidades nacionais tais como CONSED (colegiado que reúne os secretários de educação dos estados da federação), a UNDIME, (colegiado dos Secretários Municipais de Educação, o Fórum dos Conselhos Estaduais de educação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) são chamadas a participar de sua construção que numa linguagem progressista surgem expressões como: descentralização, autonomia e gestão coletiva (PALMA FILHO, 2005).

Posteriormente, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), explicitam-se formulações claras defendidas em um discurso neoliberal e

globalizante e, na prática, privatizações das empresas estatais rentáveis e redução de financiamentos para áreas sociais:

Um deles diz respeito à nova relação entre o Estado e o setor produtivo privado. No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado. Tenho repetido à exaustão, mas não custa insistir: isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continuará sendo fundamental. Mas mudando de natureza. O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva. Em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação. Mão-de-obra e matéria-prima baratas deixaram de ser vantagens comparativas relevantes no mercado mundial. O que faz a diferença é a eficiência conjunta da cadeia de produção e comercialização de cada país. É fundamental que o Brasil ofereça à indústria doméstica condições semelhantes às dos concorrentes externos. Para isso, vamos ter de proceder a uma revisão no sistema tributário e nas regras relativas aos mercados de trabalho e de capitais (CARDOSO, 1994, p 15).

As medidas iniciais de seu primeiro mandato foram a redução do aparato estatal e do financiamento das áreas sociais, privatizações de empresas estatais rentáveis, com clara preferência pela entrada de capital financeiro volátil, financiamento público via BNDES- para compra de estatais por multinacionais estrangeiras. Diante desse novo projeto de sociedade e democracia brasileira de cunho moderno-conservador exigiu-se da educação a definição de novo papel para a escola, e um novo padrão educacional, em que a racionalidade e os critérios de mercado passassem a constituir novos referenciais de competência administrativa e pedagógica, para escolas e sistemas de ensino.

Conseqüentemente, a mesma lógica serviu para balizar a política educacional. Os ditames internacionais exigiram da educação a definição um novo padrão de gerenciamento educacional seguindo novas diretrizes dentre as quais, a democratização o que não ocorre de fato,

Mészáros (2008, p.35) é claro ao definir que a educação nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como

também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

A sociedade é chamada para participar de forma efetiva da vida escolar, quer tenha talento para gerenciar recursos financeiros quer não, quer tenha preparo administrativo quer não, ela precisa dar conta do que está sendo imposto à escola, segundo o estado, descentralizada e democrática.

“Considera-se que a engenharia política de financiamento, estabelecida após 1996, foi incapaz de induzir de modo contraditório a autonomia e descentralização de gestão com adoção local de programas definidos centralmente” (DUARTE, 2005, p. 822).

É interessante ainda observar que, apesar da descentralização das tarefas, o controle do Estado é absolutamente centralizador através dos currículos e avaliações. Cada escola está livre para elaborar seu Projeto Político Pedagógico, mas ao final do processo todos se deparam com o mesmo instrumental elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) através do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) utilizado nos tempos atuais.

Para se ter uma visão sobre as políticas públicas direcionadas para financiamento e a gestão da educação básica no país, é importante que se observe uma ampla política em benefício do capital tendo como estratégia, colocar a educação como prioridade, realizando uma política social seletiva e assistencialista.

É necessário, neste contexto neoliberal, analisar alguns aspectos do dia-a-dia que são significativos e precisam ser evidenciados, dentre eles, a crise econômica em diversos países, o avanço tecnológico na produção, na informática e na comunicação, acelerando o processo produtivo, porém é gritante o número de analfabetos na área de informática tendo em vista suas condições financeiras desfavoráveis para ingressar na rede planetária de comunicação, o que os deixa à margem deste processo globalizado.

É notório que as políticas educacionais no Brasil ainda demonstram sua centralidade na hegemonia das idéias liberais sobre a sociedade, como reflexo do forte avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores. A intervenção de mecanismos internacionais como FMI e o Banco Mundial¹, aliada à subserviência do

¹ Instituições supranacionais – espécie de ministérios econômicos-políticos do capital transnacional. Frigotto (2005, P.82)

governo brasileiro, à economia mundial, repercute de maneira decisiva sobre a educação. Em contrapartida, a crise do capitalismo mundial, em especial, do pensamento neoliberal, revela, cada vez mais, as contradições e limites da estrutura dominante. Revela ainda que, a estratégia neoliberal continua a mesma: colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”.

Na América Latina, a reestruturação econômica nos anos de 1990 ocasionou uma estrutura social polarizada. A distribuição desigual de riquezas se expressa, por sua vez, na desigualdade educativa na região. Quem tem mais renda, recebe uma educação com qualidade e com menos anos de escolaridade, tendo em vista os índices de evasão e reprovação ser elevados entre as camadas mais baixas da sociedade. Os antecedentes históricos educacionais dos países da América Latina revelam as distâncias que separam os diferentes grupos sociais a fim de utilizarem os benefícios da educação.

Tiramonti (2000, p.118) relata que nos países em que houve um desenvolvimento tardio dos sistemas públicos de educação e que tem uma arraigada tradição de exclusão social e educacional, as distâncias entre os extremos da escala são maiores.

Rosar Félix (2003, p. 62) entende que o Estado assume um projeto unificador para a América Central, o Caribe e o Cone Sul, ao afastar-se das responsabilidades sociais consideradas não rentáveis, desenvolve seu papel tecnocrático com a intenção de construir uma sociedade e uma economia mais moderna, não contando, porém, com a heterogeneidade de cada nação Latino Americana.

No caso do Brasil, na década de 90, foi realizado um amplo programa de privatizações nos setores econômicos estratégicos e, ainda, a realização de um processo contínuo de endividamento que beneficiam apenas os setores privados, mantendo-se associado a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial que determinam os novos processos de endividamento dos países em desenvolvimento. Acrescentamos a isto, o posicionamento de Palma Filho ao afirmar que os estados nacionais ficam à mercê desses grandes conglomerados financeiros, o que significa um enfraquecimento do poder decisório estatal.

Torres (1995, p. 123) discorre sobre a importância de se entender qual é o papel do Banco Mundial que neste contexto do capitalismo internacional não é uma

agência que oferece doações. Outro aspecto importante abordado por Torres é que o banco não se limita apenas a responder a pedidos de empréstimos, mas toma a iniciativa de estimulá-los. Outro ponto é que seu negócio é emprestar capitais e receber juros pelos empréstimos e os países que utilizarem desses empréstimos têm que ter o aval do Fundo Monetário Internacional para que se estabeleça a negociação.

As transformações que ocorreram nos últimos anos no mercado de trabalho são justificativas apontadas pelo BIRD e Banco mundial para justificar as necessidades de reformas nos sistemas educacionais.

Um dos desafios dos países em desenvolvimento, em relação aos seus sistemas educativos, seria a redução da distância entre a reforma das estruturas econômicas e a reforma educativa. Sustenta que, para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade, é necessário realizar mudanças no financiamento e na administração do sistema educacional (Banco Mundial apud FIGUEIREDO 2008 p. 58).

Entender as mudanças ocorridas nas ações administrativas do setor público tem sido o parâmetro para justificar a realização de reformas das instituições que estariam com problemas de falta de qualidade, de produtividade (eficiência interna e externa, eficácia), e de competitividade, ações evidentes no sistema educacional brasileiro.

O quadro 1 revela como se estabelece a política de educação sob a orientação do banco mundial descrita por Rosar Félix:

Quadro 1 – Política de educação sob orientação do Banco Mundial

Prioridades educacionais	Relação entre educação e a economia
Ênfase na educação básica	Estratégia de redução da pobreza, pela sua inserção em atividades de economia informal.
Privatização do ensino superior e parte do ensino médio	Redistribuição de renda, aplicando-se a estratégia de empobrecimento dos setores sociais médios para repassar recursos aos programas assistencialistas destinados aos setores pobres e miseráveis, sem cobrar das elites econômicas e políticas o que devem ao país pelo processo de sonegação de impostos.
Descentralização do sistema educacional	Redução dos custos de funcionamento dos sistemas educacionais, financiados pela União, repassando para os estados e municípios os encargos financeiros com a educação básica, sem descentralizar as decisões sobre as concepções e as estratégias políticas implementadas em termos de currículo e material didático, capacitação docente e condições de trabalho.

Enfraquecimento das associações e sindicatos de docentes.	Manutenção de patamares salariais reduzidos de modo a não onerar os orçamentos da União, estados e municípios, ao mesmo tempo em que se cria a cultura da descartabilidade do magistério, como a utilização intensiva das redes de ensino à distância.
Redução dos níveis de conhecimento na ciência e na cultura à dimensão instrumental aplicada à capacitação rápida e superficial.	Atendimento às especificações do mercado de trabalho em que prevalece alto grau de rotatividade, após a desconstrução dos sistemas trabalhistas convencionais.
Redução na aplicação de recursos em construções. Priorizando-se os livros didáticos e o investimento em capacitações dos professores em serviço.	Criam-se condições para expansão do setor privado na produção editorial e no treinamento em recursos humanos, desautorizando as universidades e os grupos de pesquisadores emergentes e consolidados, no processo de definição de perfis permanentes de um pensamento crítico e uma prática social engajada.
Participação de pais e comunidades na gestão das escolas	Oferta de vagas em escolas públicas de ensino fundamental não dispensa a participação dos pais, assumindo trabalhos de organização e funcionamento de setores da escola, bem como a sua participação financeira, devendo assumir parte dos ônus do seu funcionamento.
Implementação de sistemas de avaliação baseados nos princípios da competição e concorrência do mercado capitalista.	Prática de concorrência entre escolas e docentes é estimulada para que se generalizem os critérios quantitativos e qualitativos, moldados segundo a ótica da economia capitalista, fortalecendo a concepção empresarial da administração da educação.

Fonte: LOMBARDI (2003, p.72).

Lombardi (2003) aponta no quadro 1 uma concepção de educação na qual é vista como mecanismo para superação do atraso e de tecnologias produtivas. As afirmações mostram que o campo educacional é orientado por uma política a nível gerencial e organizativo, pois são anunciados pelo estado a busca pela qualidade total, autonomia, flexibilidade em que se camuflam, nas escolas, novas formas de exclusão, atomização do sistema educacional e dos processos de conhecimento e políticas de descentralização.

Deste modo, surgem nesse cenário novas formas de exclusão, entre as quais está o desafio da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais que foram matriculadas nas salas de aula comum aos demais alunos; e o professor? Quem se importa se ele tem habilidades ou não para trabalhar com essa diferença? As responsabilidades que lhes estão sendo impostas o colocam dentro de um dualismo, ou atende ao que lhe é imputado, sem tempo suficiente para analisar o que está sendo por ele ministrado em sala de aula, ou se omite deixando todo o processo educacional à mercê da própria sorte:

Na sociedade brasileira contemporânea, novas exigências são acrescidas ao trabalho do professor. Tem-se cobrado dos professores responsabilidades que ultrapassam suas atribuições no plano individual. Cabe-lhes, sim, apontar coletivamente caminhos institucionais para enfrentar essas novas demandas (GARRIDO, 2006, p. 12).

A crise na educação está demarcada pelo neoliberalismo que se coloca como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, política e educativa à crise do capitalismo.

O sistema educacional brasileiro é considerado pelos neoliberais como improdutivo, ineficiente em sua função de ensinar, pois apresenta altas taxas de evasão e reprovação. Para eles a escola é incapaz de se organizar e de se adequar aos novos tempos, pois sua gestão não acompanha os novos métodos introduzidos na empresa privada, o corpo docente é desqualificado e está acomodado, além dos sindicatos e associações lutarem apenas por questões salariais.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro mandato de (2003 a 2006), observou-se como consequência uma inversão de papéis em que o fracasso do poder público e da sociedade passa a ser atribuído aos próprios trabalhadores e não ao Estado, apontam um discurso demagógico de que a miséria latino-americana seja resultado apenas da deficiente educação.

Todavia há outros determinantes, como cita Palma Filho (2005, p.33) de igual ou maior importância, como: a dívida externa, a corrupção das elites, protecionismo do primeiro mundo; a fuga de capitais; a distribuição extremamente desigual de renda; os gastos com militares ou até mesmo como relata Ednir (2009, p.21) que no caso brasileiro a grande sonegação fiscal no ano de 2005 foi de 470 bilhões de reais que deixaram de entrar nos cofres públicos (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2006) mais da metade do que foi arrecadado de tributos a serem distribuídos entre os entes governamentais assim distribuídos: R\$129,4 bilhões a serem distribuídos entre os 5.500 municípios; R\$ 190,3 bilhões entre os 26 estados e Distrito Federal e R\$ 434,7 bilhões para o governo federal.

Castro (2009, p.22) aponta que “a lógica para se medir a qualidade da educação passou a ser empresarial, deslocando o foco da qualidade para a eficácia do processo, ou seja, conseguir o máximo de resultados com o mínimo de custo”.

O que o neoliberalismo aponta como função essencial da escola é formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho e tem como única preocupação manter a classe dominante no poder, sem estar, em nenhum

momento, preocupado em amenizar as diferenças sociais. O desdobramento das ações executadas em prol do Ensino Profissionalizante entoa nos quatro cantos do país.

De maneira que neste terceiro milênio, a educação está passando por crise de identidade, já que houve, no período de 2000 a 2007, um aumento de 66% dos gastos em educação no Brasil. Embora se verifique estrutura, profissionais, diminuição das taxas de evasão e de reprovação, a qualidade nas áreas de ciências exatas e de letramento é baixa.

No ranking do Programa Internacional de avaliação de alunos (PISA), em 2009, o Brasil, com 401 pontos, ficou abaixo da média de 500, mas livrou-se das últimas posições e subiu para 55º lugar.

Contudo, ainda causa estranheza que o Brasil (oitava potência econômica mundial) permaneça abaixo de países como Turquia, Sérvia, Chile, Bulgária, Uruguai, Romênia, Tailândia, México, Trinidad e Tobago, Montenegro e Jordânia, todos detentores de renda *per capita* inferior ou equivalente.

3 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (2003 A 2010)

Antes de se discorrer sobre o financiamento a partir do período proposto pela pesquisa, faz-se necessário uma breve retrospectiva histórica a fim de que se possa visualizar a importância dada à educação pelos nossos governantes desde a chegada dos jesuítas até a constituição de 1988.

Para Monlevade (2001, p.7) “Estudar a História da educação e, em especial, de seu financiamento, é uma forma de conscientização e politização fundamentais para o exercício da cidadania, entendida como direito do povo”. Observa-se, contudo, que para a maioria das pessoas, quando se trata de financiamento público, principalmente em um país em que os professores de matemática são os que mais reprovam, os números parecem apavorar ainda mais esse assunto tão desinteressante para elas.

Por isso nesta sessão, por meio da história, evidencia-se que a educação sempre foi considerada como gasto secundário e não como investimento. Tem-se a sensação, quando se lê a história não tão recente do nosso país, de que se está o tempo todo repetindo os atos passados dos governantes que, manipulados por organismos internacionais, insistiam em colocar a educação para atender aos interesses privados da classe que detém os meios de produção. Observa-se isto no relato de Visconde de Macaé, então Presidente do Conselho de Ministro e Ministro do Império em 1848, cujo teor parece que foi publicado no último jornal deste ano.

[...] 1) A falta de qualificação dos mestre; 2) o profundo descontentamento em que vive o professorado, resultante da falta de recompensa pecuniária suficiente; 3) a deficiência de métodos convenientes aplicados a este gênero de ensino. 4) a falta de edifícios de uma capacidade adequada às precisões do ensino (SUCUPIRA, 1996 p.59).

Observa-se pelo exposto do ministro, que a Lei de 1827 falhou em vários pontos entre eles: por falta de professores qualificados, não atraídos pela remuneração que não atingia, na maior parte das vezes, o nível máximo fixado em lei, alguns direitos a educação foram garantidos, mas a fiscalização era inoperante.

3.1 Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil

Para Sander (2007, p.11) no que tange a administração da educação no Brasil, ela nasceu e se desenvolveu no contexto da administração pública e no âmbito da política econômica, científica e cultural do país.

Com a chegada dos portugueses aqui no Brasil em 1500 não havia escolas e muito menos despesas com relação à educação, ou seja, nenhum investimento foi feito por parte de Portugal, já que a intenção era apenas explorar as riquezas desta terra. Os jesuítas (1549-1759) impuseram um sistema escolar baseado na religião, na filosofia e no tradicionalismo. Seu financiamento era garantido pela renda da igreja. Não foram aplicados, pela coroa portuguesa, recursos financeiros diretamente a educação. Por mais de 200 anos a educação era acessível exclusivamente à elite branca e aos índios aculturados.

A expulsão dos jesuítas em 1759 significou para Monlevade (2001, p.29) “uma tragédia para as populações indígenas ou das regiões suburbanas que estudavam em mais de duzentas escolas de primeiras letras de missões ou de “filiais” dos colégios secundários”. Após a determinação da corte portuguesa, o primeiro imposto exclusivo para financiar a manutenção dos ensinos primários e médio, inclusive o pagamento dos professores, ficou conhecido por “subsídio literário”. Era um imposto que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a cachaça. Por nunca ter sido cobrado com regularidade, os professores ficavam longos períodos sem receber vencimento à espera de uma solução vinda de Portugal. Não havia interesse da elite em cobrar tal imposto tendo em vista que este imposto era cobrado de comerciantes que pertenciam a esta classe e seus filhos estudavam fora do país, portanto, não havia nenhum objetivo específico em financiar a educação para índios e mestiços.

Após a fase pombalina, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, expulsa pelas tropas Napoleônicas, D.João VI determinou a criação de escolas e cursos superiores que atendiam prioritariamente às famílias lusitanas, e também gerou o fortalecimento da elite brasileira.

Os investimentos na área educacional eram efetuados pelo governo português, radicalizados no Brasil até 24 de abril de 1821 e eram obtidos com cobrança de vários impostos sobre a população brasileira. (Brasil 2009).

Em 1823 foi criada a primeira Assembléia Constituinte e legislativa do Brasil para preparar e aprovar nossa primeira Constituição. Em relação à educação, nossa primeira Constituição de 1824 que vigorou até a Proclamação da República em 1889, definida em seu artigo 179, parágrafo XXXII (32), que “A instituição primária é gratuita para todos os cidadãos”, não foi citada a origem dos recursos para financiar a educação.

Em 1827, foi editada a primeira Lei da Instrução Pública, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populares deveria haver escolas de Primeiras Letras. Foi estabelecida outra Lei em que instituía que os presidentes das províncias seriam os responsáveis por definir os ordenados dos professores e os professores seriam responsáveis pela sua preparação em curto prazo e à própria custa. No entanto o governo não havia providenciado nenhum recurso capaz de criar condições necessárias para a existência das escolas e para o trabalho dos professores.

No período Regencial (1831–1842) foi efetuada a aprovação do Ato Adicional de 06 de agosto de 1834, emenda a Constituição de 1824, que transferiu às assembléias legislativas das províncias o poder de legislar sobre a instituição pública e repassava o poder local o direito de criar estabelecimentos escolares, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária (EC. artigo 10, parágrafo 2º).

Ao governo central ficava reservado o direito, a primazia e o monopólio do Ensino Superior. Em relação ao financiamento da educação, cada província contava com um imposto cobrado sobre a circulação de mercadorias para sustentar o sistema educacional. A educação prosperava apenas nas províncias com forte mercado interno.

De um modo geral no reinado de D. Pedro II (1842 – 1889) a presença do Estado na educação no período imperial era quase imperceptível. Era evidente a contradição da lei que propunha escola primária para todos, mas na prática não se concretizavam e a história se repete, pois hoje, ainda são poucas escolas e poucos são os professores como se percebe no gráfico 12 da página 102 desta dissertação.

A sociedade escravista, autoritária e elitizada era organizada para atender à aristocracia e, a esta minoria, era dado o direito exclusivo de se instruir.

O país chegou ao final do séc. XIX com suas estruturas políticas e sociais esgotadas em decorrência de muitos conflitos.

Nos primeiros tempos da república de 1889 – 1930 a proposta de governo era a de reestruturar o Brasil nos aspectos político-administrativo, financeiro entre outros. Pela primeira vez no Brasil foi criado um ministério dedicado a instrução pública através do Decreto 346 de 19 de abril de 1890, com o nome de Ministério da Instrução pública, correios e telégrafos e sua direção ficou a cargo de Benjamin Constant (1836 – 1891) que propôs, em 08 de novembro do mesmo ano, uma importante reforma educacional, por meio do decreto 981.

Benjamin Constant, no Título VI, artigo 47 desse mesmo documento, defendia o estabelecimento de um fundo escolar para auxiliar o desenvolvimento da instrução primária, secundária e normal do Distrito Federal.

Neste contexto de mudança, em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana que consagrou o sistema educacional que existia no Brasil desde a época do império mantendo a descentralização, porém, na prática, reservou à União a responsabilidade sobre educação superior para todo o país, o ensino secundário para os Estados e a educação do Distrito Federal (RJ):

A descentralização dos serviços públicos, em sociedades complexas, é uma tendência histórica saudável, já que aproxima a clientela da autoridade responsável. O problema é que, sem recursos financeiros, humanos e materiais, as provinciais tinham sido gravadas com um encargo a que não puderam responder na medida das necessidades. Resultado: não só até o fim do império, como até 1930, com exceção de São Paulo, cada Estado só conseguiu fundar e manter um colégio secundário (MONLEVADE, 2001, p.35).

Essa situação de não intervenção do governo federal na autonomia das províncias e nos seus sistemas educacionais gerou uma desorganização completa na educação do país, ampliando o abismo entre a elite e as camadas populares que tinham dificuldades para ter acesso à escola.

Sander (2007, p.19) considera que até o início do século XX a organização administrativa da educação brasileira utilizou de um enfoque jurídico, essencialmente normativo e estreitamente vinculado à tradição do direito administrativo romano, interpretado de acordo com o código napoleônico. E isso significa dizer que a tradição do direito romano, com seu caráter normativo e seu pensamento dedutivo, trouxe ao Brasil e aos países da América Latina a infraestrutura legal, propícia para incorporação da cultura e princípios de administração pública e gestão educacional desenvolvidos nos países europeus.

O fato curioso dessa história é que a Lei sob essa ótica é um ideal a ser alcançado e não um parâmetro a ser aplicado, registro que se observa em toda história da educação Brasileira.

A reforma Rocha Vaz (1925) foi a última reforma da chamada República Velha, foi considerada reacionária por ter dado ao Estado brasileiro o direito de controlar ideologicamente o sistema de ensino.

Em relação à vinculação de recursos para a educação, sua proposta já era discutida no país em 1921, quando foi realizada a conferência interestadual do Ensino Primário, no Rio de Janeiro por convocação do ministério da justiça, cuja proposta era a de que os Estados que aderissem a este acordo federativo aplicassem pelo menos 10% de sua receita na instrução primária; propunha também a subvenção (auxílio financeiro, por via de regra, concedido pelos poderes públicos da união variasse de 10 a 60% da importância despendida pelo Estado acordante.

Nesta proposta o Governo Federal apoiava os Estados participantes, pois abria créditos não excedentes ao máximo de 300.000 \$ (trezentos mil réis) por cada Estado. Este programa não foi além da intenção.

Com a urbanização e o crescimento das atividades comerciais e industriais, lentamente a sociedade brasileira passou a exigir mudanças no sistema educacional, pois o mesmo era marcado pela insuficiente oferta de vagas, pelo baixo rendimento, pela discriminação dos iletrados e pela manutenção da estrutura escolar que não atendia a uma sociedade mais complexa.

Em 1930 o presidente eleito Washington Luis foi derrubado por um movimento armado liderado por Getúlio Vargas, que governou o país até 1945. Em 14 de novembro de 1930 foi criado pelo decreto 10.402 o Ministério da Educação e saúde Pública, era a segunda vez que se criava uma pasta ministerial para cuidar da educação.

É nesse período que a idéia da criação de um fundo de financiamento para a educação no Brasil volta à tona. Em 1932 foi redigido o Manifesto dos Pioneiros (1932) encabeçado por eminentes educadores. O documento defendia a educação como função essencialmente pública, a escola deveria ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria, todos os professores deveriam ter formação universitária, o ensino deveria ser laico, gratuito e obrigatório. Neste documento os pioneiros, dentre os quais Fernando de Azevedo (1894 -1974), Anísio Teixeira (1900 – 1971) e Lourenço Filho (1897 – 1970) já apontavam para a instituição de um fundo

que especificasse as verbas que deveriam ser incluídas no orçamento público a serem aplicadas exclusivamente no desenvolvimento das atividades educacionais:

A autonomia econômica não se poderá realizar, a não ser pela instituição de um fundo especial ou escolar, que, constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias seja administrado e aplicado exhaustivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos de ensino, incumbidos de sua direção (TEIXEIRA 1932, p. 50).

O Manifesto influenciou o direcionamento do ensino contido na Constituição de 1934, fato que inaugurou uma nova fase do financiamento da educação, a nova Carta Magna, aprovado pela assembléia constituinte, foi a primeira que contou com capítulo específico (artigo 148 e 158) referente à educação e a cultura, porém suas determinações duraram somente três anos.

A mais importante determinação deste texto legal encontra-se no artigo 156, e previa a vinculação de um percentual mínimo de 10% de sua receita na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos e os Estados e o Distrito Federal nunca menos que 20%. Com o golpe de Estado de 1937, e o surgimento do Estado Novo, Vargas iniciou seu governo ditatorial e impôs a nação a Constituição de 1937 que tratava especialmente da questão educacional nos artigos 128 e 134.

Destaca-se nesse período a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP, instituído pelo Decreto Lei nº 4958/42, que tinha por objetivo a ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo país.

Este fundo constituído de tributos federais criados para este fim previa a ampliação dos recursos pelos Estados e territórios, mediante a assinatura de convênios. Esses convênios pressupunham assistência técnica e financeira da união no desenvolvimento deste ensino nos Estados, desde que estes aplicassem um mínimo de 15% da renda proveniente de seus impostos em ensino primário, chegando-se a 20% em cinco anos.

Por sua vez os Estados se obrigavam a fazer convênios similares com os municípios, mediante Decreto-Lei estadual visando repasse de recursos, desde que houvesse uma aplicação, mínima inicial de 16% da renda advinda de impostos municipais em favor da educação escolar primária chegando-se a 15% em cinco

anos. Em 1944, o Decreto Lei nº 6785 cria a Frente Federal de que proviriam tais recursos: um imposto de 5% incidindo sobre as bebidas.

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se a fase republicana conhecida por República Populista (1945-1964). No campo educacional essa fase foi marcada por várias ações dentre elas a conclusão da Reforma Capanema e a promulgação da Constituição de 1946 inaugurando um regime “liberal-democrático”, baseado no “direito a todos”; concebendo ao Estado o papel de propiciar esse direito. A Carta Magna de 1946 aumentou a responsabilidade da União e dos municípios em relação à educação. Por exemplo, referente à regulamentação dos recursos orçamentários, a Constituição previa em seu artigo 169 que anualmente a União aplicaria nunca menos de 10% e os Estados, Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda resultante aos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Outro fato importante ocorreu em 1961 quando foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases nacional que teve como objetivo colocar em prática a determinação contida na Constituição de 1946 que era a Criação de uma Lei de diretrizes educacionais.

A LDBEN Lei nº 4024/61 preceitua em seu art. 92 que a união aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os municípios, 20% (vinte por cento) no mínimo em educação.

A reformulação do Fundo Nacional do Ensino Primário FNEP, proposta pelo educador Anísio Teixeira, preocupado com a questão do financiamento da Educação foi instituída através do Decreto nº 49581/42 teve como objetivo garantir recursos permanentes para o ensino primário oficial, que por determinação Constitucional/1946 deveria ser gratuita.

Em termos gerais, a idéia de Anísio Teixeira era redistribuir, por meio do Fundo, entre municípios de um Estado da Federação os recursos já existentes para essa etapa da educação, a partir da pré-fixação de um custo médio anual, nacional do aluno.

O fundo de caráter permanente, idealizado por Teixeira, previa que o cálculo do custo/aluno/ano a partir da definição do salário do professor (não-inferior a 1,5 do salário mínimo regional vigente à época para um cargo de salário de 6 horas. Era composto de 20% das receitas de impostos municipais e estaduais e 10% receita de impostos da União, conforme determinação da Constituição de 1946. Se fossem

necessários novos impostos seriam incorporados, além da vinculação Constitucional. Os municípios que não atingissem o custo/aluno/ano com recursos próprios e Estaduais receberiam uma complementação da União.

A etapa educacional atendida era o ensino primário e a faixa etária atendida era de 07 a 11 anos de idade. Na época os investimentos em educação obedeciam às seguintes orientações: 55% pagamento salário dos professores, 7% para administração e serviços; 13% para biblioteca e material de serviço; 15% para assistência alimentação e saúde e 10% para prédios e equipamentos. Portanto, 45% do custo total da escola se originariam das despesas não vinculadas ao pagamento de professores. Criou-se ainda um conselho para gerenciar os fundos (municipal e estadual).

Em 31 de março de 1964 o golpe militar deu início a outra fase da história. No que diz respeito à educação, resolveram revogar as vinculações de porcentagens de arrecadação de impostos, forçando o crescimento da oferta complementar de ensino privado. Foi instituído ainda neste período, através da Lei 4.440 de 27/10/64 o “Salário Educação”, contribuição social recolhida pelas empresas passando a ser um forte adicional de financiamento do Ensino primário e fundamental. Aprovaram a Constituição Federal de 1967, devidamente Emendada em 1969 em que declarava a Educação como o direito de todos e dever do Estado.

A aprovação da Lei 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que fixou as bases do Ensino de 1º e 2º graus baseado nos acordos com MEC/USAID também foi instituída no período militar. Em termos gerais os militares não conseguiram resolver a falta de oferta de vagas e a radicalização das idéias de comando estudantil e intelectual que ganhavam um caráter político-ideológico aumentava.

Monlevade (2001) aponta que no período de 40 anos (1931 a 1971) sob a direção do Ministério de Educação e Cultura e pela reforma do Ensino Médio de 1º e 2º graus, que se construiu um Sistema Nacional de Educação Federal em que a União aumentou seus investimentos em educação superior, fundando Universidades em todos estados. Não só de a este nível de ensino como também ampliou enormemente as matrículas e isso conseqüentemente refletiu negativamente na qualidade de ensino ofertada na rede pública.

Tudo isso segundo Monlevade (2001) em consequência de uma massiva transferência de populações rurais para as cidades, somado ao crescimento demográfico urbanos.

Saviani (1996, p.116), aponta que a Lei 5692/71 completava o ciclo de reformas educacionais com o objetivo de ajustar a educação à ruptura política praticada pelo golpe militar de 1964. Salienta que:

Se procedermos a uma comparação entre os objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) e os da Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71), veremos que são coincidentes na sua formulação. Com efeito, no que diz respeito aos objetivos gerais da educação, a Lei nº 5.692 não trata do assunto (Saviani 1996, p.116).

Face exposto, observa-se que a lei 5.692/71 não apresentou nenhuma requisito manifestado pela sociedade civil nem sequer apareceram protestos da oposição que ocorreram por ocasião da discussão e aprovação da referida lei.

No governo militar foi iniciado um período intenso de lutas sociais, pela volta de vinculação constitucional dos recursos para a educação, tendo como destaque a figura do Senador João Calmon que conseguiu fazer aprovar sua emenda, que elevou o mínimo estabelecido anteriormente. A Emenda Calmon foi aprovada em 1983, mas foi aplicada somente em 1986 a partir do orçamento votado em 1985 e, assim, o ensino público gratuito, financiado por impostos vinculados, acabou prevalecendo. Com o fim da Ditadura Militar e a aprovação da Constituição de 1988, em seu artigo 212, ficou assim definida a porcentagem de recursos: a União com 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios com 25% aplicação na manutenção e desenvolvimento da educação. Percentual que deveria ser tirado da arrecadação de impostos.

E, como o texto constitucional estabelece esses percentuais mínimos em relação à “receita resultante de impostos” além do desrespeito à norma estabelecida na Carta Magna, encontrou-se, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, outro mecanismo para essa exigência. Passou-se a criar novas fontes de receita nomeando-as, porém, não com a palavra “imposto”, mas utilizando o termo “Contribuição”, como são os casos dos COFINS (contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio

Econômico). E observando lei maior essas receitas como não recebem o nome de imposto, não se aplicam à educação. Além disso, segundo o autor, instituiu-se a Desvinculação das Receitas da União (DRU) que permite subtrair 20% das vinculações orçamentárias.

A partir da década de 90 as questões relacionadas ao financiamento da educação básica no Brasil ganham mais espaço a partir de mecanismos como Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização para o Magistério – FUNDEF (1996 a 2006) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais de Educação – FUNDEB a partir de 2007. O texto original relativo ao financiamento da educação básica presente na Constituição de 1988 sofreu duas alterações, a saber: em 1996 e, dez anos depois, em 2006, através da implantação da Emenda Constitucional nº 14 no final de 1996 e em 2006, através da Emenda Constitucional nº 53, com a criação dos fundos citados. Depois das conquistas legais, posteriormente, da fragilidade das políticas públicas em garantir tais avanços em um contexto de enxugamento do Estado preconizado pelas políticas neoliberais, um dos focos de ação política prioritário passou a ser o financiamento.

Dois mecanismos que conseguiram subvincular para 15% no primeiro caso e 20% no segundo caso, o percentual estabelecido Constitucionalmente para a educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente no ano de 1996 marcou, no campo do financiamento da Educação, mudanças expressivas na estrutura do financiamento do Ensino Fundamental. Essa modalidade de ensino foi outra frente de atuação do governo federal na formulação e implementação da política educacional, substituída no governo Lula pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB.

Saviani (2008, p. 2), entende os fundos como medidas regulamentadoras que configuram aquilo que se poderia denominar legislação complementar à LDB, já que, no geral, elas se expressam através de mecanismos legais formalmente denominados leis ou decretos.

3.2 O FUNDEF E O FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A LDB, em seu art. 21, define a organização do sistema de educação brasileira em dois grandes níveis escolares: Educação básica e a educação superior. A educação básica é formada pela educação infantil, o ensino fundamental (antigo 1º grau), ambos de responsabilidade dos municípios, e o ensino médio (antigo 2º grau), de responsabilidade dos estados. Porém a mesma LDB, em seu artigo 10, parágrafo 6º, delega também ao estado a responsabilidade pelo ensino fundamental, compartilhando-as com os municípios (art.11, parágrafo 5º).

Assim, as políticas públicas, no campo educacional, vinham definindo o ensino fundamental como prioridade, canalizando-lhe significativo volume de recursos. Foi então que surgiu em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), de tal maneira que resultou em uma mudança na estrutura do financiamento do Ensino Fundamental. Este título de natureza contábil, caracterizado pelo crédito e movimentação dos recursos em conta bancária especial, creditados exclusivamente para financiar o ensino fundamental.

Dourado (1999), aponta que as negociações travadas em torno da LDB e os ideais gerencialistas que predominam na administração federal a partir da segunda metade dos anos 90 (governo FHC), “definem a ação da União no campo da EB, no exercício da ação supletiva e redistributiva, além da coordenação do sistema nacional de avaliação (CF. art. 211 parágrafo 1º”.

O autor discorre sobre a justificativa que a União apropriou-e em relação a desresponsabilização jurídica com a aplicação direta dos recursos na erradicação do analfabetismo, após a EC nº14/96, que fundamentava-se na importância do exercício da função redistributiva, visando minimizar as grandes diferenças de recursos entre estados e municípios.

Os Estados, Distrito Federal e Municípios são obrigados a investir 25% na educação por determinação Constitucional e têm como base a arrecadação sobre (Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos municípios) e os seguintes tributos: Impostos sobre compra de mercadorias e serviços (ICMS, IPI - Exportação e receita da Lei kandir I) e representam 15% da arrecadação dos mais importantes impostos do Estado e municípios.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre as redes estaduais e municipais baseava-se no número de matrículas no Ensino Fundamental, apuradas pelo censo escolar do ano anterior. Com isso, chegava-se a um valor por aluno estadual: se este valor fosse inferior a um valor mínimo estabelecido pela União, o Governo Federal garantia uma complementação financeira mensal aos entes governamentais localizados no respectivo estado. Ainda do valor do Fundo repassado a ente governamental 60% deveriam ser destinados ao pagamento dos profissionais do magistério em exercício no Ensino Fundamental:

Para o Governo Federal, a pretensão com a criação do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino Fundamental e valorização do Magistério era grandiosa em seus quatro aspectos principais objetivos podem ser resumidos em promover 1- a justiça social, 2 - uma política nacional de equidade, 3 - a efetiva descentralização e a melhoria da qualidade da educação e 4-a valorização do magistério (DOURADO, 1999, p.28).

Baseados nesses objetivos o FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 e regulamentada pela Lei nº 9.424 de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, e implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998 com os objetivos de criar no país um sistema de financiamento que assegurasse pelo menos teoricamente, um ensino de qualidade para todos os alunos do Ensino Fundamental da rede pública e, ainda, criar mecanismos de transferência de recursos entre os três níveis (Federal, Estadual, Distrital e municipal) que busquem diminuir as desigualdades observadas no sistema educacional.

Destacam-se como pontos negativos deste fundo, que o mesmo funcionou nove anos (1998 a 2006) e sempre foi praticado pelo baixo valor mínimo por aluno/ano/, a pequena contribuição da União no montante do fundo, ineficiência dos conselhos de acompanhamento e controle social e a não cobertura da Educação Infantil, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos.

Em relação aos pontos positivos destaca-se a contribuição de forma mais acentuada para a incorporação e manutenção de alunos do Ensino Fundamental nas redes públicas estaduais e municipais, melhoria na remuneração do magistério dessa etapa da educação básica, particularmente onde os salários praticados eram muito baixos.

De 1998 a 2000, o salário médio nacional aumentou 30% (no nordeste, 60%), cujo mérito principal foi o de proporcionar uma melhor redistribuição dos recursos financeiros a serem investidos na educação, mediante a utilização de critérios baseados no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, com o objetivo de atenuar a enorme desigualdade regional existente no Brasil. O FUNDEF contribuiu para transparência e visibilidade na aplicação dos recursos recebidos para a educação e o devido aperfeiçoamento do processo de gerenciamento no setor educacional.

Melchior (1997, p. 48) relata que com a criação de um fundo específico para o Ensino Fundamental, desobriga a União a aplicar pelo menos metade de seus gastos constitucionais, pois como podemos observar no quadro abaixo os impostos que foram transferidos para os Fundos, subvinculados do ensino fundamental, anteriormente, já eram transferidos sem nenhuma vinculação. Ao contrário, a União, além de nada perder, ainda ganha. “Antes ela era obrigada a aplicar 50% dos recursos vinculados”. Agora precisa aplicar o equivalente a, pelo menos, 30% dos recursos vinculados pelo Art. 212, da Constituição Federal.”

Dourado (1999, p. 86) ressalta que “A expressão equivalente significa que este percentual não precisa sair da receita de impostos da União. Isto na prática transforma-se em um mero truque contábil.”

No quadro 2 observa-se a composição do FUNDEF, feita a partir da arrecadação sobre os fundos de Participação dos Estados e municípios (FPE e FPM) e os tributos: Imposto sobre a circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), Imposto para Exportação e Receita (IPI) e a Lei Kandir, e representava 15% da arrecadação dos mais importantes impostos de estados e municípios.

Observa-se nesse quadro que o Imposto de renda não aparece nessa subvinculação, porém constitucionalmente ele faz do compito dos 25% para a educação, assim com o Imposto sobre veículos automotores (IPVA), Imposto sobre operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre transmissão causa mortis e Doações (ITCDM) para as transferências estaduais e para a esfera municipal na apareceram os seguintes impostos: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Quadro 2 - Componentes do FUNDEF

Fundos/Tributos	Descrição	Porcentagem da arrecadação
Fundo de Participação do Estado – FPE	Transferência constitucional, prevista no art. 159, inciso I, alínea “a” da constituição Federal, Formada por 21,5% da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, sendo arrecadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF	15%
Fundo de Participação do Município – FPM	Transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), formada por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Município é realizada de acordo o número de habitantes	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	Previsto no art. 155, II, da Constituição, é um imposto estadual, ou seja, somente os Governos dos Estados do Brasil e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo. O principal fato gerador para sua incidência é a circulação de mercadoria, mesmo que se inicie no exterior	
IPI – Exportação	Parte correspondente a 10% do IPI (imposto federal, ou seja, somente a união tem competência para instituí-lo, conforme Art. 153, IV da Constituição Federal), que é distribuída aos Estados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações, na forma prevista no art. 159, II, sendo que este repartem com os municípios, conf. Art. 159, § 3º	
Lei Complementar nº 87/97 (Lei Kandir)	Prevê o ressarcimento, pela União, em favor dos Estados e Municípios, a título de compensação financeira pela perda de receitas (isenção de cobrança) assegurada para desonerar (baratear) exportações de produtos primários.	

Fonte: Módulo Fundef MEC/FNDE, 2008 E 2009

Observa-se que o FUNDEF retira seus recursos basicamente dos Estados e municípios. Araújo (2007, p. 78) enumera as principais deficiências decorrentes da implantação do FUNDEF. “A primeira delas é seu caráter de focalização no Ensino fundamental, afetando diretamente a capacidade dos entes federados em prover o direito à educação nos demais níveis e modalidades”. Este fenômeno induziu, segundo o autor, o aumento de imensas redes de escolas infantis comunitárias e filantrópicas. A segunda diz respeito às desigualdades regionais e a constituição de 27 fundos repartidos a partir da arrecadação dos impostos o que evidenciou mais ainda a desigualdade no desenvolvimento econômico de cada ente federado e por fim sua implantação provocou uma enorme disputa entre governos estaduais e municipais por alunos do ensino fundamental.

Outro quesito negativo foi um sucessivo descumprimento pela União das regras estabelecidas pela sua participação no fundo. Sua participação no Fundo nunca ultrapassou 3%. Isso leva segundo Araújo (2007, p.79), a quinta deficiência que “é justamente não agregar recursos novos para o setor educacional, constituindo-se apenas numa ferramenta de alocação diferente dos recursos existentes.”

Pinto (2007 p. 878) faz uma análise da distribuição de responsabilidades pela educação no Brasil, tendo por base os dados do Censo Escolar do INEP, em que ficou constatado o grande aumento do peso das matrículas da rede municipal obtendo os seguintes: De 1991 a 1996 as matrículas municipais respondiam por 37% do total da rede pública, com a entrada em 1996 do FUNDEF em 1996 os municípios aumentaram este percentual para 52% nas matrículas públicas. Estes dados chamaram a atenção do autor para o fato de que para poder concluir o ensino obrigatório, crianças e jovens brasileiros precisam freqüentar escolas de diferentes redes de ensino que, em geral, possuem grandes diferenças de qualidade e de padrões de avaliação entre si. E conclui observando que FUNDEF induziu um processo de municipalização sem precedentes no Brasil, a partir do momento em que atrela parcela dos recursos à matrícula no ensino Fundamental regular. Não havendo consulta à comunidade escolar, sendo seus critérios de decisões essencialmente monetários.

O FUNDEF, segundo Pinto (2007, p.881), trouxe desequilíbrio entre os alunos atendidos e a capacidade financeira dos municípios.

Araújo (2007, p.59) ressalta o caráter focalizador do referido fundo, no ensino fundamental afetando diretamente

A capacidade dos entes federados em promover o direito à educação nos demais níveis e modalidades, com destaque para os efeitos perversos no atendimento das crianças de zero a seis anos de idade, seja pela baixa cobertura escolar, seja pela precarização do modelo de atendimento, induzindo a proliferação de uma imensa rede de escolas infantis comunitárias e filantrópicas. Araújo (2007, p.78).

Agregado a esses agravantes, observou-se sucessivos descumprimento pela União das regras estabelecidas para sua participação no fundo. Isso, segundo Araújo (2007, p.150) “Durante todos os anos da vigência do FUNDEF, o valor decretado com o custo-aluno nacional sempre esteve em desacordo com o escrito na legislação “.

3.3 O FUNDEB e o financiamento dos demais níveis de ensino.

O FUNDEF teve vigência até dezembro de 2006, quando foi substituído pelo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB em 1º de janeiro de 2007. Ele foi criado pela EC nº 53/2006 e regulamentada pela lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. É um fundo especial, de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes dos impostos, transferências e contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e complementado por recursos federais. (MEC/FNDE 2009, P. 43)

Este recurso tem a expressão “Fundo especial” porque é formado por receitas específicas e é composto por um conjunto de impostos inclusive transferências constitucionais; tem como objetivo o financiamento de todas as etapas da educação básica infantil (creches para crianças de 0 a 03 anos e Pré - escolar para crianças de 4 a 6 anos), ensino fundamental e ensino médio; além das modalidades, educação de jovens e adultos, educação do campo e educação quilombola, educação profissional, educação especial – destinada a portadores de deficiências e possui normas próprias para aplicação de seus recursos, ou seja, foram criados vinte e sete fundos, e os recursos do Fundo gerados dentro de um determinado estado, não são distribuídos para outros estados.

Cada ente governamental deve considerar na sua contabilidade a movimentação de recursos do Fundo, registrando o valor que ofereceu em contribuição à formação do Fundo e o valor que recebeu em sua conta corrente única e específica onde são depositados os recursos provenientes do Fundo.

No tocante à gestão do Fundo, de acordo com o art.69, parágrafo 5º, da LDB, todos os recursos da educação devem ser administrados pela Secretaria de Educação. A implantação do FUNDEB, iniciada em 1º de janeiro de 2007, estava sendo realizada de forma gradual, de maneira que nos dois primeiros anos (2007 e 2008) os alunos foram considerados de forma parcial. A partir do terceiro ano (2009), a distribuição de recursos do Fundo está considerando todo o universo de alunos da Educação básica e, em relação aos recursos, os percentuais de receitas, provenientes dos Estados, Distrito Federal e Municipal atingem o patamar de 20% de contribuição conforme previsto em Lei, sua vigência será de 2007 a 2020 conforme consta no Módulo FUNDEB expedido pelo MEC em 2009.

O FUNDEB tem como objetivo financiar as ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica e, ao mesmo tempo, valorizar os trabalhadores em educação, além de ter como compromisso garantir a melhoria da qualidade do ensino e a conseqüente promoção da inclusão sócio-educacional.

As ações de manutenção e desenvolvimento do ensino são voltadas à consecução dos objetivos das instituições educacionais de todos os níveis. Inserem-se no rol destas ações, despesas relacionadas à aquisição, manutenção e o funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, aquisição de material didático, transporte escolar, entre outros.

Ao estabelecer quais despesas podem ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino a Lei 9.396/96 – LDB pressupõe que o sistema coloque o foco da educação na escola e no aluno. Daí a necessidade de vinculação necessária dos recursos aos objetivos básicos da instituição educacional. (MEC/FNDE, 2009).

Monlevade (2006) aponta que ao contrario do FUNDEF, o FUNDEB tem, “pelo menos durante dez anos, um aumento anual significativo de matrículas, devido à demanda ativa na educação infantil, ao acréscimo vegetativo do ensino médio e a demanda reprimida da EJA e educação especial.”

Com isso, pode graduar o aumento de percentuais fixados em lei conforme exposto no quadro 3 da página 35,

No quesito remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação – estão contempladas nesse grupo as despesas realizadas com habilitação de professores leigos; capacitação dos profissionais de educação (magistério e outros servidores em exercício na educação básica) por meio do programa de formação continuada; remuneração dos profissionais da educação básica que desenvolvem atividades de natureza técnico-administrativa (com ou sem cargo de direção ou chefia) ou de apoio, com o auxiliar de serviços gerais, o auxiliar de administração, o (a) secretário (a) da escola lotados nas escolas ou órgãos/unidade administrativa da educação básica pública.

Também estão inseridas as despesas com aquisição, manutenção, construção e conservação da instalação e equipamentos necessários ao ensino tais como: aquisição de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios, destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino; ampliação,

conclusão e construção de prédios, poços, muros e quadras de esportes nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino; aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema da educação básica pública (carteiras e cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores, televisores, antenas, etc.); manutenção dos equipamentos existentes; reforma, total ou parcial, de instalações físicas do sistema da educação básica.

E ainda, os levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino, organização de banco de dados, realização de pesquisas que visem à elaboração de programas, planos e projetos voltados ao ensino prioritário dos respectivos entes federados. A despesa com a realização de atividades meio necessárias ao funcionamento de ensino tais como: despesas inerentes a custeio das diversas atividades relacionadas ao adequado funcionamento da educação básica, dentre os quais se podem destacar: serviços diversos (de vigilância, de limpeza e conservação, dentre outros), aquisição do material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema (papel, lápis, canetas, grampos, colas fitas adesivas, giz, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas); na concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas sem fins lucrativos; na aquisição de material didático escolar e manutenção de transporte escolar rural também são contempladas pelo FUNDEB, além de despesa com aquisição de material esportivo podem ser custeados com esse recurso desde que esse material (redes, bolas, bastão, alteres) seja destinado à utilização coletiva, pelos alunos da educação básica pública do respectivo Estado ou município, nas atividades promovidas pelas respectivas escolas, como parte do conjunto de modalidades esportivas trabalhadas nas aulas de educação física ou praticadas nas competições esportivas internas desses alunos (MEC/FNDE 2009).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos impostos e transferências dos Estados Distrito Federal e Municípios se encontram vinculados à Educação. Com a emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municipal passaram para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a Educação Básica, por meio do FUNDEB, que promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo

com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art.211 da Constituição Federal). Ou seja, os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base nos alunos do ensino fundamental e médio.

Da mesma forma, a aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica.

No caso do Distrito Federal, entretanto, essa regra é adaptada a especificidade prevista no artigo 10 da LDB (Lei nº 9.394/96) que estabelece a responsabilidade do governo distrital em relação a toda a educação básica.

O fundo é composto pelos seguintes recursos: Fundo de Participação dos Estados-FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto Sobre a circulação de mercadorias – ICMS; Imposto sobre produtos industrializados – IPI; Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD; Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto Sobre a propriedade Territorial Rural – ITR;

A receita da dívida ativa e de juros e multas incidem sobre as fontes ora relacionadas e cabe ao Governo Federal complementar com uma parcela dos recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

O fundo não é considerado Federal, Estadual nem municipal, por se tratar de um Fundo de natureza contábil, formado com recursos provenientes das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal); pelo fato da arrecadação e distribuição dos recursos que o formam serem realizadas pela União e pelos Estados com a participação do Banco do Brasil como agente financeiro do Fundo e, por fim, em decorrência dos créditos dos seus recursos serem realizados automaticamente em favor dos Estados e municípios de forma igualitária, com base no número de alunos.

Garcia (2010) descreve que a união entra na cota do fundo apenas para complementar os estados que não atingiram o valor mínimo por aluno, deixando de aplicar o limite de aplicação de 30% estabelecido através da ADCT art. 60 com redação determinada pela EC nº 14/1996 para a educação, passando a aplicar em

MDE um pouco mais do limite mínimo estabelecido com 18,49 % em 2007 e 18,90% em 2008 e recomenda que

Sejam analisados os efeitos da Desvinculação de Receita da União (DRU) no valor destinado a Educação. A DRU, através das diversas redações dadas ao art.76 do ADCT desvincula de órgãos, fundo de despesa, 20% do arrecadado pela União com impostos, contribuições sociais ou de intervenções no domínio econômico. Em função dessa desvinculação o valor destinado a educação é reduzido (GARCIA 2010, p.10).

Monlevade (2004), já mostrava indícios que havia a necessidade incluir outros tributos além dos impostos e que de 1995 para cá a arrecadação das contribuições sócias (CSSL, CPMF, PIS, COFINS etc) cresceram mais de 300% ao passo os impostos (IR, IPI, IOF, II) cresceram menos de 100%.

A Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, que criou o FUNDEB, estabeleceu um prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para sua vigência e, portanto, expirará em 2020.

A distribuição do recurso está vinculada ao número de alunos da educação básica pública, de acordo com os dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art.211 da constituição Federal.

No quadro 3 observa-se a origem dos recursos e de que maneira é feita a participação deste no fundo contábil.

Ednir (2009, p.107) relata que “A redação enviada pelo governo federal para tramitação no Congresso nacional propôs o FUNDEB com validade de catorze anos, voltando a manutenção e desenvolvimento da educação básica e a remuneração do magistério”.

A partir daí manteve-se a idéia de 27 fundos estaduais, com a subvinculação de 20% sob os 25% assegurados constitucionalmente. O que ocorreria de forma gradual, pois sua utilização completa seria depois de seus três anos de vigência.

Observa-se ainda no quadro 3, a exclusão de impostos arrecadados pelas prefeituras: o Imposto Predial e Territorial e Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre transferência de bens imóveis.

Quadro 3 – Composição do FUNDEB

UFs	Origem dos recursos		Participação no Fundo			
			1º Ano (2007)	2º Ano (2008)	3º Ano (2009)	2010 a 2020
Estados, DF e Municípios	Receitas que compunham o Fundef	Fundo de participação dos Estados (FPE) Fundo de Participação dos Municípios (FPM)* Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp)* Recursos relativos à desoneração exportações (LC nº 87/96) Receita da dívida ativa tributária, juros e multas**	16,66%	18,33%	20,00%	20,00%
	Novas Receitas	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doações de bens ou direitos (ITCMD) Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) (ITRM) Imposto que a União velha a instituir	6,66%	13,33%	20,00%	20,00%
União	Recita que compunha o Fundef	Complementação Federal*	R\$ 2 bilhões	R\$ 3,2 bilhões	R\$ 5,1 bilhões	10% da contribuição o total de Estados, DF e Municípios

Fonte: FUNDEF, MEC/FNDE, 2009

Os municípios receberão os recursos do FUNDEB, com base no número de alunos da Educação infantil e do Ensino Fundamental e os Estados com base no número de alunos do Ensino fundamental e médio observando a seguinte escala de inclusão: Alunos do ensino regular e especial considerados: 100% a partir de 2007; Alunos da Educação infantil, Ensino Médio e EJA considerados: 33,33% em 2007; 66,66% em 2008 e 100% a partir de 2009; cada esfera (estadual ou municipal) serão considerados os alunos da educação básica, observada a prioridade de atendimento, de acordo com o art. 211 da Constituição Federal.

Os novos impostos acrescidos ao FUNDEB que não constavam no FUNDEF se incorporaram ao fundo de forma gradual, conforme previsto em Lei.

3.3.1 Da utilização dos recursos do FUNDEB

Em relação à utilização do recurso do FUNDEB ele deverá ser direcionado levando-se em consideração os respectivos âmbitos de atuação prioritária (art.211 da Constituição Federal), a saber: o mínimo de 60% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública; o restante dos recursos em outras despesas da manutenção e desenvolvimento da Educação Básica Pública.

A arrecadação dos recursos que compõem é realizada pela união e pelos Governos Estaduais, a disponibilização dos recursos gerados é realizada periodicamente, pelo Tesouro Nacional e pelos órgãos Fazendários dos Governos Estaduais, ao Banco do Brasil que procede a distribuição dos recursos em favor dos Estados e Municípios beneficiários.

O valor a ser repassado resulta do montante arrecadado, ou seja, as variações dos repasses decorrem das variações nos valores que são arrecadados. Como arrecadação das receitas que compõe o fundo, por sua vez varia, em função do comportamento da própria atividade econômica, tem-se que oscilações de valores comuns e normalmente, não são significativas. De qualquer modo, o valor arrecadado, a ser distribuído às contas específicas do Estado e seus municípios, em uma determinada Unidade Estadual, é multiplicado por um coeficiente de distribuição recursos, calculado para vigorar em cada ano, em cada Estado e em cada Município. Obtendo-se, com esse cálculo, o valor devido a cada governo, proveniente daquele montante de recursos a ser distribuído. Esse procedimento é repetido a cada vez que se tem um valor a ser distribuído.

Não há possibilidade de ocorrer atrasos nos repasses do FUNDEB em face da natureza das transferências dos recursos que são repasses constitucionais e da automatização dos créditos (sem necessidade de autorizações ou convênios), a regularidade é uma importante característica dos créditos realizados nas contas específicas do Fundo no Banco do Brasil. Isso faz com que os créditos ocorram, fielmente e sem atrasos, com a mesma periodicidade em que são creditados os valores dos impostos a serem arrecadados (FPM, FPE, ICMS, IPI, ITCMD, IPVA E ITR) que são alimentadoras do fundo (MEC/FNDE, 2009).

O pagamento das despesas, a serem cobertas com recursos do FUNDEB, deve ser realizado, pelos Estados e Municípios: mediante emissão do correspondente documento bancário em favor do credor, a débito da respectiva conta específica do FUNDEB no Banco do Brasil, ou mediante transferência, do valor financeiro correspondente, para a instituição bancária eleita para realização do pagamento, na data da sua efetivação, levando-se em consideração o prazo necessário à compensação do valor a ser transferido entre as instituições bancárias envolvidas.

3.3.2 Da movimentação financeira dos recursos

A movimentação dos recursos financeiros creditados na conta bancária específica do Fundo deverá ser realizada pelo (a) Secretário (a) de Educação (ou o responsável por órgão equivalente) do respectivo governo, solidariamente com o chefe do Poder Executivo, atuando mediante delegação de competência deste, para atuar como ordenador de despesas desses recursos, tendo em vista a sua condição de gestor dos recursos da educação, na forma do dispositivo no art.69 parágrafo 5º da Lei nº 9.394/96.

Por oportuno observa-se que esses recursos podem ser temporariamente direcionados para aplicações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, devendo as receitas financeiras decorrentes dessas aplicações serem direcionadas à educação básica pública, da mesma forma que o valor da transferência originalmente creditada na conta.

Os recursos do FUNDEB devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Constituição

O mínimo de 60% desses recursos deve ser destinado anualmente à remuneração dos profissionais do magistério (professores e profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica pública (regular, especial, indígena, supletivo), e a parcela restante (de no máximo 40%) seja aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento também da educação básica pública.

Salienta-se que os recursos para remuneração é de no mínimo 60% do valor do FUNDEB, porém, não há impedimento para que se utilize até 100% dos recursos a remuneração dos profissionais do magistério

O fato é que a maioria dos Estados e municípios utilizam sempre o percentual mínimo autorizado para pagamento dos professores.

3.3.3- Despesas em que não se aplica o recurso do FUNDEB

Integrantes do magistério em atuação em outro nível de ensino que não esteja na esfera de atuação de estado ou município; Inativos, mesmo que, quando em atividade, tenham atuado na educação básica; pessoal da educação, que não seja integrante do magistério, como pessoal de apoio e/ou técnico-administrativo; integrantes do magistério que, mesmo em atuação na educação básica pública, estejam em desvio de função, ou seja, em exercício de funções que não se caracterizam como funções de magistério (exemplo: secretária da escola); integrantes do magistério que, mesmo em atuação na educação básica, encontrem-se atuando em instituições de ensino privado.

Quanto ao uso do restante dos recursos, máximo 40%), aplicam-se as proibições previstas no art.71 da Lei 9.394/96- LDB, que prevê a impossibilidade de aplicação dos recursos da educação para fins de pesquisa, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua qualidade ou à sua expansão; subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural; formação de quadros especiais para Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos; programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública.

A obrigação de estados e municípios destinarem o mínimo de 60% do FUNDEB, para fins de pagamento de remuneração do magistério, emana da Constituição Federal, portanto fora do alcance de outro mandamento infraconstitucional que contenha regra distinta. A Lei de Responsabilidade Fiscal ao estabelecer o limite máximo de 54% das receitas correntes líquidas, para fins de cobertura dos gastos com pessoal, não estabelece mecanismo contraditório ou que comprometa o cumprimento definido em relação à utilização dos recursos do FUNDEB.

Araújo (2007) identifica os elementos de financiamento nos governos de FHC e Lula, cujos resultados são: A dinâmica de descentralização não foi alterada, pois significou a transferência da gestão do ensino do governo Estadual para a esfera municipal. Assim, a municipalização do Ensino foi tomada como sinônimo de

descentralização. Com a criação da Emenda Constitucional nº 53 ficou claro que a tentativa da união era aprovar um desenho que não provocasse mudanças bruscas na capacidade de gastos já existentes com educação.

Observa-se que de 2003 a 2007, com dados na evolução orçamentária dos valores absolutos atribuídos a pasta da educação e pelos percentuais que a área atingiu no total das verbas federais campo, gastou-se menos em educação de que nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Segundo dados em uma pesquisa intitulada “Financiamento da educação no Governo Lula” elaborada pela Companhia Nacional pelo Direito da Educação, a porcentagem separada para educação em 2003 foi de 2,88 no início do governo, em 2004 caiu para 2,67% e em 2005 foi para 2,44%, voltando em 2007 para o mesmo patamar que ocupava no início do governo com 2,87%.

Araújo (2007, p.146) relata depoimentos colhidos em audiência pública no congresso Nacional em que está manifestada a preocupação de que sem uma nova atitude da União perante o financiamento da educação básica, o FUNDEB não sairia do papel. A representação do CONSED foi explícita nesta cobrança pontuando que a história do FUNDEF mostra que ele tem sido financiado basicamente pelos Estados e Municípios, e que receiam que a história se repita com o FUNDEB, salientando que dividir a miséria que já existe entre Estados e Municípios não vai resolver o problema da educação no Brasil.

Destaca que a Emenda Constitucional nº 53 não representa uma ruptura com a dinâmica da descentralização das políticas educacionais implementadas pelo governo anterior, mantendo inalterada as competências entre os entes federados

3.4 Outros Programas da Política de Financiamento da Educação

O Governo Federal é o responsável por suplementar os recursos a serem investidos na educação através dos seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAT) e Programa Nacional do Livro Didático (PNALD) em que todas as ações são executadas pelo FNDE.

Além dos impostos sobre os quais são calculados os 18% e 25% para a manutenção e desenvolvimento do ensino, outro tributo é usado para financiar as

políticas públicas de educação básica: o salário-educação (SE), que é uma contribuição social cobrada das empresas.

Na prática, quem arrecada este tributo compulsório de 2,5% calculado sobre o valor da folha de pagamento dos funcionários é arrecadado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que deduz 1% do montante a título de taxa administrativa e envia os recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia criada em 1968 e ligada ao Ministério da Educação. Esse órgão faz a gestão das verbas do salário-educação; desconta 10% e distribui os outros 90% do montante arrecadado em duas: cota federal e cota estadual e municipal.

Outros recursos adicionais tais como, outras contribuições sociais, das loterias e concursos de prognósticos e até mesmo das verbas provenientes da Desvinculação das Receitas da União (DRU) servem para financiar os vários programas oferecidos pela autarquia.

As condições para participação das escolas no PDDE são: Disponibilidade de conta bancária específica para crédito dos recursos, por isso a necessidade da escola dispor de unidade Executora Própria- obrigatória no caso de estabelecimento com mais de 50 (cinquenta) alunos. Já nas escolas com menos de 51 alunos, a conta bancária é aberta em nome da prefeitura ou da Secretaria Estadual ou Distrital de Educação (EEx) de acordo com a vinculação do estabelecimento de ensino.

3.4.1 - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

A política de descentralização dos recursos da Educação, que propiciou às escolas o recebimento, gestão e fiscalização de recursos públicos teve início em 1995 com o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). A partir da Medida provisória nº 1.784, de 17/12/98, o PMDE passou a ser denominado “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE).

Este programa tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, nas escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e as escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

A adesão consiste na manifestação de interesse da prefeitura municipal, da Secretaria Estadual e Distrito de Educação e da entidade mantenedora de participarem do PDDE, mediante envio, ao FNDE, de dados e informações exigidas visando atualização do banco de dados dessa autarquia.

O programa engloba várias ações e tem por objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiros, administrativos e didáticos, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica e ainda reforçar a autonomia gerencial e a participação de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais serviços da educação, colaboradores, voluntários, nas unidades de ensino, com o propósito de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade. O orçamento previsto para 2011 é de R\$ 1,5bilhão (BRASIL, 2009).

Os recursos são transferidos independentemente da aceleração de convênio ou instrumento congênito, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao repasse.

Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental, Em 2009, com a edição da Medida provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009) foi ampliado para toda educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.

França (2009) esclarece que a meta principal do PDE é equiparar os indicadores educacionais brasileiros aos das nações mais desenvolvidas do mundo até 2022. para isso, necessita de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que foi criado para medir e monitorar as ações do PDE.

Para Oliveira (2007, p. 32) o IDEB é

Um índice que combina desempenho padronizado nas provas nacionais (SAEB e Prova Brasil) com aprovação. Sua principal utilidade seria contribuir para o monitoramento dos sistemas de ensino, subsidiando portanto, políticas tanto de financiamento quando para a avaliação de iniciativas de diversas ordens.

Para o autor o problema não consiste no monitoramento em si, mas quando passamos a considerar o IDEB como um indicador de qualidade.

Em 2010, o orçamento do PDDE foi de R\$ 1,4 bilhões para todas as duas ações. Foram beneficiados pela ação PDDE Manutenção 41.124.404 alunos de 137.640 escolas públicas e particulares; pela ação o PDDE escolas de fim de semana, 1.839.594 estudantes de 2.223 escolas. Pelo PDDE Educação integral, 5.993.270 alunos de 9660 instituições de ensino; e pelo PDDE Escolas 10.0070894 alunos de 16.643 escolas (BRASIL, 2009).

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo dados do Censo do ano anterior. O dinheiro destina-se a aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar (aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação da aprendizagem; implementação de projetos pedagógicos; e desenvolvimento de atividades educacionais).

Do PDDE originaram ações que implementaram a execução das atividades através dos recursos enviados diretamente para as escolas que são: Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE – Escola) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Estes programas concorrem para a melhoria da gestão nas escolas públicas de educação básica que não tiveram desempenho satisfatório no IDEB por meio da ação na Escola. Os recursos são repassados as unidades de ensino das redes estaduais e municipais que aderiram ao e planejaram a implementação, do PDE – Escola.

O recurso do PDDE é oriundo do “salário-educação” através do FNDE. O repasse para as escolas com baixo desempenho no IDEB em 2007 vão de R\$ 15 mil para as escolas com até 99 alunos a R\$ 75 mil para escolas com mais de 3999 estudantes. Assim, os recursos do PDE-Escola devem ser usados, prioritariamente, em adaptações arquitetônicas e estruturais para assegurar a instalação e operação de laboratórios de informática distribuídos pelo Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e garantir acessibilidade ou mobilidade reduzida.

Outra ação desenvolvida é o funcionamento das escolas nos finais de semana em que as Escolas públicas de ensino fundamental ou médio selecionadas por estado, Distrito Federal e municípios segundo critérios da Secretaria de Educação continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação também recebem recursos para funcionar nos finais de semana oferecendo atividades educacionais e recreativas. O dinheiro destina-se a compra

de material permanente, material de Consumo e as despesas com transporte e alimentação dos responsáveis pelas atividades.

O PDDE também é destinado à adoção de Educação Integral pelas escolas, com a oferta de no mínimo de sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, lazer, artísticas e culturais, entre outras.

Os recursos servem tanto para transporte e alimentação dos monitores, para a contratação de serviços quanto para a compra de material permanente e de consumo necessários para o desenvolvimento das atividades de educação integral. São beneficiadas escolas de ensino fundamental ou médio selecionadas pelas SECAD, para a execução do Programa Mais Educação em 2010.

A ação do PDDE referente ao Ensino Médio inovador também efetua repasse de recursos para escolas públicas estaduais, distritais de ensino médio regular. Para que as unidades de ensino recebam a transferência financeira, as respectivas secretarias de educação precisam aderir ao Programa Ensino Médio Inovador e cadastrar os Planos de Ação Pedagógicas (PAP) das escolas pertencentes as suas redes no módulo do Sistema Integrado de Planejamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Caso os planos sejam aprovados pela Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB), essas escolas passam a ser beneficiadas pela ação. (BRASIL, 2009).

Os repasses são destinados ao desenvolvimento de práticas inovadoras no ensino médio regular e poderão ser aplicados em diversas ações.

3.4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

Este programa foi implantado em 1955 e garante por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O objetivo deste programa é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, conforme se observa no quadro 4:

Quadro 4 - Valores repassado pela União, a partir de 2010, para os Estados e Municípios

Modalidade de Ensino	Valor por aluno/Dia
Pré-escola, ensino fundamental e ensino Médio	R\$ 0,30
Creches Escolas indígenas e Quilombolas	R\$ 0,60
Escolas que oferecem ensino integral	R\$ 0,90

Fonte: MEC, FNDE/2010.

O repasse é feito com base no Censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

3.4.3 Programa Nacional do Livro Didático

Este programa, criado em 1985, distribui gratuitamente obras didática, escolhidas pelos professores, para cerca de 140.000 escolas públicas do Ensino Fundamental (1ª a 8ª series), nos 5.561 municípios, atendendo a, aproximadamente 30 milhões de alunos, nos seguintes componentes: Língua Portuguesa, Matemática, ciências História, Geografia e a cartinha de alfabetização. Além de distribuir livros dessa disciplina, o programa atende alunos e escolas, com dicionários. Alunos portadores de deficiência visual são contemplados com livro em Braille.

Em 2010, para utilização a partir de 2011, foram investidos R\$ 893 milhões na aquisição e na distribuição de 120 mil livros para todo o ensino fundamental. Houve reposição e complementação para as séries iniciais de 1º e 2º anos, e distribuição integral para os anos finais. Para esse segmento foram distribuídos livros de Língua estrangeira pela primeira vez. Para o ensino médio, foram investidos R\$ 184 milhões para aquisição e distribuição de 17 milhões de livros, para complementação e reposição da distribuição integral realizada em 2009.

Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, do 1º ao 9º ano do Ensino fundamental e Ensino Médio com exceção dos alunos da educação infantil.

O FNDE distribui os livros didáticos a partir de projeções do censo escolar referente a dois anos anteriores ao ano do programa, no momento do processamento da escolha feita pelas escolas. Havendo sempre oscilações entre o número de alunos e de livros. Segundo o FNDE este problema seria resolvido a partir de um remanejamento entre as escolas, porém, cada escola teve a sua escolha e isso dificulta ainda mais esse remanejamento.

Então o FNDE implantou em 2004 o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica - SISCORT que tem como objetivo, direcionar, registrar e controlar o remanejamento e a distribuição da Reserva Técnica, no âmbito do PNLD, atendendo apenas as turmas do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental.

3.4.4. Programa Transporte Escolar

Existem dois programas que são executados pelo Ministério da Educação voltados ao transporte escolar de alunos moradores da zona rural: O caminho da escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

O primeiro deles foi criado pela Resolução nº 63, de 28 de março de 2007 e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), de linha de crédito especial para aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

O segundo PNATE foi instituído pela Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, municípios e Distrito Federal.

O programa foi ampliado para toda educação básica, beneficiando também a educação infantil a partir da publicação da Medida Provisória nº 455/2009 que foi transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Este programa custeia despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básicas públicas residentes, em áreas rurais.

Segundo dados do FNDE o valor per capita/ano varia entre R\$ 120,73 e R\$ 172,24 de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza.

3.4.5 Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA)

Este programa do FNDE, com interfaces das secretarias estaduais de educação e municipais de Educação das regiões Norte e Nordeste e Centro-oeste e financiamento proveniente do Bando Mundial (BIRD), tem como objetivo promover um conjunto de ações para melhoria da qualidade das escolas de ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas públicas, assim como a escolaridade nessas regiões do país.

Quadro 5 - Distribuição por etapas do FUNDESCOLA

Etapas	Mês/ano	Valor investido
FUNDESCOLA I	Junho/1998 a junho DE 2001	UR\$ 125 milhões
FUNDESCOLA II	Dez./1999 a Dez./2005	Ur\$ 402 milhões
FUNDESCOLA III ETAPA III A	Junho/2002	UR\$ 320 Milhões
FUNDESCOLA ETAPA III B	2008 a 2010	Sem valor estimado.

FONTES: MEC, FNDE, 2010.

Os valores repassados pelo FNDE foram reduzidos gradativamente, obrigando os Estados e Municípios a assumirem as escolas que alcançaram as médias no IDEB, responsabilizando-se apenas pelas unidades com rendimento abaixo da média.

4 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA DE 2003 A 2010

No período compreendido de 2003 a 2010, na gestão do então Governador Ivo Narciso Cassol, a Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o governo Federal, aderiu aos programas citados, acrescentando em sua política pública destinada ao financiamento da educação outros programas com recursos próprios (5% arrecadados dos impostos destinados à educação).

Entre os programas destaca-se o de Apoio Financeiro (PROAFI) instituído pelo Decreto 8.793/99, alterado pelo Decreto 9108/00 e Decreto 14101 de 16 de fevereiro de 2009.

Esse programa foi criado para atender às necessidades de Manutenção e Conservação das escolas da rede pública do estado de Rondônia, com o objetivo de descentralizar os recursos, em que as escolas têm autonomia própria para gerenciar os gastos no que for necessária para o bom desempenho dos alunos.

Os repasses dos recursos financeiros são depositados diretamente na conta da Associação de Pais e Professores da escola.

As despesas pagas com este recurso são de Manutenção e conservação do prédio, mobiliário e equipamentos da escola e demais órgãos atendidos pelo programa; aquisição de material não permanente, aquisição de material didático e pedagógico não permanente; telefone e provedor de internet.

Não é permitida a aquisição de material permanente por se constituir como despesa de capital, despesas com diárias e qualquer remuneração de servidores, por se constituir em despesa com pessoal.

Critérios e formas de repasse do PROAFI de acordo com os artigos 1º e 2º da Portaria nº 0465/09- GAB/SEDUC de 17/03/2009.

Art.1º - Estabelecer critérios e formas de transferências de recursos provenientes do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI do processo normal, às escolas urbanas e rurais da rede pública estadual, que possuem ou não unidades executoras e/ou não recenseadas.

Art.2º Os recursos do PROAFI serão repassados às unidades executoras das escolas urbanas e rurais da rede pública estadual, em conformidade com o artigo 1º do Decreto nº 14.101/2009 de 16/02/2009, tomando pó base :

I – para as unidades escolares que oferecem a educação infantil, o Ensino Fundamental e Médio, Regulares e a Educação Especial, o Custo/aluno/mês, à base de R\$ 2,00 (dois Reais), para cada aluno matriculado na escola;

II- Os centros estaduais de Educação Jovens e Adultos receberão recursos financeiros, observando os valores a seguir:

- a) até 500 (quinhentos) alunos, valor semestral de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), para cada aluno matriculado na escola;
- b) até 1.500 (um mil e quinhentos) alunos, valor semestral de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

III - O Centro Estadual de Educação Especial receberá o valor semestral de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Portaria n.0465/GAB/SEDUC/2009

O valor do PROAFI para o ano de 2010 foi de R\$ 3,00 por aluno de acordo com o Decreto nº 14971 de 17 de março de 2010. O PROFIPES, criado pela Lei 1517/05, é um programa de suporte financeiro a Projetos Escolares, cuja participação requer a adesão da escola e tem como objetivo propiciar as unidades de ensino o fortalecimento de sua autonomia pedagógica através de projetos escolares que visem à eficácia do processo de ensino e de aprendizagem.

O Programa atende às escolas da rede estadual nas modalidades Ensino Fundamental, Médio, incluindo as especificidades da Educação Especial, Educação de jovens e Adultos (presencial), Educação Indígena e Educação Profissional, devidamente regularizadas.

Cada escola terá direito ao repasse de recursos financeiros para a execução de 01 (um) Projeto por ano, independentemente do total de alunos matriculados na unidade de ensino, pois os projetos Escolares são elaborados para atender alunos alvos da ação que objetiva solucionar o problema, seja por ano, modalidade de ensino, por turno, por nível de ensino ou por segmento e, ainda, contemplar atividades de formação continuada envolvendo professores e corpo técnico.

A elaboração do projeto ficará a cargo dos professores e equipe técnica da escola (supervisor, orientador, psicólogo) em ação conjunta com a comunidade escolar. (Lei 1517/05/SEDUC)

O repasse dos recursos será efetuado sem a necessidade de convênio, diretamente em conta corrente da APP, em uma única parcela, para um período de execução e aplicação de até 05 (cinco) meses, conforme explicitado no programa. A prestação de contas dos recursos destinados aos projetos Escolares deverá ser encaminhada a SEDUC ultimo dia do ano anterior.

Outra ação implantada pelo Governo do Estado de Rondônia foi o Projeto Estadual de Melhoria da Escola (PME) com repasse de recursos financeiros para a cobertura de despesas de capital e de custeio de ações do Plano de Desenvolvimento da Escola PDE. Este projeto, Instituído a partir do Decreto nº

14578 de 18 de setembro de 2009, é considerado como meta da Secretaria de Estado da Educação- SEDUC, contemplada no Plano Plurianual – 2000/2010 a implantação do Plano de Desenvolvimento da escola – PDE em todas as escolas da rede pública estadual; a relevância do planejamento estratégico para a sistematização de procedimentos, atividades e ações implementadas no ambiente escolar e para o fortalecimento da autonomia das escolas.

Este Decreto em seu artigo 1º institui o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, que é destinado a elevar o desempenho acadêmico do aluno, modernizando a gestão escolar e participação da comunidade na escola sendo necessário para subsidiar este plano a implantação do Projeto de Melhoria da Escola – PME Estadual destinado a repassar recursos financeiros do orçamento próprio do Estado às escolas da rede pública estadual que implantarem o PDE, para cobertura de despesas de custeio e de capital.

Constituem despesas de capital, os custos de inversão que referem aos itens de grande durabilidade, que se caracterizam como material permanente passível de tombamento a serem tombados ou relacionados para o patrimônio do Estado, adquiridos ou produzidos para viabilizar desempenho acadêmico da escola. Já a despesa de custeio ou custos com manutenção refere-se à aquisição de bens de consumo ou de expediente ou contratação de serviços necessários à melhoria do desempenho da escola.

Esses recursos também poderão ser empregados em adequações arquitetônicas e estruturais que visem a assegurar a instalação e operação de laboratórios de Informática distribuídos pelo Programa nacional de Informática na Educação – PROINFO e garantir a acessibilidade física nas escolas, criando condições para que os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida nelas permaneçam, nos termos previstos no Programam escolar Acessível.

A tabela 1, apresenta os valores que devem ser repassados para as escolas de acordo com o número de alunos registrados no censo do ano anterior e divididos em percentuais de 40% para capital e 60% para custeio, de acordo com o Decreto nº 14578 de 18 de setembro de 2009.

Tabela 1 – Demonstrativo de valores de repasse PDE/PME

Nº de alunos censo anterior	Total de recursos R\$	Capital 40%	Custeio 60%
De 50 a 199	4.400,00	1.760,00	2.640,00
De 200 a 500	6.200,00	2.480,00	3.720,00
De 501 a 1000	10.000,00	4.000,00	6.000,00
De 1001 a 1500	12.000,00	4.800,00	7.200,00
Acima de 1500	15.000,00	6.000,00	9.000,00

Fonte: RONDÔNIA, Decreto nº 14578 de 18 de setembro de 2009

Segundo a legislação vigente, o repasse dos recursos os PME Estadual será efetuado em uma única parcela anual a unidade executora das escolas (APP`s ou similares), tendo como base o número de alunos atendidos no ensino fundamental e médio, indicados no Censo escolar do ano anterior ao do repasse, destinado 40% (quarenta por cento) às despesas de capital e 60% (sessenta por cento) às despesas de custo, conforme observado na tabela acima.

De um modo geral, a maioria dos estudos destinados para questões relacionadas com a avaliação de políticas públicas educacionais pretende investigar o impacto dessa políticas na escola e na qualidade do ensino.

Assim, um dos principais objetivos perseguidos pelas autoridades educacionais nas últimas décadas passou a ser a qualidade do ensino em todas as modalidades. Segundo dados de 2007 do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio, por exemplo, o valor investido em educação pelo Estado de Rondônia foi de R\$ 7.967.034,00 contemplando as seguintes ações: Projetos específicos implementados para a melhoria da qualidade no ensino médio: R\$ 4.353.034,00; Projeto Ensino Médio no Campo (PROEMCRO) com 3.200 alunos matriculados; aquisição de kit`s pedagógicos (Apostilas de física, Química, Biologia, História e Geografia); aquisição de caminhotes, motos; Transporte escolar dentro da área rural; Aquisição de acervo bibliográfico atendendo a 80 escolas das 153 previstas; entre outras ações, demonstram o impacto das políticas públicas destinadas a educação no estado de Rondônia.

Diante do novo cenário que vivenciamos com fontes asseguradas de recursos para a educação, não restam dúvidas de que o Estado usa todos esses mecanismos para potencializar seu afastamento em relação as suas obrigações.

Silva, (2009 p,18) destaca que essa atitude faz florescer oportunidades para que setores de iniciativa privada assumam parte do papel do Estado fazendo com que os serviços públicos passem a ter características dos serviços privados, transformando-se em mercadoria e que cada cidadão adquira em conformidade com as suas potencialidades.

Aqui a descentralização será concebida antes mesmo de ser uma necessidade é, basicamente, uma conduta pedagógica a ser estabelecida. Resta saber em que bases, e a partir de quais objetivos, essa escola descentralizada e autônoma deseja atuar. A descentralização terá como objetivo principal o fortalecimento da organização escolar e sua maior autonomia constituem-se num processo de redefinição do papel das instâncias centralizadas do aparato estatal e de políticas pactuadas com instâncias intermediárias.

A descentralização se apresenta apenas como uma forma mais eficiente de controle de gastos públicos, o que a torna em um mecanismo vertical e pouco democrático, quando a escola é obrigada a executar os recursos a ela disponibilizados de acordo com os prazos e regras pré-estabelecidas pelos governantes. Esta situação é desafiadora e a escola precisa revertê-la em seu benefício, a partir de mecanismos como a aplicação dos recursos de forma a atender às necessidades e aos interesses da comunidade escolar.

Para se ter uma visão sobre as políticas públicas direcionadas para financiamento da educação básica no país, é importante que se observe uma ampla política em benefício do capital tendo como estratégia, colocar a educação como prioridade, realizando uma política social seletiva e assistencialista.

O Brasil visando a atender essas exigências mundiais, momento em que o que prevalece é o poder econômico, elaborou nas últimas décadas programas e ações com o intuito de melhorar a qualidade da educação em todo o país, e são colocados à disposição da comunidade escolar e esta tem a obrigatoriedade de acatar as “oportunidades” oferecidas pela classe hegemônica tendo que buscar tempo para organizar as tarefas e cumprir prazos pré-estabelecidos pelo governo de maneira competente, para não perder recursos financeiros.

Considerado como improdutivo, o sistema educacional brasileiro é ineficiente em sua função de ensinar, pois apresenta altas taxas de evasão e reprovação, apontando para escola como incapaz de se organizar e de se adequar aos novos tempos, pois sua gestão não acompanha os novos métodos introduzidos na

empresa privada, o corpo docente é desqualificado e está acomodado, além de os sindicatos e associações lutarem apenas por questões salariais.

Pessoa (2009, p.01–18), no artigo intitulado “Investimentos em Educação e Rendimento escolar” cujo objetivo era o de verificar em que medida o volume de recursos financeiros aplicados no Ensino Fundamental impactou o rendimento escolar correspondente, no período de 2001 a 2006, a partir de variável Custo Médio Aluno versus Taxa de Aprovação, chegou aos seguintes resultados: Dentre os municípios avaliados, 23 registraram Custo Médio Aluno e Taxa de aprovação acima da média, ou seja, 44% do total dos municípios, em tese, estariam confirmando a existência de uma estreita relação entre o volume de recursos financeiros aplicados na educação e o rendimento escolar. O trabalho em apreço registra como exemplos os municípios de Pimenteiras do Oeste e Alto Parecis, detentores dos maiores custo (CMA), R\$ 4.265,13 e R\$ 3.163,08, respectivamente, que obtiveram a 19ª e 23ª posição em termos de Taxa de Aprovação.

Contrariando a hipótese inicial de que com maiores custos aumentaríamos a taxa de aprovação, quatro municípios apresentaram custo médio aluno acima da média, porém a taxa de Aprovação ficou abaixo da média. Pessoa (2009) concluiu com isto que, o problema tanto pode ser de ordem estrutural (qualificação dos professores, infra-estrutura da rede de ensino, por exemplo), quanto da própria ineficiência de recursos financeiros.

Já os municípios que obtiveram o Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação abaixo da média, dos quinze municípios analisados, observa o autor que houve sim uma estreita relação entre as variáveis: Custo Médio Aluno (CMA) versus Taxa de Aprovação, ou seja, aplicaram recursos abaixo da média, obteve-se, como contrapartida, taxa de aprovação abaixo da média. Pessoa (2009, p 9) conclui, nesse caso que se tem ainda uma expectativa de que, elevando-se os investimentos na área educacional, recupera-se qualidade do ensino desses municípios.

Contudo, os municípios de Cacoal, Alvorada D`Oeste, Ministro Andreazza, Vilhena, Pimenta Bueno, Novo Horizonte do Oeste, Cacaúlândia, Cerejeiras, Parecis, Ariquemes e Cabixi que registraram Custo Médio Aluno abaixo da média e apresentaram a Taxa de Aprovação acima da média. Registrando índices de 90% na Taxa de aprovação, algo incomum no âmbito da rede pública de ensino. A partir da pesquisa ora mencionada, organizou-se um quadro para análise desses fenômenos:

Quadro 6 - Aprovação versus custo médio aluno/ RO

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	CUSTO MÉDIO ALUNO	TAXA DE APROVAÇÃO
19	Acima da média	Acima da média
11	Abaixo da média	Acima da média
13	Abaixo da média	Abaixo da média
8	Acima da média	Abaixo da média

FONTE: adaptado de PESSOA , 2009.

Desse modo o estudo apresentado por Pessoa revela que não é apenas a falta de investimentos que se constitui um dos principais fatores responsáveis pela baixa qualidade do ensino, pois as questões relacionadas à qualidade da aplicação de recursos são mais pertinentes, do que do volume de recursos que cada escola recebe.

A viabilidade e o sucesso do FUNDEB e de outros programas dependem não somente de uma maior disponibilidade geral de recursos para a educação, especificamente para as unidades escolares e maior planejamento das ações por parte das autoridades, precisa também da decisão da unidade escolar em buscar melhorias não somente no espaço físico da escola e sim em melhorar a capacidade intelectual desses alunos.

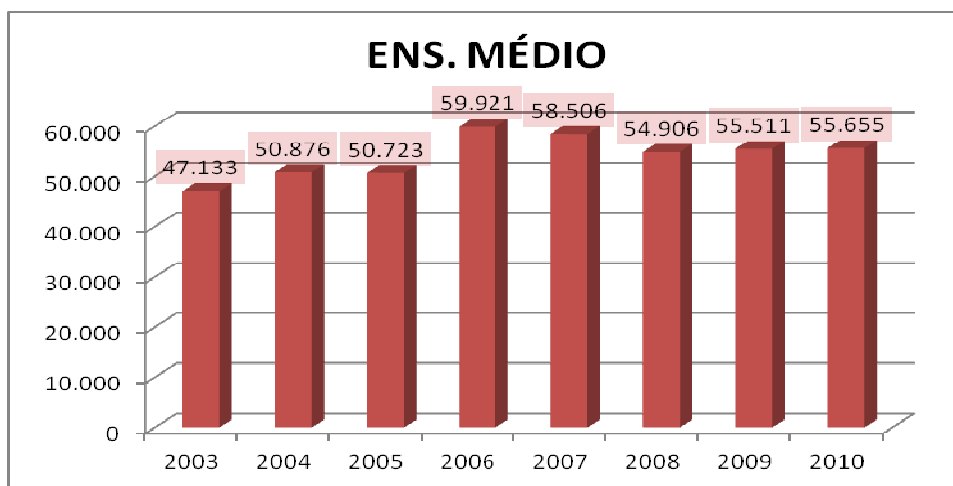
Com relação ao número de matrículas no Estado de Rondônia e no município de Porto Velho, ofertadas tanto do ensino fundamental nas séries finais, quanto ao ensino médio, nos últimos oito anos observamos um aumento de apenas 3% nas matrículas para o ensino Fundamental nas séries finais e 18% no número de matrículas, ofertadas ao ensino médio, salientando que no período de transição do FUNDEF para o FUNDEB a oferta caiu em – 6,15% negativos nos anos de 2006 para 2007.

Em contraposição ao aumento do repasse do FUNDEB para o estado de Rondônia que foi de 143,60% na Gestão do Governador Ivo Narciso Cassol.

Para Ednir (2009, p.118) “Graças à participação da sociedade organizada, o desenho dessa nova proposta de financiamento da educação, o FUNDEB, avança bastante em relação à anterior”. Porém, para construir uma educação com básica de qualidade e para realmente todos depende de muita força de vontade e empenho.

O gráfico 1, revela que as matrículas para o Ensino Médio em Rondônia não atingiram significativo aumento no período pesquisado.

Gráfico 1 - Matrículas para o Ensino Médio em Rondônia de 2003 A 2010



Fonte: BRASIL, INEP, 2011.

De 2003 a 2006 observa-se um aumento do número de matrículas em torno dos 18%. Fenômeno que ocorreu em função do aumento de projetos e programas para o ensino fundamental financiados pelo FUNDEF, reduzindo a taxa de reprovação, evasão escolar, bem como a distorção idade série

O período seguinte, de 2007 a 2010 observa-se um fenômeno contrário, pois se constata um decréscimo no número de matrículas para o Ensino médio. Apresentando percentuais negativos de matrículas de 2006 para 2008, elevando em apenas 3% nos anos subseqüentes. Isso se deve ao fato da migração dos alunos do ensino médio regular para a modalidade Educação Jovens e Adultos.

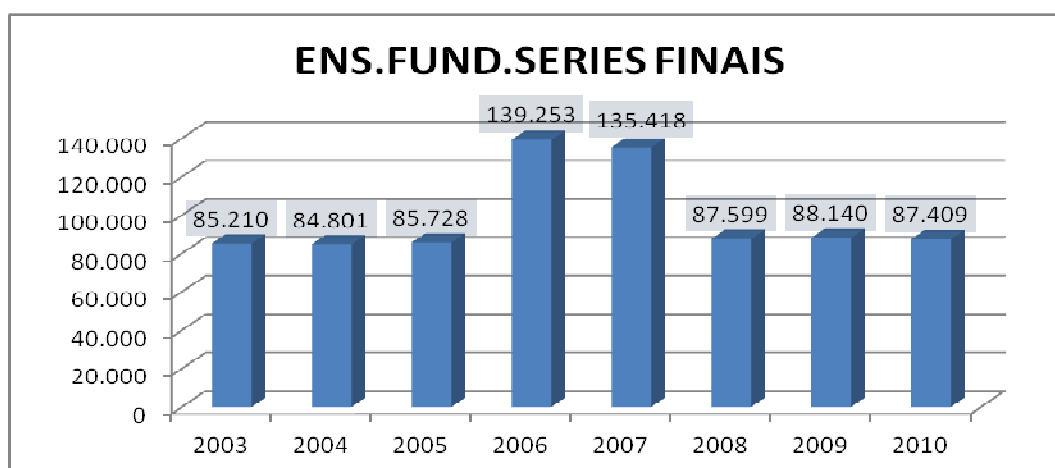
Outro fator relevante a esta constatação refere-se ao fato de que até 2006 os dados do censo escolar eram feitos manualmente, colocando em risco a veracidade das informações prestadas. Já em 2007 os dados são automatizados e as informações passaram a ser enviadas para o Ministério da Educação e Cultura quase que instantaneamente.

Se analisarmos a taxa de atendimento bruta, que compara as matrículas do Ensino Médio com a população de 15 a 17 (faixa etária ideal para este nível de ensino), chegamos a 77% em 2000. Em 1991, este índice era apenas de 41%. O que mostra os grandes desafios para assegurar o atendimento a demanda que só tende a crescer nos próximos anos (PINTO, 2004, p. 316).

No gráfico 2, observa-se que no período de 2003 a 2006 as matrículas praticamente dobraram, fenômeno em que observa-se um mascaramento de informações levando a supor que somou-se às matrículas do Ensino Fundamental de 2005 às matrículas do Ensino Médio do mesmo ano para chegar ao valor de 139.253 em 2006, com o objetivo de que mais recursos viesse para a educação.

PINTO (2007, p.878) depõe que as matrículas municipais no período de 1991 a 1996 respondiam a cerca de 37% do total da rede pública. Com este fundo notou-se um progressivo aumento da participação da rede municipal, que chegou em 2006 atendendo 52% das matrículas públicas:

Gráfico 2 - Matrículas para o Ensino Fundamenta Séries Finais em Rondônia de 2003 A 2010



Fonte: WWW.INEP.BR/2011

O problema maior nos dados das matrículas finais do Ensino Fundamental é que estes alunos são, em um futuro bem próximo alunos para o Ensino Médio. Fato complicado, pois hoje em Rondônia as salas de aula tanto do ensino fundamental como no Ensino Médio estão abarrotadas, em média 35 alunos por sala de aula.

Receber essa demanda do Ensino Fundamental certamente necessitará de uma maior demanda de recursos para a educação. As matrículas oferecidas ao Ensino Médio atualmente não ultrapassam 56.000.

As políticas públicas para a educação precisam visar tanto essa demanda que está incluída no sistema educacional quanto aos que estão fora dela. O maior foco será buscar mais recursos para a construção de escolas e contratação de

professores, com o objetivo principal ofertar uma educação com qualidade para todos.

Tabela 2 - Percentuais de matrícula do ensino fundamental e médio de Rondônia de 2003 A 2010

	2003 -2004	2005-2006	2007-2008	2009-2010	2003-2010
Ensino fundamental séries Finais	-0,48%	62,44%	-35,31%	-0,83%	3%
Ensino Médio	7,94%	18,13%	-6,15%	0,26%	18%

Fonte: BRASIL, INEP. BR/2011

Na tabela 2, apresentam-se os percentuais de matrícula na transição dos fundos que tiveram em alguns períodos impactos negativos de um ano para o outro, porém, no total geral dos 8 anos do governo Cassol, encontra-se um percentual de 3 % de aumento no Ensino Fundamental e de 18% para o Ensino Médio em Rondônia confirmando a análise feita por Pinto (2004) em relação ao crescimento do número de matrículas para esse nível de ensino.

PINTO (2004, p. 315) relata que as matrículas para o Ensino Médio foram as que mais cresceram no Brasil nos últimos 15 anos (232%), gerando um forte impacto nos gastos educacionais.

No gráfico 3, constata-se a afirmação de Pinto (2004) também no Estado de Rondônia, porém não se observa impactos significativos nos índices de oferta de matrícula para o Ensino Médio no período em epígrafe.

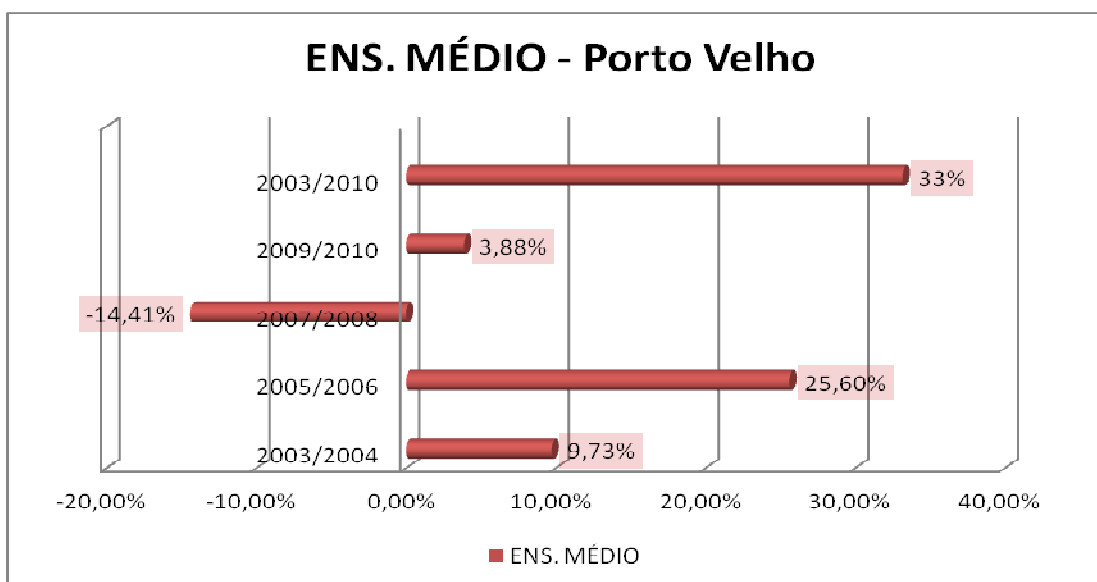
Araújo (2007, p 78) ressalta que com a implantação dos fundos promoveu-se uma mini-reforma tributária, pois o mesmo impôs uma redistribuição de recursos dentro de cada Estado, proporcional ao número de matrículas, penalizando os estados com índices altos de municipalização como foi o caso de Rondônia

Porém analisou-se o período de transição dos fundos, na expectativa de que até 2020, com o empenho das autoridades e de toda sociedade possamos proporcionar aos jovens e adultos uma educação com qualidade, exigindo que a União invista mais recursos, pois a demanda é grande e os problemas são muitos.

Em Rondônia, a maioria das escolas da rede estadual precisa de reparos e para Ednir (2009, p.122), o grande desafio dos brasileiros e brasileiras é pressionar o poder público para que sejam liberadas verbas em volume suficiente, de modo que assegure às escolas condições de infra-estrutura a instituições de educação básica”.

No gráfico 3 a situação do número de matrículas da rede estadual em Porto Velho aumentou significativamente.

Gráfico 3 - Matrículas para o ensino médio em Porto Velho de 2003 A 2010



Fonte: BRASIL, INEP, 2011

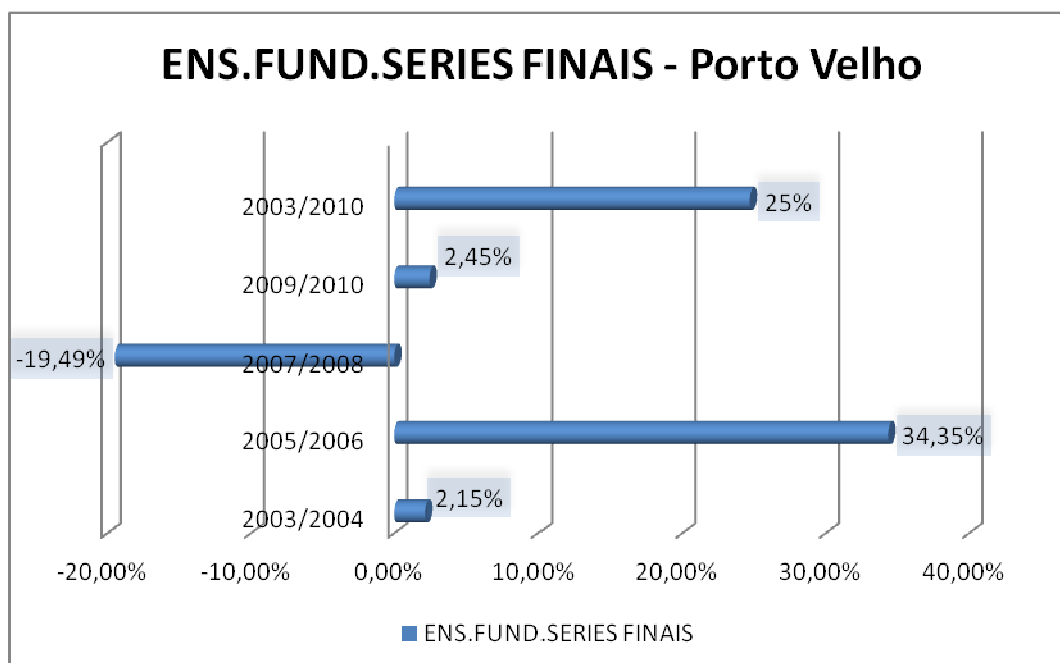
Em Porto Velho no período de 2007 a 2008, consoante o gráfico fornecido pelo INEP, houve um percentual negativo para o Ensino Médio, melhorando esses dados de 2009 para 2010 com um aumento pequeno de 3,88%. Até 2006 o censo escolar não era informatizado o que possibilitou uma informação não muito precisa do número de matrículas existentes. Com a informatização do sistema, os números reais apareceram, deixando ainda sem escolas, muitos cidadãos como se observará ao longo deste trabalho.

Até 2007, o FUNDEF resguardou recursos para ampliação e manutenção do atendimento ao Ensino Fundamental.

Araújo (2007, p.78) enumera entre as principais deficiências deste fundo em “Afetar diretamente a capacidade dos entes federados em promover o direito à educação nos demais níveis e modalidades, com destaque para os efeitos perversos no atendimento das crianças de zero a seis anos de idade”.

Ao FUNDEB, após várias discussões nas audiências públicas da câmara dos deputados, foram incorporados os outros níveis de ensino.

Gráfico 4 - Matrículas para o Ensino Fundamental em Porto Velho de 2003 A 2010



Fonte: WWW.INEP.BR

No gráfico 3, observa-se para o Ensino Médio um aumento de 33% no período de 2003 a 2010 no número de matrículas em Porto Velho, porém no período de 2007 a 2008 verificou-se um percentual negativo, melhorando esses dados nos anos subsequentes, comprovando a imprecisão dos dados obtidos através do censo.

PINTO (2007, p.878) depõe que as matrículas municipais no período de 1991 a 1996 respondiam a cerca de 37% do total da rede pública. Com este fundo notou-se um progressivo aumento da participação da rede municipal, que chegou em 2006 atendendo 52% das matrículas públicas:

Na tabela 3 os dados apresentados para o Ensino Médio são da Rede Estadual e do Ensino Fundamental são da rede municipal

Tabela 3 - Percentual de matrícula do Ensino Fundamental e Médio de Porto Velho de 2003 A 2010.

Nível de Ensino	2003/2004	2005/2006	2007/2008	2009/2010	2003/2010
ENS.FUND.SERIES FINAIS	2,15%	34,35%	-19,49%	2,45%	25%
ENS. MÉDIO	9,73%	25,60%	-14,41%	3,88%	33%

Fonte: censo escolar(2003 a 2010)

O mesmo fenômeno ocorreu para o Ensino Fundamental na capital, pois ao observarmos o período de 2007/2008 verificamos um percentual também negativo no número de matrículas ofertadas, melhorando esses índices no período de 2009 para 2010 em 2,45%

No Brasil, Com a mudança do FUNDEF para o FUNDEB em que as outras modalidades de ensino foram alcançadas, o número de estudantes atendidos pelo fundo dos 30 milhões, segundo Saviani (2008) passou para 47 milhões, entretanto observa-se que a população atendida se ampliou em 56,6%, os recursos do fundo aumentaram em apenas 36,3%, concluindo que houve uma diminuição e não um aumento.

5 IMPACTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS NA ESCOLA “JOAO BENTO DA COSTA”

Para se entender os impactos do financiamento em educação e sua aplicação na Escola João Bento da Costa, nesta seção, esboçar-se-á a priori o histórico desta, uma apresentação sucinta sobre administração escolar em seus aspectos gerenciais e curriculares, pois é através destes mecanismos organizadores que são traçados os caminhos por onde o financiamento deve ser aplicado nas escolas. Neste sentido faz-se necessário diferenciar administração de empresa e administração escolar.

Martins (2010, p.25) coloca que o corpo docente da escola e gestores não pode ser comparado com operários, chefes de seção, gerentes e outros e muito menos alunos serem comparados à matéria-prima moldada por máquinas e equipamentos manipuladas por mão-de-obra qualificada, pois o educando é uma pessoa com suas características psicossociais e o professor não deixa de ser mão-de-obra, porém diferenciado pela sua formação pedagógica específica para desenvolver o processo educacional. Na empresa a matéria-prima que não produziu um bom produto para o mercado pode ser substituída por outra, inclusive os maquinários podem ser deletados e jogados fora, já na escola as variáveis aluno / professor são bem mais complexas.

Assim, não se deve deixar de tratar os aspectos comuns a qualquer administração, toda organização seja ela uma empresa, uma indústria ou uma escola, devem estar atentas aos seguintes aspectos: Colocação de problema quanto à definição de tarefas, departamentalização, amplitude de controle e delegação de autoridades, pois é primordial a definição de quem vai executar determinadas tarefas e de quem vai organizá-las. Os elementos que compõem a administração, segundo Martins (2010, p.27) são a organização, planejamento, controle e implementação salienta ainda, que entre esses elementos existe um inter-relacionamento.

A administração escolar, segundo Martins (2010, p.33), pressupõe uma filosofia e uma política que norteiam as prioridades estabelecidas para educação, resultantes de uma reflexão contextual dos problemas educacionais da realidade e isso se aplica a todos os setores da escola, quer sejam de ordem, pessoal, material, serviços e financiamento. É preciso que se estabeleçam parâmetros norteadores

para definir sob qual concepção pedagógica será administrada pela escola para que as metas traçadas sejam alcançadas.

Ademais abordaremos aspectos relacionados à aplicação e natureza dos recursos que é ponto relevante para esse estudo.

5.1 – Aspectos históricos da Escola João Bento da Costa

Figura 1 – Visão da Escola João Bento da Costa



Foto: Dados da autora

Conforme consta no Projeto Pedagógico Escolar, intitulado de “Gestão Participativa”, a Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, foi criada pelo decreto n. 7812 de 28/04/1997, do governador Valdir Raupp de Matos.

O nome da Escola dá-se pela homenagem a um dos grandes pioneiros do Estado de Rondônia Professor João Bento da Costa, nascido em 8 de junho de 1923, no estado do Piauí, que chegou à região na década de 50 para trabalhar como

soldado da borracha, foi vereador por três mandatos em Porto Velho e aos 54 anos concluiu o curso de Licenciatura Plena em Letras pela UNIR, exerceu sua profissão no magistério até 73 anos de idade.

A EEEM João Bento da Costa está localizada na Rua das Camélias n. 5301, bairro Jardim Eldorado, Zona Sul de Porto Velho e está inserida em um contexto sócio-econômico de classe média baixa (carentes), trabalhadora, migrada de outros estados do Brasil, com suas moradias segundo consta no PPE da escola de pouco conforto, geralmente inacabadas, de alvenaria ou madeira e de conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal, como é o caso das casas do bairro COHAB.

A estrutura urbana oferece água encanada em apenas 15% das moradias, e 85% fazem uso de cacimbas ou poços semi-artesianos. A coleta de lixo e iluminação pública é precária.

Em relação à saúde, o atendimento médico da zona sul é precário, havendo um pronto-atendimento municipal no Bairro Cohab, porém em grandes possibilidades de atendimento.

A maioria dos terrenos e imóveis da Zona Sul, são produtos de invasões ocorridas no final da década de 70 e início dos anos 80, portanto, segundo o PPE, grande parte não possui documentação definitiva de posse da propriedade ocupada. Os bairros que compõem a zona sul de Porto Velho possuem várias linhas de transporte coletivo.

Em 2008 foi aplicado pela Escola um diagnóstico sócio – econômico – cultural, por amostragem, com alunos e pais da escola chegando aos seguintes resultados: 84% das famílias possuem casa própria, 16% alugadas ou cedidas, em relação a estrutura familiar 56% dos alunos moram com os pais, 31% somente com a mãe e 13% moram com pai, padrasto, avós ou outros. Quanto a escolaridade dos pais detectou-se que 41% possuem Ensino Médio, 31% Ensino Fundamental, 21% o Ensino Fundamental incompleto e apenas 7% Ensino Superior. Ao tipo de profissão, 34% trabalham em empresa privada, 24% são funcionários públicos, 33% são autônomos e 9% trabalham em outro tipo de atividades.

É importante salientar que, na pesquisa realizada pela escola, 75% dos pais acompanham seus filhos nas atividades da escola para casa e 25% não. Em relação às reuniões de pais e assembléias na escola, 36% participam 35% apenas algumas vezes participam e 29% não participam de nenhuma reunião.

5.2 Gestão e Organização Escolar

Segundo Martins (2010, p.128) no que diz respeito aos aspectos formais da escola, mediante leis e regulamentos, é constituída de professores, diretores coordenadores secretários, inspetores, de alunos, serventes e outros e, além disso, incluem-se as dependências, o mobiliário e o equipamento didático-pedagógico.

A EEEFM João Bento da Costa é composta por 1 (um) diretor habilitado em História (dados 2010) Vice - Diretora: habilitada em pedagogia, 5 (cinco) Supervisores; 04 (Quatro) orientadores Educacionais; 02 (dois) psicólogos; 10 (dez) inspetores de pátio; 09 (nove) zeladores; 03 (três) merendeiras; 03 (três) porteiros; 13 (treze) auxiliares de Secretaria; 01 (um) coordenador de Laboratório de informática – (professor de matemática); 02 dois coordenadores da sala de vídeo com desvio de função, pois são professores Letras/inglês; 03 (três) auxiliares de biblioteca; 3600 alunos de Ensino Médio e 92 (noventa e dois) professores

Dentro de uma proposta de gestão participativa em busca pela qualidade da educação ofertada pela escola, o conceito de gestão democrática é implementada na escola com a participação de todos:

Assim, a qualidade deve permear ações voltadas para uma gestão escolar eficiente, repercutindo na igualdade de acesso, na permanência, no rendimento e, principalmente na qualidade da aprendizagem (FRANÇA 2009 p. 257).

Consta do Projeto Pedagógico escolar que: Compete a Direção responsabilidade quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema cumprindo e fazendo cumprir o Regimento Escolar e as Legislações em vigor, assumindo as funções de natureza administrativa e pedagógica e ainda gerenciar todas as atividades necessário ao funcionamento eficaz e eficiente, racionalizando os meios que se fizerem oportunos à realização das competências, sejam de ordem administrativa, organizacional, pedagógica e financeira.

5.3 Natureza e Aplicação dos Recursos financeiros

Com o intuito de aperfeiçoar a gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, o FUNDESCOLA estimula a elaboração do Plano de

Desenvolvimento da Escola (PDE), levando as escolas a elaborarem a partir do Plano para Melhoria da Escola um diagnóstico de sua situação, identificando, a partir dessa análise, as estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados a longo, médio e curto prazo pela escola..

Segundo o FNDE só poderão receber recursos financeiros as escolas que tenham no mínimo 50 alunos, tenham suas unidades executoras, disponham de condições mínimas de funcionamento e possuam forte liderança.

A tabela 7 revela o montante de recursos que a EEEM João Bento da Costa recebeu no período de 2003 a 2010 os seguintes recursos: PME/PDE, elaborados pelo Ministério da Educação através do FNDE do Plano para o Desenvolvimento da Escola (PDE) e executado e financiado pelo Estado a partir de resultados do IDEB. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa de apoio Financeiro (PROAFI) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assim distribuído:

Tabela 4 - Natureza dos recursos da Escola JBC

ANO	PROAFI	PDDE	PME	PNAE	PROFIPES
2003	62.191,88	14.400,00	-----	21.346,00	-----
2004	63.191,88	10.588,60	-----	21.346,00	-----
2005	72.336,00	10.315,20	3.600,00	34.823,69	-----
2006	83.640,00	10.442,80	12.000,00	43.169,85	-----
2007	78.072,00	6.459,60	14.965,80	23.751,05	8.000,00
2008	71.088,00	9.891,00	15.000,00	25.174,67	-----
2009	73.560,00	22.095,40	--	134.860,00	-----
2010	113.141,00	-----		195.664,89	-----

FONTE: RONDÔNIA. SEDUC. Prestação DE CONTAS de 2003 A 2010

A regulamentação da Lei nº. 866/93, Lei 101/2001, Decreto nº. 9108 de 01/06/2000 e Portaria nº. 0369/GAB/SEDUC de 08/06/2000 (PROAFI); Decreto 9109 de 01/06/2000; Portaria nº. 0369/GAB/SEDUC de 8/06/2000; Lei 9.424/96; Lei Complementar 87/96; Lei Federal nº. 4320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Instrução Normativa nº. 001/97, da Secretaria do Tesouro Nacional, as Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios e Medida Provisória nº. 1979 que trado do PDDE, entre outras.

Como se observa, a figura acima os recursos financeiros administrados pela Escola são: PROAFI (estadual/federal), PDDE (federal), PDE/PME (federal), PROFIPES (estadual), PNAE (federal/estadual). Todos os programas são executados através de um plano de aplicação. Antes de serem aplicados, a equipe gestora, Direção Executiva da APP e o conjunto de professores e funcionários em reunião deliberativa do Conselho Escolar definem as prioridades e as necessidades mais urgentes de todos os setores da Escolar. O PDDE e PDE/PME são recursos de convênios federais e estaduais, tendo por objetivo melhorar a qualidade da aprendizagem do Ensino Fundamental. O PROFIPES é Programa estadual e destina-se exclusivamente ao pedagógico da escola visando melhorar a aprendizagem.

Todas as ações financiáveis estão relacionadas às dificuldades críticas detectadas pelo grupo de gestão escolar, expressas em um plano de ação. A partir dessa decisão coletiva, os recursos são aplicados conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho Escolar. A aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) obedece à seguinte ordem: a direção da escola e diretoria da APP constitui comissão de compras e recebimento para atuarem no processo licitatório de aquisição dos alimentos. Antes das licitações a Direção Executiva da APP prepara toda a documentação exigida pelo PALE-SEDUC, setor responsável, em que são definidos cardápios, valor per capita etc.

Em seguida a comissão de recebimento, recebe a merenda e APP fiscaliza a execução. A Escola e APP recebem anualmente visita do CAERO – Conselho de Alimentação Escolar, responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos da merenda escolar. Com referência ao PNAE, no final de cada três parcelas, é realizada a prestação de contas que depois de pronta é exposta à comunidade nos murais e nas reuniões da APP da Escola.

A EEEM João Bento da Costa conta com boa estrutura física possuindo:

- 1 sala da Direção; 1 Secretaria; 36 Salas de aulas com 1420 cadeiras universitárias; 1 Sala de Professores; 1 Sala de arquivo; 1 Laboratório de Informática; 1 Laboratório de Ciências; 1 Sala de Vídeo; 1 Auditório com 110 cadeiras; 1 Videoteca; 1 Cozinha; 1 Refeitório; 1 Cantina; 1 Pátio coberto; 3 Piscinas semi-olímpica; 1 Quadra poli- esportiva coberta; 1 Sala para Coordenação Pedagógica; 1 Sala da Orientação Escolar; 1 Sala da Psicologia; 1 Sala da APP; 1 Almojarifado; 1 Depósito de alimentos; 1 Biblioteca com 12.280 volumes; 1

Pracinha; Estacionamento para bicicletas com 350 vagas; Estacionamento de carros com 60 veículos; 78 Banheiros internos; 2 Banheiros externos; 2 Bebedouros Fixos com 10 bicos no total; e 1 Vestiário esportivo.

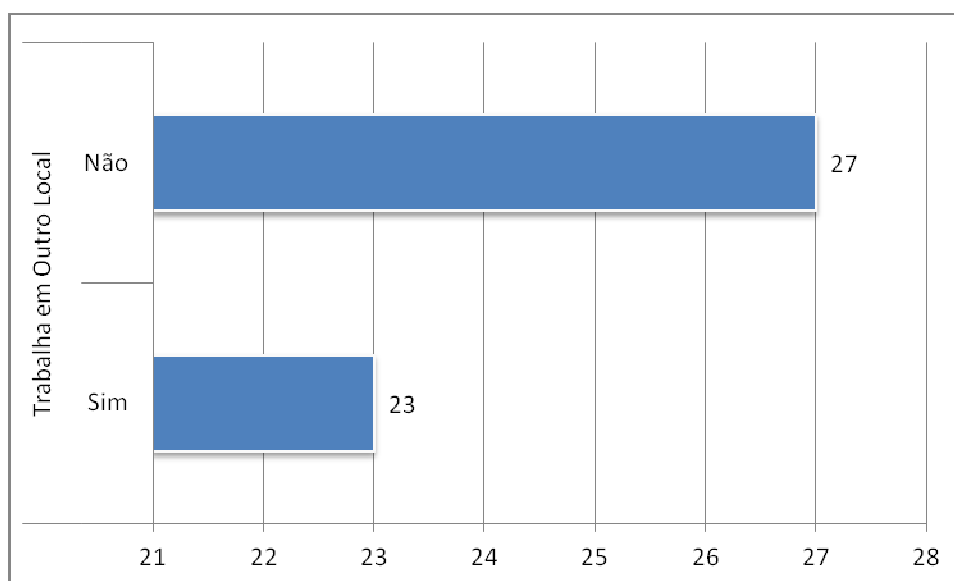
Observa-se que a estrutura física do prédio da Escola é boa, por ser uma construção nova.

Em 2004 essa instituição de ensino recebeu pintura nova na parte interna e externa do prédio. Há necessidade de reforma nos banheiros de forma geral e nova pintura. Possui apenas uma sala de vídeo que comporta 36 alunos, necessita de pelos menos mais uma sala para uso do aparelho de televisão.

A biblioteca, a partir de 2005, aumentou através de gincanas internas substancialmente o acervo bibliográfico, melhorando dessa forma o atendimento aos alunos, principalmente os do Ensino Médio. Os Laboratórios de Informática e Ciências Físicas e Biológicas começaram a funcionar em 2003, os professores de maneira geral utilizam com freqüência esses ambientes. O ginásio de esportes não é suficiente para atender a todas as aulas de Educação Física, necessitando assim de mais espaço para atender à demanda. É necessário também, que haja uma melhor adequação dos banheiros para alunos portadores de necessidades especiais.

Durante a pesquisa, realizada com 50 professores através de questionários, com o objetivo de evidenciar se a aplicação dos recursos financeiros que chegam até a escola é feita de forma participativa com todo o corpo docente observou-se que:

Gráfico 5 – Quantidade de professores com mais de um vínculo empregatício

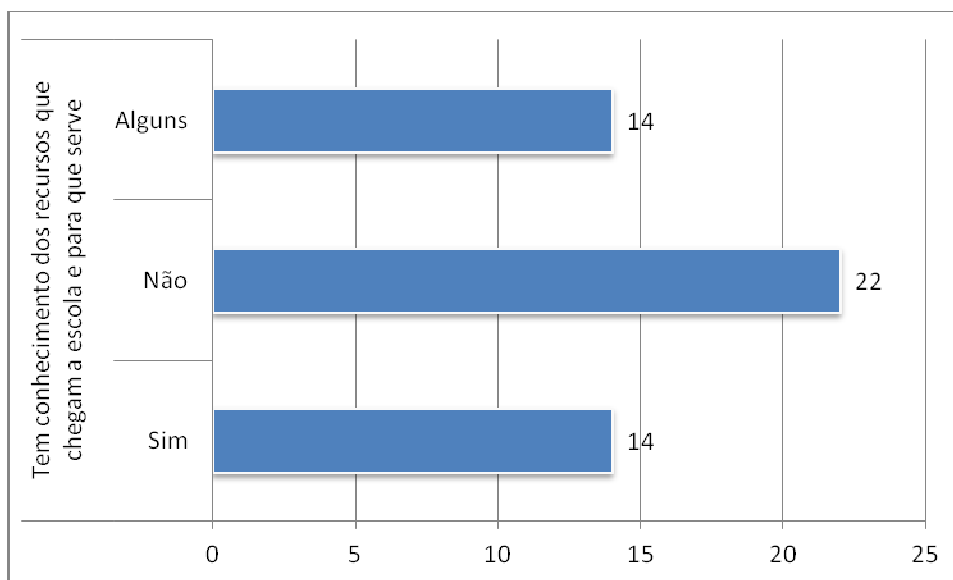


Fonte: Questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

O gráfico 5 revela que 54% dos professores informaram que não trabalham em outro local. Assim cumprem uma jornada de trabalho de 40 horas, sendo 26 horas destinadas para o efetivo exercício da docência e as demais horas destinadas a reforço e planejamento de aulas conforme prevê a Lei 420 de 2008.

Revela ainda que os 46% restantes além de cumprir a jornada prevista em lei no referido estabelecimento, também lecionam em escolas da rede municipal e particular.

Gráfico 6 – Quantidade de professores que tem conhecimento dos recursos que chegam até a escola.



Fonte: Questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

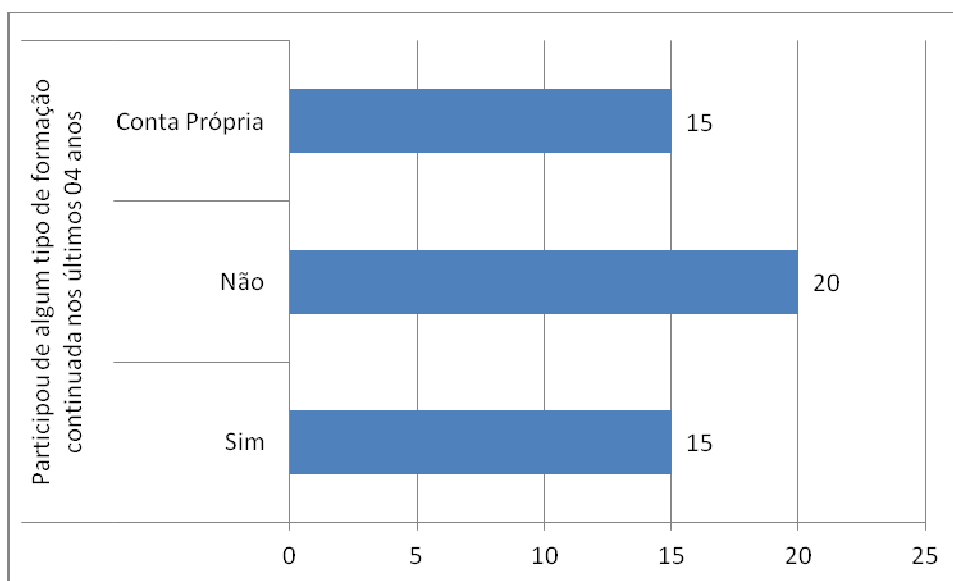
Conforme se observa no gráfico 6, 28% conhecem alguns recursos, 44% não conhecem e apenas 28 % conhecem os recursos por serem fixados nos murais da escola.

Na Administração de pessoal elencada por Martins (2010, p.133) consta como padrão de referência entre outros,

Qualidades pessoais: delicadeza, calma e firmeza nas decisões, liderança, perseveranças, otimismo, justiça, sistematizações em seus planos, saber delegar poderes e transferir atribuições, trabalhar em equipe e possuir mentalidade democrática, moralmente responsável;

Os recursos financeiros, para o autor, são a base para que o empreendimento vá à frente, portanto faz-se necessário que todos os professores possam sentir-se administradores das verbas que chegam até a escola.

Gráfico 7 – Participação de docentes na formação continuada nos últimos 4 anos



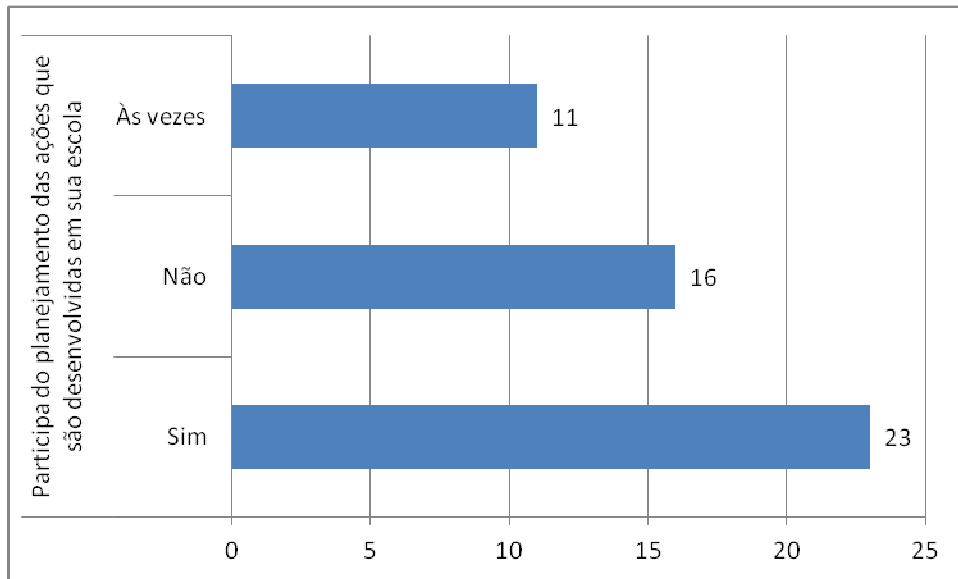
Fonte: Questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

Quanto ao gasto com formação continuada na escola João Bento da Costa 40% dos entrevistados não participaram de nenhum tipo de formação continuada, 30% participaram por conta própria e os 30% restantes participaram de formações oferecidas pela Secretaria de estado da Educação.

Em 2007, o governo do estado de Rondônia, investiu R\$ 7.967.034,00 em desenvolvimento de Workshop de Formação Empreendedora, capacitando 470 profissionais em educação (técnicos, coordenadores, supervisores, orientadores e professores); palestras sobre empreendedorismo com o objetivo de contribuir para a formação de jovens do ensino médio contando com a participação de 10.880 participantes entre alunos e professores, Cursos de atualização de Espanhol em que foram capacitados 68 professores, sendo 19 destes na fronteira com a República da Bolívia, seminários de História e Geografia para 400 professores entre outras ações, conseguindo atingir um pouco mais de 10% dos professores da rede estadual.

Capacitar com o intuito de melhorar a qualidade da educação é imprescindível ao professor.

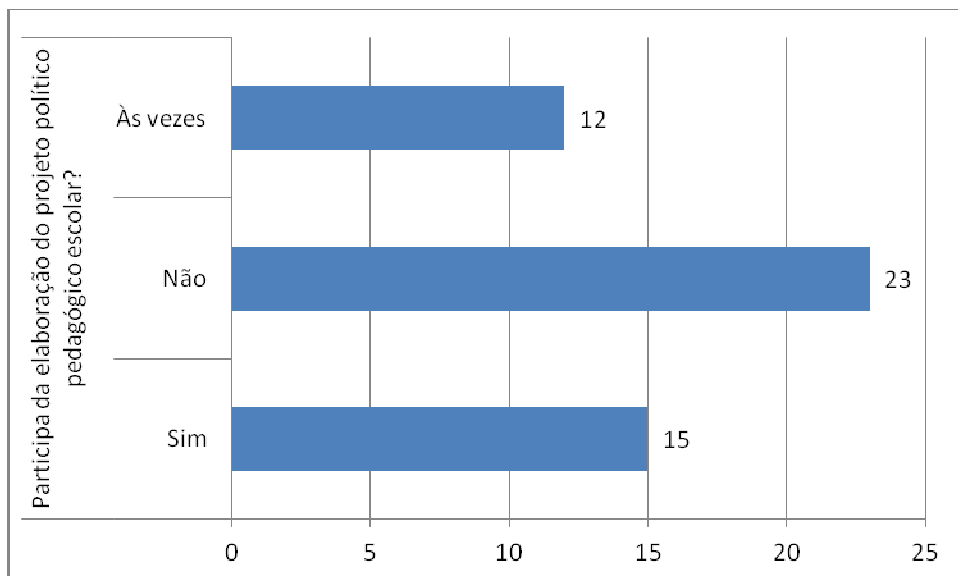
Gráfico 8 – Quantidade de docentes que participaram do planejamento escolar



Fonte: questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

Com relação a participação dos professores no planejamento das ações que são desenvolvidas na escola 46% participam das reuniões pedagógicas, 32% não participam e 22% às vezes participam.

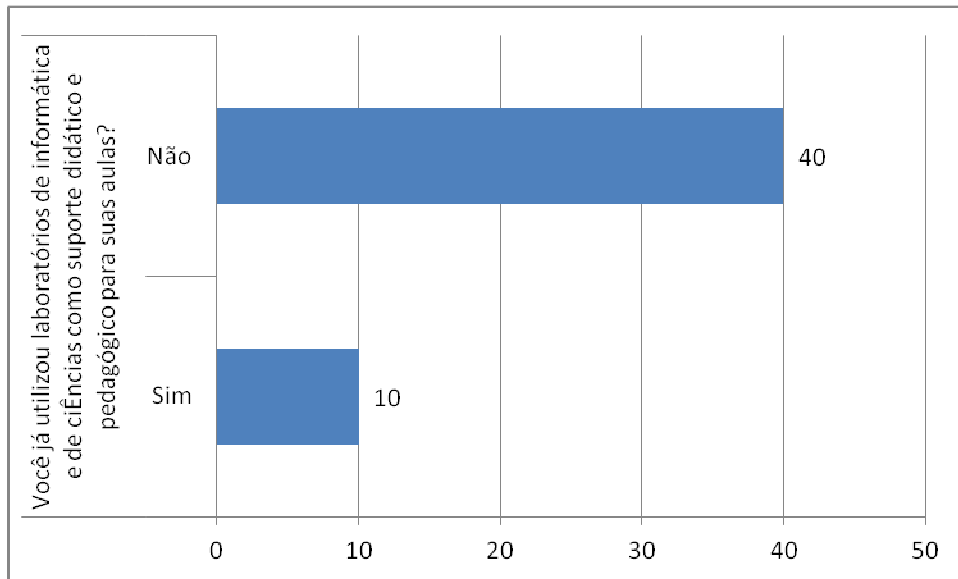
Gráfico 9 – Quantidade de Docentes que participaram do PPP.



Fonte: questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

Quanto à participação na elaboração do projeto político pedagógico da escola observa-se que 24% participam esporadicamente, 46% não participaram e 30% ajudaram na elaboração do projeto, incluindo a equipe pedagógica.

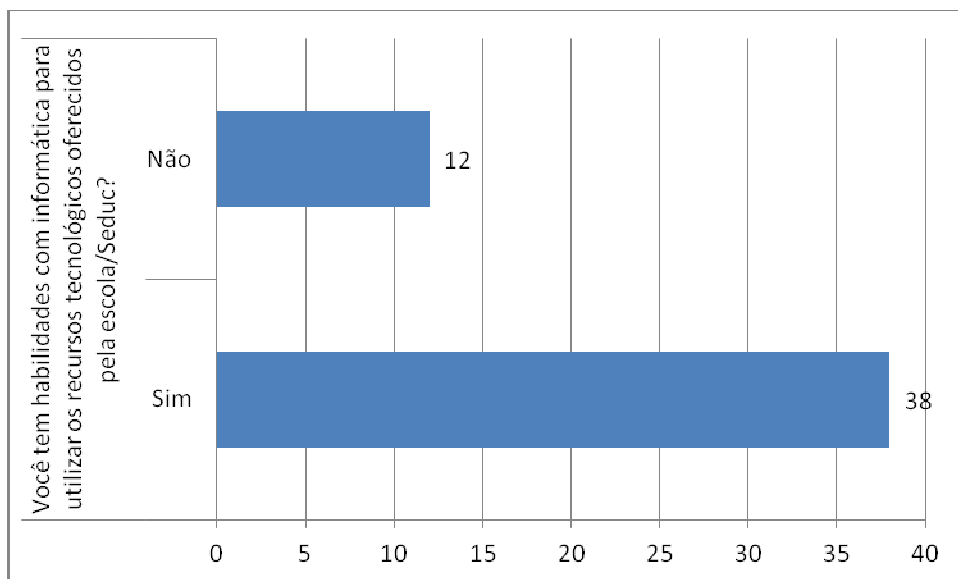
Gráfico 10 – Quantidade de Docentes que utilizam o laboratório de informática



Fonte: questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

Uma das despesas consideráveis com os recursos que chegaram até a escola ocorreu com a instalação dos laboratórios de informática e de ciências, mas 80% dos professores não os utilizaram, restando apenas 20% que utilizaram estes ambientes como suporte pedagógico.

Gráfico 11 – Docentes que tem habilidades com Informática



Fonte: questionário com os professores da EEEFM João Bento da Costa /2011

Em contrapartida, 76% dos professores têm habilidades para trabalhar com os recursos de informática oferecidos pela escola e apenas 24% não têm essas habilidades.

É importante ressaltar que as despesas realizadas a fim de instalar os laboratórios naquela escola atingiram um valor considerável e, no entanto, observa-se a timidez de sua utilização. Assim, há necessidade de gestão no sentido de que seja utilizada a tecnologia disponível o que trará, sem dúvida, benefícios para o alunado

5.4 O desempenho da escola João Bento da Costa em concursos e vestibulares no período de 2003 a 2010.

O Colégio João Bento da Costa em termos de rendimento escolar apresenta desde de 2003 resultados diferentes da maioria das escolas públicas de Porto Velho, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 5 - Aprovados do JBC no Concurso Vestibular da UNIR

Ano	Número de .vagas
2002	11
2003	16
2004	29
2005	49
2006	61
2007	77
2008	89
2009	122
2010	158
TOTAL	612

Fonte: EEEM –JOÃO BENTO DA COSTA Projeto Pedagógico , 2010

Após o surgimento do Programa Universidade para Todos – PROUNI do governo Federal em 2004 a escola conseguiu os seguintes resultados, a partir das avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Na tabela 4 demonstra os resultados do número de vagas em que os alunos alcançaram êxito, possibilitando o acesso ao ensino superior.

Este programa tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica. em instituições privadas de educação superior

O

Tabela 6 – Resultados do número de vagas para o PROUNI

Ano	Numero de vagas
2005	39
2006	58
2007	75
2008	79
2009	91
2010	84
TOTAL	426

Fonte: EEEM –JOÃO BENTO DA COSTA Projeto Pedagógico , 2010

O Exame nacional do Ensino médio - ENEM foi criado em 1998, tendo como objetivo avaliar o desempenho do estudante da escola básica. Esse concurso destina-se aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino médio em anos anteriores (egressos). A participação no ENEM é voluntária e em Rondônia no ano de 2009 foi de 2.426.432 candidatos dos quais 37% declararam estar concluindo o ensino médio em 2009 e 56% informaram serem egressos, ou seja, terem concluídos o ensino médio em anos anteriores. Em 2009, ocorreu a reformulação metodológica do ENEM e de sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades federais.

Além disso, o ENEM continuou a ser utilizado para a seleção dos bolsistas do PROUNI bem como a ser considerado no processo seletivo de instituições particulares de ensino superior alcançando no período de 2001 a 2009 426 bolsas integrais. O novo exame, aplicado em 2009, foi composto por: redação e provas objetivas em quatro áreas do conhecimento, a saber: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias.

Os resultados são apresentados para o ensino médio regular, para o ensino médio na modalidade de educação de jovens e Adultos e para as duas modalidades em conjunto.

Para cada área do conhecimento foi calculada a média simples. A escola João Bento da Costa, nos últimos oito anos, sempre ficou nos primeiros lugares no

Estado de Rondônia. Esta escola em parceria com a (UNIRON) através do Projeto Jovem Talento no período de 2004 a 2008 conquistou nove Bolsas integrais.

Segundo professor Suamy V. Lacerda de Abreu, que exerceu a direção da escola no período de 2003 a 2010, em seu artigo intitulado “Como conduzir alunos ao Ensino Superior por meio do Atual Ensino Médio”, os grandes desafios para ingresso na educação superior estão relacionados com a ampliação do acesso, maior equidade nas condições deste acesso e, segundo o ex-diretor, podem ser alcançados através da reforma no ensino médio e uma das alternativas para essa superação vem sendo a implantação de cursinhos preparatórios ingresso no ensino superior.

Na EEEM João Bento da Costa, o projeto escolhido para melhorar o desempenho dos alunos no ingresso ao Ensino Superior foi o Projeto Terceirão. Este projeto teve início no ano de 2001, seus idealizadores foram os professores que constituem o Quadro de docentes daquela instituição, os quais incomodados com a formação inadequada dos alunos da escola pública na qual atuam ocasionada pela falta de conhecimentos suficientes e pela desigualdade de condições com os outros jovens de classe média que estudam em instituições privadas, ao proporem uma reunião com a direção da escola, tinham como objetivo principal diagnosticar quais eram os verdadeiros motivos desta diferença e refletir sobre as possíveis soluções para amenizar estas desigualdades. No início da execução do projeto a escola contava apenas com duas salas de aula comportando 100 alunos, equipada com aparelhagem de som e microfones, instituiu-se, em 2003 a Coordenação pedagógica para o Ensino Médio, passando a dar mais suporte a alunos e professores.

A justificativa do projeto estende-se ao fato de que o agravamento da crise econômica e conseqüentemente das desigualdades sociais no país impedem a maioria da população brasileira, principalmente os concluintes do ensino médio, de ingressarem na educação superior.

Assim, a escola João Bento da Costa adotou o projeto Terceirão numa perspectiva de escola inclusiva, oferecendo oportunidades aos alunos de diferentes condições sócio-econômicas, culturais, capacidades e interesses.

6 - ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RONDÔNIA.

Nesta seção, apresentaremos os dados quantitativos em Educação no Estado de Rondônia, bem como sua aplicação direta na Escola João Bento da Costa. Além desta análise, serão dimensionadas as questões referentes ao FUNDEB e sua ampliação para os demais níveis de ensino. Esperava-se, como hipótese nesta pesquisa, que com os recursos originários do FUNDEB o valor aplicado seria relevante inclusive para o Ensino Médio o que não ocorreu como se pode observar na tabela 6 da página 110, continuidade de ações nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, pois, apesar de todo o destaque dado aos outros níveis de ensino, financeiramente, ainda está focado no Ensino Fundamental.

No Estado de Rondônia, conforme disposto na Constituição Federal, art. 212, e de acordo com o artigo 189 da Constituição Estadual, os gastos do governo com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, não podem ser inferiores a 25% da receita resultantes de impostos. Contudo, consta no Quadro de Distribuição de Despesas da Controladoria do Estado de Rondônia, que a despesa com pagamento de pessoal leva a maior parte dos recursos, 60% no mínimo, deixando o restante para manutenção de toda a rede de Ensino estadual. No tocante à construção de escola, número de salas de aulas e contratação de professores no período de 2003 a 2010 observamos que não houve um impacto significativo mediante aos recursos recebidos, principalmente em relação ao quantitativo de professores que, como se pode verificar, em alguns anos, percentuais negativos em relação a anos anteriores em Rondônia e em Porto Velho.

6.1- A Repercussão do FUNDEB no Estado de Rondônia

Seguindo um discurso ideológico de que a educação e saúde são variáveis fundamentais para a redução da desigualdade e da pobreza (FIGUEIREDO,2008 P.57) um dos principais objetivos perseguidos pelas autoridades educacionais nas últimas décadas passou a ser a qualidade do ensino em todas as modalidades. Porém entende-se que a melhoria da qualidade da educação exige medidas não só

no campo do ingresso e da permanência de alunos na escola, mas também, segundo Dourado (2007, p. 940)

Requer ações que possam reverter a situação da baixa qualidade de aprendizagem na educação básica, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e, por outro lado refletir sobre as condições da estratégia de mudança do quadro atual.

E na tentativa de mudanças para melhorias na qualidade da educação, o governo do Estado de Rondônia investiu nesses oito anos em 475 laboratórios de informática com 10 computadores em cada sala, totalizando 4.750 computadores, conforme consta na Revista “Rondônia em 2010. Você faz o futuro!” pagina 07. Porém a Lei Complementar Nº 420, 09 de janeiro de 2008 que dispõe sobre o Plano de carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia não prevê em seu artigo 19, que trata dos quantitativos gerais para a lotação dos profissionais da Educação Básica, o profissional na área de informática para trabalhar nos laboratórios existentes nas escolas. Nesses laboratórios a maioria dos professores são readaptados ou estão em desvio de função e, pelo fato da Lei não amparar esta situação pedem as gratificação de sala de aula, como se constata nos relatórios do Setor de Lotação da Secretaria de Estado da Educação.

O uso inadequado desses equipamentos, que têm custo elevado, não refletiu positivamente na qualidade da educação ofertada, atendeu-se a uma exigência do MEC, a maioria das escolas têm laboratórios de informática porém utilizados timidamente e muitas vezes servindo apenas de mais uma salas em desuso.

Como se pode observar na cessão dois desta dissertação o FUNDEB prevê muitas ações que podem ser executadas com o dinheiro do fundo e uma delas é a construção de escolas. O Gráfico 12 demonstra a evolução dos estabelecimentos de ensino e o número de salas de aula no período investigado provenientes das verbas do FUNDEF e com a implantação do FUNDEB nos anos analisados por esta pesquisa, além da contratação de professores realizadas nos referidos períodos.

Pode se constatar com essa investigação que no tocante à construção de escola, número de salas de aulas e contratação de professores no período de 2003 a 2010 que não houve um impacto significativo mediante aos recursos recebidos, principalmente em relação ao quantitativo de professores que, como pode-se

verificar em alguns anos, percentuais negativos em relação a anos anteriores em Rondônia e em Porto Velho, conforme verificaremos nos gráficos a seguir:

Gráfico 12 - Demonstrativo anual do número de escolas construídas, de salas de aula e quantidade de docente em Rondônia – 2003 a 2010



Fonte: Estatística Educacional – SEDUC – Quinquênário Estatístico/2003 a 2007/2008 a 2010

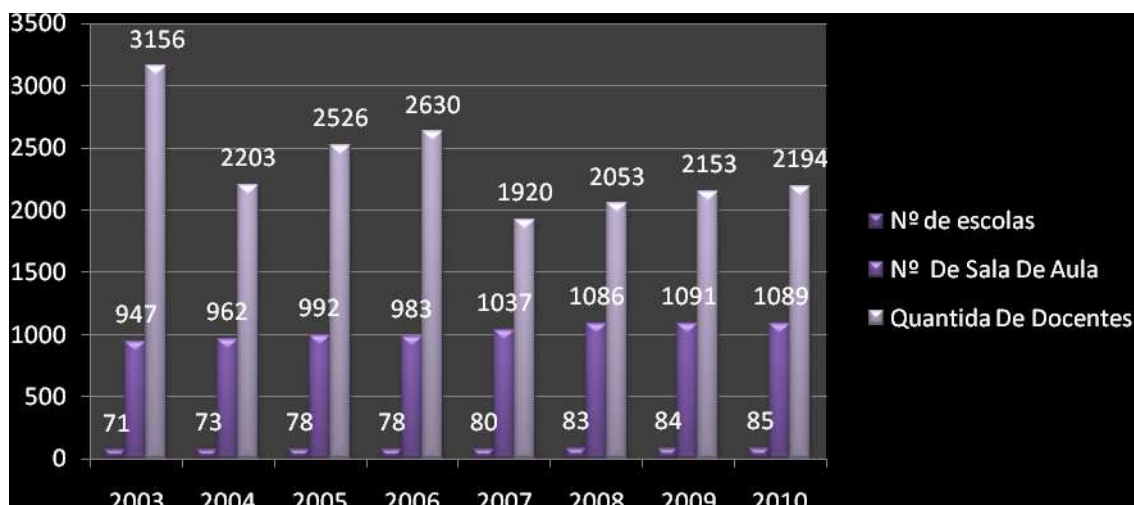
Os reflexos das políticas públicas destinados a Educação Básica, em Porto Velho, principalmente no que diz respeito a financiamento da educação, serão analisadas a partir dos indicadores como: número de escolas, de salas de aulas e de professores contratados no período de 2003 a 2010.

Ao verificarmos o número de escolas construídas no biênio 2003-2004, observa-se um percentual de 0,82%, no segundo biênio compreendido entre 2004-2005, houve um acréscimo de 3,52% de 2005-2006, o crescimento foi de 1,57%, de 2006-2007 foi de 1,03% de 2007-2008 foi 2,04%, 2008-2009 foi de 1,5% e de 2009-2010 foi um acréscimo de 1,48%.

Em relação à construção de salas de aulas observa-se: de 2003-2004 um percentual de 2,16% negativo, de 2004-2005 um percentual de 0,50%, de 2005-2006 foi de 0,39%, de 2006 - 2007 foi de 8,57% de 2007-2008 foi de 0,53% negativos, de 2008 – 2009 foi de 2,02% e de 2009-2010 foi de 1,60%.

Ao analisar-se o período correspondente ao governo Cassol, compreendido entre 2003-2010 verificamos que com relação aos indicadores obtivemos em Rondônia os seguintes percentuais: escolas construídas foi de 12,57%, o número de salas de aula foi de 10,53%, ficando um percentual negativo na proporção inversa ao número negativo de salas de aula construídas -23,47% o número de docentes.

Gráfico 13 - Demonstrativo anual de Porto Velho – 2003 a 2010



FONTE: Estatística Educacional – SEDUC – Quinquênário Estatístico/2003 a 2007/2008 a 2010

Os reflexos das políticas públicas destinadas a Educação Básica em Porto Velho, notadamente ao que diz respeito a financiamento da educação foram analisados a partir dos indicadores como: número de escolas, de salas de aulas e de professores contratados no período de 2003 a 2010.

O número de escolas construídas no biênio 2003-2004, obervou-se um percentual de 2,82%, no segundo biênio compreendido entre 2004-2005, houve um acréscimo de 6,85% de 2005-2006, o crescimento foi de 0,00% de 2006-2007 foi de 2,56% de 2007-2008 foi 3,75% 2008-2009 foi de 1,20% e de 2009-2010 foi um acréscimo de 1,19%.

Em relação à construção de salas de aulas observamos: de 2003-2004 um percentual de 1,58%, de 2004-2005 foi de 3,12%, de 2005-2006 foi de -0,91% negativos, de 2006-2007 foi de 5,49% de 2007-2008 foi de 4,73%, de 2008 – 2009 foi de 0,46% e de 2009-2010 foi de 0,18%

Em Porto Velho, se analisarmos o mesmo período, verificamos que, com relação aos indicadores, obtivemos os seguintes percentuais: o número de escolas construídas foi de 16,44%, o número de salas de aula foi de 13,20%, negativos na proporção inversa ao número de salas de aula construídas de 0,41% também negativos o número de docentes.

A tabela 7 refere-se a receita apurada dos impostos em que foram retirados os percentuais que compõem do Fundo para manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação.

Tabela 7- Receita apurada para aplicação do FUNDEB 2003/2010

Ano	Valor/receita
2003	R\$ 1.336.035.338,08
2004	R\$ 1.562850.716,72
2005	R\$ 1.897.014.052,36
2006	R\$ 2.048.682298,29
2007	R\$ 2.310.732.682,53
2008	R\$ 2.757.110.060,28
2009	R\$ 2.785.759.025,01
2010	R\$ 3.241.186.117,60

Fonte: Controladoria Geral do Estado de Rondônia,2010

Os valores da tabela acima foram utilizados para construção do gráfico 14 e representam a receita apurada no estado de Rondônia no período de 2003 a 2010.

Gráfico 14 - Receita apurada no estado de Rondônia-2003 A 2010



Fonte: Controladoria Geral do Estado, 2010.

Na arrecadação do Estado de Rondônia no período de 2003 a 2010, observa-se a seguinte evolução em percentuais: De 2003 a 2004 obteve-se um aumento de 16,98% na aplicação em educação, no biênio de 2004 – 2005 foi de 21,38%; de 2005 – 2006 foi de 8%; de 2006 – 2007 foi de 12,79%, de 2007 a 2008 foi de 19,32%; de 2008 – 2009 foi de 1,04% e no biênio de 2009 a 2010 foi de 16,35%:

Tabela 8 - Valores de repasse do FUNDEB para o Estado de Rondônia 2003 à 2010

Ano	Percentual FUNDEB	Valor do repasse	Perda para o município
2003	15%	R\$ 145.781.015,53	R\$ 55.458.498,03
2004	15%	R\$ 167.601.397,49	R\$68.296.792,47
2005	15%	R\$ 178.501.269,49	R\$ 87.898.763,01
2006	15%	R\$ 194.537.678,97	R\$ 95.099.301,66
2007	16,66%	R\$ 259.422.340,83	R\$ 103.852.719,48
2008	18,33%	R\$ 360.560.541,16	R\$ 123.946.162,38
2009	20%	R\$ 413.180.452,30	R\$ 124.635.733,39
2010	20%	R\$ 468.353.387,15	R\$ 152.002.017,04

Fonte: Controladoria Geral do Estado, 2010

Gradativamente o Estado de Rondônia foi se adaptando a implantação do FUNDEB, de acordo com o aumento dos percentuais a serem aplicados desde a sua implantação de 2007 até a execução de 20% em 2010. Patamar que segundo a lei incidirá até 2020.

O quadro 8, apresenta em quais ações o FUNDEB pode ser aplicado. A Lei 11.494 de 20 de junho de 2007 elencou inúmeras ações para este fundo com o intuito de melhorar a qualidade da educação ofertada nos Estados, município e Distrito Federal. Contudo o valor recebido através deste fundo estende-se, como relata EDNIR (2009, p. 66), seus efeitos a toda a educação básica:

O foco em torno dos debates do FUNDEB é sempre o mesmo: recursos. Ficou evidente que o FUNDEB só poderá alterar o panorama da educação básica com a introdução de recursos financeiros substanciais provenientes do Governo Federal (EDNIR 2009, p. 107).

Em uma entrevista da Rede adventista com o Senador da República Cristovam Buarque em que a introdução do primeiro questionamento inicia-se com a seguinte exposição: Em um concurso público de uma cidade brasileira ofereceu-se vagas para um operador de escavadeira hidráulica com ensino fundamental incompleto o salário seria de R\$ 1.291,98 no mesmo edital, ofereceu-se vaga para professor nível superior completo e o salário seria de R\$ 1.246,98. A revista questionou-o porque a Educação no Brasil é tão desvalorizada, a resposta foi de que

tem-se duas justificativas e uma delas diz respeito a cultural, pois somos um povo cuja a cultura não dá importância a educação e exemplifica dizendo que neste país considera-se uma pessoa rico não porque ela é culta, mas sim porque mas sim pelo tamanho do carro e pela casa que tem.

Salienta ainda que a desvalorização dos professores acaba prejudicando os alunos, aqui em Rondônia por exemplo, no último Edital 002/2010 foram oferecidas pela rede estadual vagas para professores nas áreas de Química, Física, Biologia e matemática para o Ensino Médio em que nenhuma inscrições foi feita, ainda mais nos municípios mais afastados da capital e essas aulas são ministradas por professores de outras disciplinas muitas vezes de áreas do conhecimento totalmente diferentes, comprometendo ainda mais a qualidade do ensino.

No quadro 8 são elencadas inúmeras ações que poderiam ser feitas pelo FUNDEB e que não o são, não só pela falta de recursos como também de uma melhor aplicação dos já existentes.

Quadro 8 – Aplicação do FUNDEB

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
ORIGEM DOS RECURSOS TOTAL 20%	
ICMS, FPE, FPM, IPLEX E ITRM, DRU, IPVA E ITCMD	
APLICAÇÃO DO FUNDEB	
Manutenção e desenvolvimento do ensino	Aquisição e o funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino; Uso e manutenção de bens e serviços; Remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais em educação; Aquisição de material didático, Transporte escolar;
Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação	Habilitação de professores de professores leigos; Capacitação dos profissionais da educação por meio de formação continuada; Remuneração dos profissionais da educação básica que desenvolvem atividades de natureza técnico-administrativa (com ou sem cargo de direção e ou chefia) ou de apoio, como exemplo, o auxílio de serviços gerais, o auxílio administração,
- aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino	Aquisição de imóveis já construídos de prédios, destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino; Ampliação, conclusão construção de prédios, poços, muros e quadras de esporte nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino; Aquisição de mobiliários e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema de educação básica pública (carteiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores, televisores, antenas, etc; Manutenção dos equipamentos existentes (máquinas, móveis, equipamentos eletrônicos, etc) Reforma, total ou parcial, de instalações físicas (rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura, cobertura, pisos, muros, grades, etc.) do sistema de educação básica.
-manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino	Aluguel de imóveis e de equipamentos; Manutenção de bens e equipamentos (incluindo a realização de consertos e reparos); Conservação das instalações físicas do sistema de ensino prioritário dos respectivos entes federados; Despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto, serviços de comunicação, etc.
Levantamentos	Organização de banco de dados, realização de estudos e pesquisas que visam à

estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e a expansão do ensino	elaboração de programas, planos e projetos voltados ao ensino prioritário dos respectivos entes federados; Levantamentos estatísticos (relacionados ao sistema de ensino), objetivando o aprimoramento da qualidade e a expansão do atendimento no ensino prioritário dos respectivos entes federados;
Realização de atividade-meio necessária ao funcionamento do ensino	Despesas inerentes ao custeio das diversas atividades relacionadas ao adequado funcionamento da educação básica, dentre as quais pode se destacar: serviços diversos (de vigilância e conservação, dentre outros), aquisição de material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema (papel, lápis, canetas, grampos, colas, fitas adesivas, giz, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas, etc.)
Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas	Exclusivo à educação básica
Aquisição de material didático – escolar e manutenção de transporte escolar	- aquisição de materiais didático-escolares diversos, destinados a apoiar o trabalho pedagógico na escola (material desportivo utilizado nas aulas de educação física, acervo da bibliografia da escola- livro, atlas, dicionários, periódicos, etc. lápis, borrachas, canetas, cadernos, cartolinas, colas etc.) - aquisição de veículos escolares apropriados ao transporte de alunos da educação básica na zona rural, devidamente identificados como de uso específico transporte escolar,
Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima	- quitação de empréstimos (principal e encargos) destinados a investimentos em educação (financiamento para construção de escola, por exemplo)
Aulas de dança, língua estrangeira, informática, jogos, artes plásticas, canto e música	Obs: podem ser pagas com o FUNDEB, desde que integrem as atividades escolares, de acordo com as propostas pedagógicas das escolas, como parte de um conjunto de ações educativas que compõem o processo ensino-aprendizagem; Art.70 da Lei 9.394/96 – LDB.
Apresentações teatrais	OBS. Desde que essas apresentações sejam parte integrante das atividades escolares, desenvolvidas de acordo com os parâmetros e diretrizes curriculares das escolas.
Passagens, diárias e/ou alimentação	Obs. Desde que sejam associadas à realização de atividades ou ações necessárias à consecução dos objetivos das instituições educacionais, contemplando a educação básica pública.

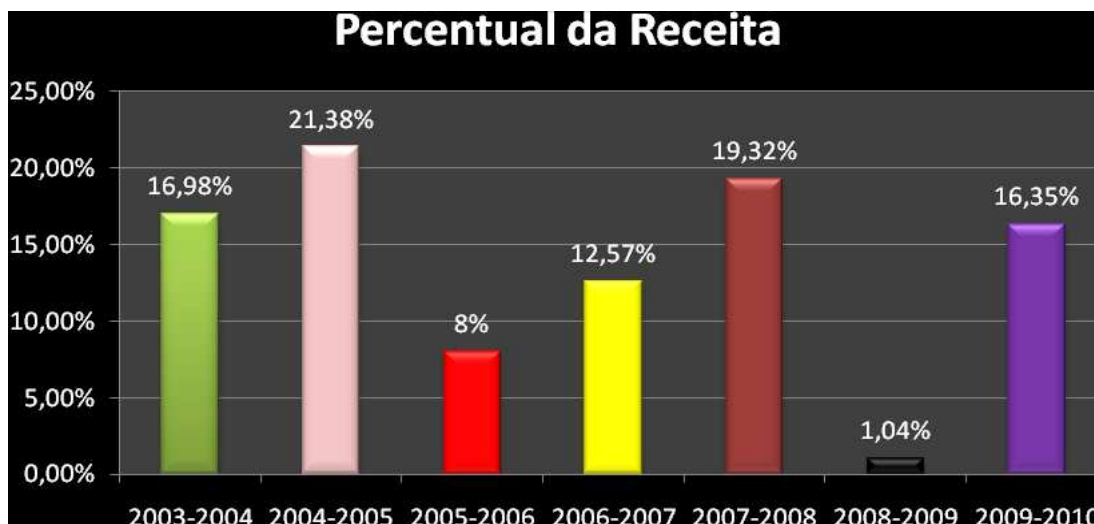
FONTE: BRASIL, MEC, 2007

Saviani (2008) comenta que com a entrada em vigor do FUNDEB, o número de estudantes atendidos pelo fundo passa dos 30 milhões (que eram atendidos pelo FUNDEF) para 47 milhões. E o montante do fundo eleva-se correspondentemente de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões. À primeira vista essas cifras provocam a impressão de um incremento bastante significativo. E esse efeito, quando olhamos os percentuais aplicados no estado de Rondônia nos últimos oito anos, observa-se que houve um aumento significativo conforme revela a figura abaixo. Porém o que explica ainda convivemos com sérios déficits de atendimento na educação básica e em particular na Educação infantil e no Ensino Médio?

Saviani (2008) soluciona o problema considerando que ampliação da população atendida por esse fundo (Ensino Médio, Educação Infantil e Educação

Jovens e Adultos) foi em torno de 56,6%, os recursos do Fundo foi em torno de 36,3 % havendo sim, uma diminuição e não um aumento.

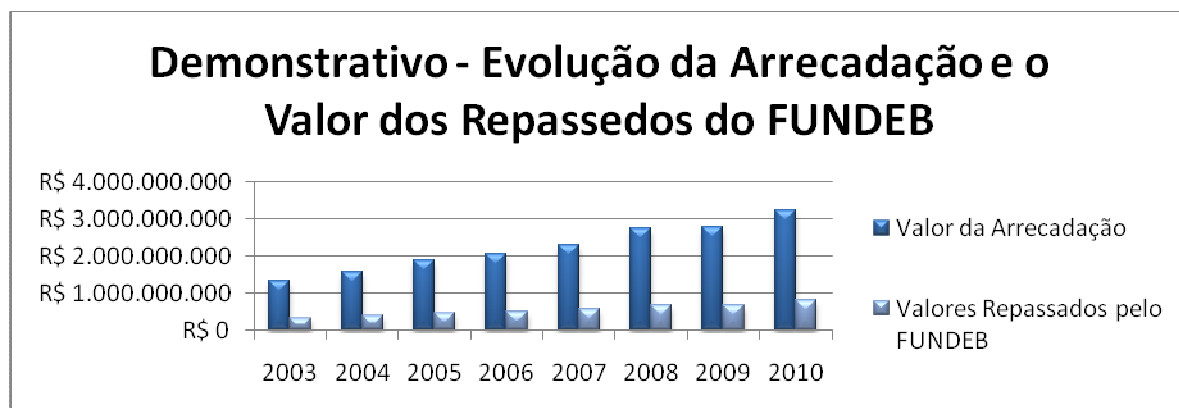
Gráfico 15 - Percentual anual repassado pelo FUNDEB



Fonte: RONDÔNIA, Controladoria Geral do Estado - 2010

Em relação aos valores repassados pelo FUNDEB após a apuração dos 25%, destinados a educação obtivemos o seguinte resultado: no biênio 2003-2004 foi de 16,98%; de 2004 -2005 foi de 21,38%; de 2005-2006 foi de 8%; de 2006 – 2007 foi de 12,57%; de 2007 – 2008 foi de 19,32%; de 2008 – 2009 foi de 1,04% e de 2009 – 2010 foi de 16,35%, conforme observamos no gráfico 16 a seguir.

Gráfico 16 – Demonstrativo da evolução da arrecadação e repasse do FUNDEB – 2003 - 2010



Fonte: RONDÔNIA, Controladoria Geral do Estado - 2010

Os recursos do FUNDEB são aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritários dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal e 60% desses recursos devem ser destinados anualmente à remuneração dos profissionais do magistério (professores, profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica (regular, especial, indígena supletivo), e a parcela restante (de no máximo 40%), seja aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento, que consiste: na aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino também da educação básica pública.

Tabela 9 - Aplicação de recursos na transição do FUNDEF para o FUNDEB no Estado de Rondônia (2005 A 2010)

ANO	RECEITAS REALIZADAS	MINIMO DE 60% SALARIOS	MÁXIMO 40%- DEMAIS DESPESAS	MANUT. FUND.	ENS.	MANUT.ENS. MÉDIO
2005	175.652.380,00	157.948522,48	17.703.857,52	-----	-----	-----
2006	189.161.674,04	167.422.892,75	21.738.781,29	-----	-----	-----
2007	260.104.401,22	156.062.640,73	104.041.760,48	32.486.589,37		131.079,38
2008	364.245.026,89	218.547.016,13	145.698.010,75	95.796.353,18		2.046.767,13
2009	416.434.442,49	249.860.665,49	166.573.776,99	127.246.649,45		23.946.377,05
2010	470.195.320,78	282.117.192,46	188.078.128,31	101.957.696,63		4.887.517,77

Fonte: Quadro Demonstrativo de Despesas do FUNDEB/2005 a 2010

Para Araújo (2007), o FUNDEB em termos de desenho operacional, é semelhante ao FUNDEF pois é Constituído de 27 fundos estaduais, bloqueando parte dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento da Educação a manutenção e desenvolvimento da educação, distribuindo os recursos de acordo com um valor per capita encontrado pela divisão de recursos regulares existentes em cada rede de ensino. Outro ponto observado por Araújo (2007) foi a priorização de recursos para o Ensino Fundamental, fato que comprovamos ao observar a aplicação do erário relativo à Educação em Rondônia na tabela 6 da página 83 que revela ser mínima a sua aplicação para o ensino médio, a priorização de recursos

para o ensino fundamental apresenta um grande grau de enraizamento entre os representantes federados.

É importante ressaltar que, não há impedimento para que se utilize até 100% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, porém o problema é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dividindo o restante dos recursos para as outras modalidades de ensino, observa-se que o valor destinado para o ensino médio não chega, no seu maior valor, a 14% do montante arrecadado pelo fundo.

No período de 2005 a 2010 o site do SIOPE disponibiliza o Demonstrativo FUNDEF/FUNDEB e o Relatório Quadro de Resumo de Despesa que comprova o insuficiente valor aplicado para o ensino médio pois ainda no estado de Rondônia tem-se aproximadamente mais de 30.000 estudantes de 14 a 17 anos fora da escola, como revela o quadro abaixo.

Revela-nos ainda que no número de matrículas do ensino médio, aproximadamente 11% destas são de instituições privadas o que agrava ainda mais a oferta pelas políticas públicas de um ensino gratuito e com qualidade para todos.

É oportuna a análise que Arelaro (2000, p.102) fez com vistas as políticas públicas do 2º quinquênio do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois o quadro não mudou nos oito anos do governo Lula para estes tantos rondonienses, a maior parte destes localizados na zona rural, que estão fora da escola:

A avaliação da conjuntura educacional brasileira pelo governo federal, e que vai embasar suas ações, desta data em diante, pode ser resumida em dois pontos: 1º) O Brasil não tem mais problemas de atendimento a demanda e 2º) os recursos em educação são suficientes. Analisemos as conseqüências desta análise: se consideramos que a demanda está atendida, mesmo quando os dados demonstram que ela não está isto significa que se considera que os “tantos” que estão sendo atendidos em escolas são os “todos” que deveriam estar, não se pretendendo ampliar este atendimento escolar. Promove-se, desta maneira, uma reconceituação do direito social de “todos” à educação, substituindo-se sutilmente, o conceito de “igualdade” de direitos pelo da “equidade” de direitos a medida que se admite que “alguns” – poucos ou muitos – não poderão ser atendidos, seja por falta de capacidade, talento, condições socioeconômicas, recursos financeiros ou administrativos do poder público (ARELARO 2000, p.102).

Há a necessidade de disponibilizar meios que garantam a educação a todos os brasileiros e também, disponibilizando mais recurso para alcançar esses objetivos, tantas vezes anunciados pelos governantes

Tabela 10- População de 14 a 17 anos que estão fora da escola em Rondônia.

<i>Ano</i>	<i>Ensino médio regular 14 a 17 anos: Est/Mun/Fed/Privada</i>	<i>Ano IBGE</i>	<i>IBGE População 14 a 17 anos/variação 2000 a 2010</i>	<i>- Total de alunos fora da escola</i>
2003	55751	2000	95107	39.356
2004	58893	2000	95107	36.214
2005	58228	2000	95107	36.879
2006	59921	2000	95107	35.186
2007	58506	2007	89489	30.983
2008	60297	2007	89489	29.192
2009	60937	2009	97562	36.625
2010	61453	2010	95800	34.347

FONTE: IBGE, 2012

A tabela 7 revela ainda que no número de matrículas do ensino médio, aproximadamente 11% destas são de instituições privadas o que agrava ainda mais a oferta pelas políticas públicas de um ensino gratuito e com qualidade para todos.

Para ilustrar o exposto acima, quando acrescentamos a faixa etária de 4 a 17 anos que estão fora da escola verificamos que os recursos se tornam ainda mais insatisfatórios, tanto a nível de Brasil como para as demais regiões. A tabela 11 apresenta o numero de crianças e jovens que estão fora da sala de aula.

:

Tabela 11 População total de 4 a 17 anos e número de crianças e jovens fora da escola no Brasil, nas regiões e em Rondônia.

	<i>População de 4 a 17 anos</i>	<i>Estudantil</i>	<i>Criança e jovem fora da escola</i>
Brasil	45.357.244	41.503.927	3.853.317
Norte	4.737.039	4.157.399	579.640
Nordeste	13.910.883	12.826.094	1.084.789
Sudeste	17.324.954	16.053.677	1.271.277
Sul	6.016.173	5.424.500	591.673
Centro-este	3.368.195	3.042.257	325.938
Rondônia	418.917	365.602	53.315

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 2010 – SIDRA/IBGE, 2011.

Madza (2009, p.58) é enfático em dizer que fica apenas na impressão de que há muito dinheiro sendo investido em educação neste país.

O Instituto Anísio Teixeira disponibilizou em seu site um relatório sobre os Investimentos públicos em educação nos últimos 10 anos em que o maior índice alcançado do Produto Interno Bruto para a educação não ultrapassou 4,9% para a educação básica e seu percentual para o ensino médio oscilou entre 0,6 a 0,9%.

Investimento que não causou nesses 10 anos impactos positivos previstos em percentuais nos níveis de reprovação e evasão escolar, principalmente em Rondônia. A notícia foi publicada dia 11 de janeiro de 2012 pela Redação do Noticiário de Rondônia: Rondônia tem o pior índice de Evasão escolar do Brasil, 68,4%.

O Governo Federal celebra parcerias com Estados e Municípios, a título de complementação das receitas para a educação, convênios que a partir de contrapartidas dos entes federados, são aplicados no que decidem ser prioridade para o governo. Mas nem sempre os entes conseguem atender à parte burocrática exigida pelo governo Federal a fim de utilizar essas fontes de recursos. Exemplo desta afirmação é o Estado de Rondônia que no período de 2003 a 2010 a maioria dos repasses foi realizada através dos convênios.

Assim, a Constituição Federal prevê áreas de atuação próprias a cada esfera de governo e outras comuns e é importante buscar entendimento das esferas de governo sobre as políticas públicas de cada uma para evitar o mau uso ou até pior o desuso dos recursos públicos. Em Rondônia, muitos recursos oriundos dos convênios celebrados causaram certo desconforto, pois muitas verbas federais que foram enviadas para o estado, foram devolvidas para a origem como se observa em até mais de 50% do montante enviados para este estado, conforme consta na tabela em anexo.

5.2 A Repercussão Dos Recursos na Transição do FUNDEF para o FUNDEB na Escola João Bento Da Costa

Com exceção da merenda escolar que teve um aumento superior de 100% nos recursos de origem federal destinados à escola, após 2007 com a implantação

do FUNDEB, os demais recursos tais como: PDE/PME e PDDE não lograram aumentos muitos significativos. Como podemos observar no quadro número 7 da página 42. Os recursos que chegaram foram aplicados de maneira a atender aos objetivos do projeto Terceirão, que consta no anexo 6 deste compêndio, mencionado na seção anterior e isso repercutiu positivamente nos índices de aprovação dos alunos nos concursos e vestibulares.

Equipamentos como, microfones e caixas de som mencionados nos anexos de 01 a 05 auxiliam os professores nas aulas aplicadas nas salas destinadas aos alunos participantes do referido projeto.

Lançado em abril de 2007, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como principal objetivo melhorar a qualidade da educação brasileira. Ideologicamente, “desde a sua concepção este programa buscou criar um o consenso em torno da idéia de que a melhoria da educação estaria na adoção dos parâmetros de mercado” salienta DOURADO (2007, p.931).

Esse plano de Metas Compromisso todos pela educação, instituído pelo decreto nº 6094/2007 para ser implementado pela União, constituiu-se uma estratégia utilizada para regulamentar o regime de colaboração das famílias e da comunidade, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação.

Tabela 12 – Indicadores de Desempenho Escolar Ensino Médio

<i>Ano/indicador</i>	<i>Taxa de aprovação</i>	<i>de Taxa de reprovação</i>	<i>de Taxa de abandono</i>	<i>de Taxa de distorção</i>
2005	68%	20%	12%	40%
2006	61%	31%	8%	40%
2007	71%	23%	6%	54%
2008	62%	29%	9%	24%
2009	70%	20%	10%	0%
2010	64%	14%	7%	0%

Fonte: RONDÔNIA, Projeto Pedagógico Escolar da EEEM João Bento da Costa, 2010.

É importante observar que tanto na estrutura da escola e seu mobiliário quanto na parte de materiais didáticos e pedagógicos incluindo toda parte de

materiais eletrônicos e de informática, houve um impacto positivo das políticas públicas de financiamentos educacionais. Os índices de aumento do PROAFI de 2009 para 2010, conforme se pode observar na tabela 2 da página, atingiram o patamar de mais de 50%,

Porém, a escola conta com o número de 3.148 alunos, as salas de aula comportam em média 35 alunos por sala, é a única escola que atende somente ao ensino médio localizada na zona leste, ou melhor, em Porto Velho com estrutura para atender a essa demanda.

Como se pode visualizar nas figuras 2, a escola possui uma piscina semi-olímpica em que os professores elaboraram projetos relevantes promovendo a participação de toda a comunidade não só da escola em análise mas de todas as escolas que desejam participar da escolinha de natação.

A manutenção da piscina tem um custo alto e é sempre necessária a contrapartida financeira da Secretaria Estado da Educação para que a escola não pare suas atividades.

FIGURA 2 – Piscina Semi - Olímpica da EEEM João Bento da Costa



Fonte: autor

Contudo, as taxas de reprovação não saíram do percentual de 20%, com exceção do ano de 2010, assim como também a taxa de abandono oscila entre 6 a 12%.

No Brasil, o índice de reprovação é de 9,9% para o Ensino Fundamental e de 12,7% para o Ensino Médio, na região norte, a taxa de reprovação é de 11,5% para o Ensino Fundamental e 11,8% para o Ensino Médio (CENSO ESCOLAR 2010).

O IPEA mostra através de uma pesquisa, que os Estados da região norte têm os piores índices de estudantes que abandonaram a escola no Ensino Médio do país. Em todas elas mais de 60% dos jovens de 15 a 17 anos deixaram a escola antes de completar esse nível de ensino.

A pior situação se encontra em Rondônia, onde a taxa de evasão é de 68,4%.

O que está sendo oferecidos pelas escolas, como piscinas, kits tecnológicos, boa alimentação ainda não estão sendo suficientes para fazê-los se desligar do mundo externo que na maioria das vezes os obriga a procurar subempregos para sustentar suas famílias.

O investimento Público Direto em educação em valores nominais por estudante para o ensino médio em 2010 foi de R\$ 2.960,00. Na EEEM João Bento da Costa, reprovaram em 2010 aproximadamente 300 alunos. Se calcularmos o valor investido duas vezes pela quantidade de alunos reprovados teremos o valor de R\$ 1.776.000,00, ou seja, uma despesa 5 vezes mais do que a escola recebeu em 2010.

O impacto com os índices de reprovação são maiores do que o valor investido por aluno em 2010.

Comprovadamente o sistema neoliberal reflete a Escola, quando a competição e a concorrência estão em voga para atender ao mercado capitalista.

A participação da comunidade na gestão escolar é confirmada através das Associações de Pais e Mestres e dos Conselhos escolares que cumprem com as obrigações impostas pelos organismos governamentais como forma de fiscalizar todos os recursos que chegam até a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto nos tópicos precedentes, têm-se os seguintes resultados: Ao analisar-se o período de 2003 a 2010, observa-se que não houve impacto significativo no que diz respeito à construção de escolas, com recursos subvinculados do FUNDEB, tampouco no número de salas de aula construídas, pois a maior parte dos recursos é destinada à folha de pagamento de pessoal. Além do mais, observa-se impacto negativo na contratação de professores cujo percentual negativo é de 23,47%. No entanto, comparando-se o valor originário do repasse do FUNDEBE, do período de 2003 a 2009 com o período citado, verifica-se um aumento de 143,60% em Rondônia.

Conseqüentemente, não houve impacto na oferta do número de vagas oferecido para o ensino médio no Estado de Rondônia, de tal maneira que essa ausência de ação deixou à margem mais de 53.000 jovens.

É relevante observar que o maior impacto dos recursos destinados à educação recaem sobre os gastos com folha de pagamento, porém o Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no Relatório de Inspeção da Prestação de Contas do Governo do Estado de Rondônia do exercício de 2004, detectou que a Secretaria de Estado da Educação, conforme levantamento feito pela equipe de inspeção a partir de prova documental incluída no Processo 1494/2005, vol. V, a folhas 1.482, 1.495, 1.505, 1.524, 1.575/1.582, descumpriu o que dispõe o art. 71, incisos III e VI, da Lei nº 9.394/96, por ter nomeado servidores por meio do decreto nº como ocupantes de cargos em comissão, cujo pagamento de salários foi realizado, lamentavelmente, com dinheiro originário da subvinculação dos 20% do FUNDEB, ou seja, parte dos 60% destinada ao pagamento dos profissionais da Educação é paga a comissionados que prestam serviços a outros órgãos, bem como servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na SEPLAD.

Juntando-se a isto, a maior parte da folha de pagamento é composta por funcionários administrativos que não dão aula. Em grande parte do Brasil, há 1,5 funcionários administrativos para cada professor e, em Rondônia, a situação é mais alarmante, porque são 4 funcionários para cada professor. Por oportuno cita-se o exemplo dado pela educação chinesa que diminuiu radicalmente o número de

funcionários administrativos, considerando-se como fundamental na educação, o professor, ou seja, aquilo que é menos importante precisa ser sacrificado.

O salário dos professores em Rondônia, sempre esteve de acordo com o teto mínimo estabelecido pelo Governo Federal. O problema é que, se comparado a outras profissões o salário dos professores é insuficiente.

Um fato que geraria impacto positivo direto no salário dos professores está relacionado aos 25% assegurados Constitucionalmente. Com a subvinculação dos 20% para o FUNDEB ficam de fora dos 60% destinados aos salários os 5% que restam dos valores repassados para a educação, “recursos próprios” ficam a cargo do Governo gerenciá-los. Entretanto essas gestões nem sempre são eficientes tampouco atingem a eficácia e uma das possíveis causas disso origina-se na cultura do povo brasileira que não dá a devida importância às pessoas cultas, mas sim às que têm dinheiro, de jeito que esse fato reflete nas ações dos representantes.

Os respectivos fundos representam uma tentativa de racionalizar os gastos educacionais no Brasil. O FUNDEF, por exemplo, acarretou importantes repercussões para o ensino fundamental, em particular, para a organização do ensino brasileiro.

Grande parte das dissertações, artigos e teses que versam sobre a temática de financiamento da educação são unânimes em considerar necessário um maior papel do complemento da União indispensável para causar impactos positivos na qualidade educacional ofertada neste país.

Além disso, a necessidade de um maior empenho por parte dos governantes estaduais e municipais em gerenciar os recursos existentes de forma a refletir na escola uma sociedade mais justa e esclarecida de seus direitos e deveres como cidadão.

Apesar do FUNDEB, não ter impedido a criação de novos problemas, como por exemplo, a subvinculação deste deixando de fora os 5% que poderiam ser acrescentado ao salário dos professores, constitui, um instrumento efetivo de financiamento na distribuição de recursos e necessário é que este fundo contribua efetivamente no fortalecimento do regime de colaboração entre os entes e para o equilíbrio federativo.

Busca-se com a experiência anterior do FUNDEF, que o FUNDEB lograsse alguns aperfeiçoamentos, como por exemplo, alcançar as outras etapas e modalidades da educação básica. O desafio agora está em definir uma forma mais

razoável de equacionar a complementação da União criando um espaço federativo de negociação, para evitar mecanismos de fuga e incluir outros tributos para complementar o investimento em educação.

O programa de governo educacional do Presidente Lula em 2002 se propunha a reexaminar os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao PNE. Com a intenção de elevar o percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB para 7% conforme consta no Diretório (2002, p.32), todavia não passou de intenção.

É necessário que a União deixe seu papel suplementar, emergencial, e invista em um futuro melhor para realmente todos os cidadãos brasileiros.

A partir dessas análises, buscou-se verificar de que maneira a transição do FUNDEF para o FUNDEB impactou diretamente no desempenho dos alunos do ensino Médio da EEEM João Bento da Costa, pois um dos principais motivos para criação deste fundo foi o de alcançar também a esse nível de Ensino. Todavia, ao se comparar os dados estatísticos relativos aos oito anos em análise, observa-se que o índice elevado de reprovação e evasão se manteve.

Com este estudo de caso, evidencia-se o papel eficaz do sistema escolar no sentido de atender ao mercado de trabalho. A competição alunos versus alunos, escola versus escola é clara.

O percentual mínimo de alunos aos quais a escola conseguiu transmitir habilidades e competências ao longo desses oito anos para ingressar numa faculdade e, conseqüentemente, ingressar no mundo competitivo do mercado de trabalho, não que isso vá garantir seu espaço neste mercado, pois este é altamente seletivo e cada vez mais restritivo, deixaram à margem percentuais maiores de discentes que encontrarão maiores dificuldades em lograr bons empregos.

Conseqüentemente, com a exclusão deste dos melhores empregos, o aumento da pobreza é evidente e conduzem a formação de uma sociedade altamente fragmentada em que a concorrência é desleal, as melhores escolas são para poucos, os melhores empregos são para os que pertencem a elite.

A EEEM João Bento da Costa logrou, durante estes 8 anos analisados, os primeiros lugares do ENEM em Rondônia, porém no Brasil competindo com instituições públicas e privadas das demais regiões, por mais que tenham feito todos os esforços para colocar os alunos em condições para este embate desigual não conquistou confortáveis lugares no ranking nacional.

Os recursos que chegaram à escola João Bento da Costa não foram suficientes nem para manter o Projeto Terceirão, pois muitas vezes o diretor da escola teve que se dirigir à Secretaria de Estado para conseguir fotocopiar as provas dos simulados realizados pela escola. Entende-se que não foram os recursos que fizeram a diferença e sim o compromisso de uma equipe de professores que decidiram incluir alunos que não tinham o mínimo de chance em competir com alunos de escola particular para uma vaga na Universidade tanto pública e muito menos escola privada por condições financeiras e decidiram ainda, romper com o paradigma de que os alunos da escola pública de periferia não conseguiriam chegar ao ensino superior.

Outro ponto relevante nesse processo foi a permanência do mesmo Gestor no período de 08 anos na escola e isso proporcionou uma seqüência de ações e planejamentos que influenciaram significativamente a melhoria da qualidade de ensino ofertada pela escola.

Em suma, observamos ao longo da história do financiamento que os gastos com educação sempre foram colocados em planos secundários, Saviani (2008) pontua que “os direitos sociais conquistados a duras penas pelo povo brasileiro hoje são vistos como custo no Brasil e que impedem ou retardam ou tornam mais onerosos os investimento no desenvolvimento econômico.”

O lado perverso dos programas implementados pelo governo federal é que os empréstimos aos financiadores internacionais tais como FMI e Banco Mundial têm juros altíssimos e só aumentavam com o intuito de capacitar mão-de-obra barata para continuar sustentando a classe dominante.

A realidade do estado de Rondônia é que mais de 20 000 cidadãos com faixa etária entre 15 a 17 anos estão fora das escolas, (IBGE 2010) em sua maioria moradora da zona rural onde a acessibilidade ao ensino lhe é negada. Em algumas comunidades como no Distrito de São Carlos no Baixo Madeira e em Nova Mutum Paraná, os prédios onde funcionam o Ensino Médio são cedidos pelo Município no período noturno.

Ao longo da BR 319 sentido Manaus, o transporte escolar tem às vezes um percurso de até 100 km por dia para trazer alunos à escola mais próxima.

Diante disso, entende-se que o financiamento da educação deve considerar, não somente o crescimento substantivo da propriedade atribuída à educação, mas também que seja aplicado de modo a refletir o compromisso social da educação,

que, além de permitir mudanças da situação da escola, a começar pelo ânimo dos professores que, com melhores condições de trabalho, passariam a desenvolver suas atividades com entusiasmo e dedicação.

O resultado deste trabalho foi obtido através da análise de Leis e Decretos e documentos oficiais pertinentes aos recursos enviados ao Estado de Rondônia na Secretaria Estadual de Educação, na Procuradoria Geral do Estado, no Tribunal de Contas, o que tornou possível verificar as análises dos auditores dessa egrégia Corte de Contas no período proposto pelo estudo, e na EEEM João Bento da Costa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry: Balanço do Neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático** In –Sander, Emir, Gentili, Pablo (org.).Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. A política de financiamento da Educação Básica do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta elementos de ruptura ou de continuidade com as políticas aplicadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília – DF. 2007.

ARELARO, Lisete Regina Gomes, **Resistência e Submissão: A reforma Educacional na década de 1990**, O Cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debates/ Organizadores Nora Krawczyk, Maria Malta Campos, Sérgio Haddad- Campinas, SP. Autores Associados, 2000 – (coleção educação contemporânea).

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 de set.1996

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dez.2006, edição nº243.

BRASIL. Ministério da educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Módulo de competências Básicas** Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2009.

BRASIL. Ministério da educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Módulo de competências Básicas** Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de despedida no Senado Federal: Filosofia e Diretrizes de Governo**.1994 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/public_04/coleção/desped.htp). Acesso em 08/11/2011.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **A Qualidade da Educação Básica e a gestão escolar**. In Magna França, Maura Costa Bezerra (orgs.) Política Educacional.Gestão e qualidade do ensino.Brasília, anpae, Líber Livros 2009.

DOURADO, Luiz Fernando. Política e Gestão da Educação Superior no Brasil: Múltiplas regulações e Controle. **Revista Brasileira da Política e Administração da Educação – ANPAE**, Niterói, n.1 p.1-152 – Jan/Abr.2011.

DOURADO, Luiz Fernando. **Financiamento da Educação Básica. Polêmica do Nosso Tempo**. GOIANIA, GO. Autores associados, Editora a UFG, 1999

DUARTE, Marina Ribeiro Teixeira. **Regulação Sistêmica e Política de Financiamento da Educação Básica**. Revista Educação Sociedade. Campinas, vol.26, p. 821 – 839, Especial, Out.2005.

EDNIR, Madzar. **Bicho de Sete Cabeças: para entender o financiamento da Educação Brasileira**. São Paulo: Pirópolis: Ação Educativa, 2009.

FODDY, William. Como Perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários. Tradução de Luis Campos, Oeiras, ;Celta Editoras /2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio: Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In – Gentili, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão: Crítica ao liberalismo em Educação. 12ª Edição.Petrópolis – RJ: Vozes, 1995, p.77 - 137

GARCIA, Lidiane Rodrigues e Neto, Orion Augusto Platt. **Observação da Aplicação Mínima Constitucional na Função Educação no Orçamento do Governo Federal do Brasil entre os anos de 2003 a 2008**, in X Colóquio internacional sobre Gestion Universitária em América Del Sul. Mar Del Prata , 10/12/2010.

GENTILI, P. e SILVA, T.T da (orgs).Escola S.A –quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo – Brasília:Editora CNTE, 1996.

HIPÓLITO, Álvaro. **Reestruturação educacional, neoliberalismo e o trabalho docente**, www.ppgte.cefetpr.br/gttlanped/trabalhos/hypolytos/pdf. Aceso em 14/12/2011

KENSKI, Regina Vinhais e GRACINDO, Vani Moreira. **Gestão de sistemas educacionais: a produção de pesquisas no Brasil**. In ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO-APAE. **Políticas e gestão da educação (1991 -1997)**, Brasília/DF, Série Estado do Conhecimento N°. 5. 2001.

MARTINS, Paulo de Sena. **O Financiamento da Educação Básica por meio de Fundos Contábeis: Estratégia Política para a Equidade, a Autonomia e o Regime de Colaboração entre os Entes Federados**. 2009. 337 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília – DF.2009

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmica do nosso tempo: v. 57)

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. Tradução Isa Tavares, São Paulo, Boitempo, 2008

MONLEVADE, João Antônio, **Educação Pública no Brasil**. Ceilândia- DF, Idea editora, 2ª Edição. 2001

MONLEVADE, João Antônio. **Algumas Reflexões sobre a Transição do FUNDEF-FUNDEB. 2004**, Disponível em [HTTP//portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). acesso em 10/12/2011

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. **Programa Nacional de Alimentação Escolar/Maria Lúcia Cavalli Neder, Elida Maria Loureiro Lino** – Brasília: MEC, FNDE,SEED,2006

OLIVEIRA, Gleyva Maria Simões de; PAZ, Adalberto Domingos da. **Módulo PDDE**. – Brasília: MEC, FNDE,SEED,2006

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Qualidade com garantia de respeito da diversidade e necessidades**. Ação educativa, São Paulo, v.4, 2007.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política Educacional Brasileira. Educação Brasileira numa Década de Incerteza (1990-2000): Avanços e Retrocessos**. São Paulo: CTE Editora, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTÁSIO, Léa das Graças Camargo. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Marcelino de Rezende. **A Política Recente de Fundos para o Financiamento da Educação e seus Efeitos no Pacto Federativo**. Revista Educação Sociedade. Campinas, vol.28 n. 100 – Especial, p. 877-897, Out. 2007. Disponível em <[HTTP:// WWW.cedes.inicamp.br](http://www.cedes.inicamp.br)>.

POSSARI, Lúcia Helena Vendrusculo; & Elida Maria. **Modúlo Programas do Livro**. Loureiro Lino. – Brasília: MEC, FNDE,SEED, 2006.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Articulações entre a Globalização e a descentralização: Impactos na Educação Brasileira**. LOMBARDI, José Claudinei (org.).Globalização, pós-modernidade e educação. 2 ed., São Paulo: Autores Associados, 2003 (Coleção Contemporânea).

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil, Genealogia do Conhecimento**. Brasília: Líber Livros, 2007.136 p.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, SP: 3ª Edição. Autores Associados, 2008.

SEVERINO, A & FAZENDA. **Conhecimento, Pesquisa e Educação**. Campinas , Papirus, 2001.

SUCUPIRA, Newtom. **O ato Adicional de 1834 e a descentralização da Educação**. FÁVERO, Osmar (org.). A Educação nas Constituintes Brasileiras 1923-1988.Campinas . SP. Autores Associados, 1996 (coleção Memória da Educação).

TIRAMONTI, Guilhermina. **Após os anos 90 novos Eixos de discussão na Política Educacional da America latina.** Nora Krawczyk, Maria Malta Campos (orgs.) O Cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debates. Nora Krawczyk, Maria Malta Campos, 2000

TORRES, Alberto T. **Estado, Privatização e Política Educacional.**In:Gentili, Pablo (org). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Liberalismo em Educação.**12^o Ed. Petrópolis – RJ:Vozes, 1995,p.109 -136.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão da escola.** Brasília, Líber Livro,2009

WELLWER, Wivian; PFAFF, Nicole (orgs.). **Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Sérgio Haddad (Orgs.) Campinas, SP. Autores Associados, 2000 – (coleção educação contemporânea).

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista - Gestores da EEEM João Bento da Costa.

APÊNDICE B - Questionário 2 - Professores

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento/Professor

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento /Gestor

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista - Gestores da EEEM João Bento da Costa.

1. GESTOR (). Data da entrevista
2. Período que atuou na Escola?
3. Formação?
4. Quais os recursos que chegam até a sua escola?
5. Como são gerenciados estes recursos?
6. Quem participa do planejamento das ações em que os recursos devem ser aplicados?
7. O que melhorou na escola em relação a reforma e ampliação no período da sua gestão?
8. Quem é responsável pela prestação de contas dos recursos que chegam até a escola?
9. De acordo com o regimento interno da escola, como você vê a gestão escolar? Como os professores e demais funcionários participam desta gestão?
10. Que tempo é destinado aos professores, dentro de sua carga horária, para o planejamento junto a direção das ações pertinentes a aplicação dos recursos financeiros da escola?
11. Como foi feita a elaboração do PPP, quem participou da construção?
12. Na sua opinião, por que a escola consegue se manter nos primeiros lugares do ENEM em Porto Velho?

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2 – PROFESSORES

- 1 - Nome: (opcional)
- 2 - Formação:
- 3 - Quanto tempo você trabalha na escola?
- 4 - Trabalha em outro local? Quais? Descreva sua carga horária.
- 5 - Você tem conhecimento dos recursos que chegam na sua escola e para que servem?
- 6 - Participou de algum tipo de formação continuada nos últimos 4 anos? quais?
- 7 - Participa do planejamento das ações que são desenvolvidas em sua escola? sim/não? por que?
- 8 - Quanto a elaboração do projeto político pedagógico escolar, você participou de que maneira?
- 9 - Na sua escola possui laboratórios de informática e de ciências, você já utilizou desses locais como suporte didático e pedagógico para suas aulas? Exemplificar;
- 10 - Você tem habilidades com a informática para utilizar os recursos tecnológicos oferecidos pela escola/Seduc?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento/Professor

Caro(a) Professor,

Estamos realizando uma pesquisa de dissertação de mestrado intitulada **Impactos das políticas públicas de financiamento na educação de Rondônia, no período de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho**, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Maciel, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia, para analisar os impactos decorrentes da aplicação dos recursos financeiros em uma escolas de ensino médio de Porto Velho. Para realizar esta pesquisa gostaríamos de convidá-lo(a) a responder este questionário. Salientamos que o conteúdo registrado neste instrumento será mantido sob sigilo, ficando o mesmo arquivado com a pesquisadora, e os dados finais da pesquisa colocados à sua disposição, sendo resguardada a sua identidade. Ressaltamos também que sua participação não envolverá qualquer tipo de despesa e há a possibilidade de não ser respondida qualquer das perguntas formuladas. Se você sente-se suficientemente esclarecido(a) e disposto(a) a participar desta pesquisa, pedimos que, por gentileza, assine este termo de consentimento, que poderá ser retirado a qualquer momento, caso assim o deseje.

Desde já colocamo-nos à inteira disposição (fone: 9296-2254, e-mail: lianamseducacao@gmail.com) para os esclarecimentos que se fizerem necessários durante todo o transcorrer da pesquisa e agradecemos a sua preciosa colaboração.

Atenciosamente,

Liana Silva de Almeida Lima
Pesquisadora responsável

Declaro, após ter lido os esclarecimentos acima explicitados, concordar em participar da pesquisa **“Impactos das políticas públicas de financiamento na educação de Rondônia, no período de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho.”**

Assinatura

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento /Gestor
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gestor/Coordenador

Caro(a) Gestor,

Estamos realizando uma pesquisa de dissertação de mestrado intitulada **Impactos das políticas públicas de financiamento na educação de Rondônia, no período de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho**, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Maciel, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia, para analisar os impactos decorrentes da aplicação dos recursos financeiros em uma escola de ensino médio de Porto Velho. Para realizar esta pesquisa gostaríamos de convidá-lo(a) a responder este questionário. Salientamos que o conteúdo registrado neste instrumento será mantido sob sigilo, ficando o mesmo arquivado com a pesquisadora, e os dados finais da pesquisa colocados à sua disposição, sendo resguardada a sua identidade. Ressaltamos também que sua participação não envolverá qualquer tipo de despesa e há a possibilidade de não ser respondida qualquer das perguntas formuladas. Se você sente-se suficientemente esclarecido(a) e disposto(a) a participar desta pesquisa, pedimos que, por gentileza, assine este termo de consentimento, que poderá ser retirado a qualquer momento, caso assim o deseje.

Desde já colocamo-nos à inteira disposição (fone: 9296-2254, e-mail: lianamseducacao@gmail.com) para os esclarecimentos que se fizerem necessários durante todo o transcorrer da pesquisa e agradecemos a sua preciosa colaboração.

Atenciosamente,

Liana Silva de Almeida Lima

Pesquisadora responsável

Declaro, após ter lido os esclarecimentos acima explicitados, concordar em participar da pesquisa **“Impactos das políticas públicas de financiamento na educação de Rondônia, no período de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho.”**

Assinatura

APÊNDICE E

AO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO /SEDUC

Ao Departamento Administrativo financeiro /SEDUC

LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA, RG 224415-RO, e em conformidade com o Memorando Circular nº 022/2011-GAB/SEDUC, e sendo necessário a análise da transição do FUNDEF para o FUNDEB, vem mui respeitosamente requerer os dados abaixo relacionados, para compor a minha coleta de dados da pesquisa para dissertação intitulada, IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EM PORTO VELHO, 2003/2010: ESTUDO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE PORTO VELHO."

DADOS A SEREM COLETADOS:

- RECURSOS ESTADUAIS INVESTIDO NO ESTADO DE RONDÔNIA NO PERÍODO DE 2003 A 2010
PROAFI, PME- PDE
- RECURSOS FEDERAIS INVESTIDO NO ESTADO DE RONDÔNIA DE 2003 A 2010: PNAE, PDDE
- QUADRO DEMONSTRATIVO DE DETLHAMENTO DE DOTAÇÃO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS:
2003 A 2010 – O QUE FOI ORÇADO E O QUE FOI REALIZADO AO FINAL DE CADA EXERCÍCIO.

Atenciosamente,

RECEBIDO
em: 26/10/11
Vanessa De Oliveira

LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA

Mestranda em Educação

92962254 - 32293322

APÊNDICE F


À Sua Excelência

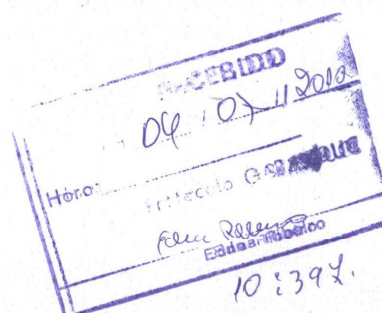
O Senhor Secretário de Estado da Educação

JORGE ALBERTO ELERRAT CANTO

Com o intuito em dar continuidade à pesquisa para o Mestrado Em Educação, cujo tema é "Impacto das políticas de financiamento em Porto Velho, 2007/2010: Estudo comparativo em três escolas Estaduais de Ensino Médio", sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, vem requer de Vossa Excelência, **cópia de documentos em que constem as ações, programas e projetos realizados no período de 2002 a 2010 por esta Secretaria de Estado da Educação.**

Solicitamos ainda, autorização por escrito, para outras coletas de dados, referentes ao tema em estudo, junto às gerencias desta secretaria.


LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA
Prof.ª. Mestranda em Educação
Matrícula: 201011756 - UNIR
Tel.9262-2255



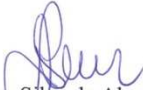
Apênd. F

APÊNDICE G

À SUA EXCELÊNCIA
A SENHORA CONTROLADORA GERAL DO ESTADO
JULIANA FURINI REGINATO
NESTA

Com o intuito de dar continuidade à pesquisa para o Mestrado em Educação, ministrado pela Universidade Federal de Rondônia, cujo o tema é “Impacto das políticas de financiamento em educação: Estudo comparativo em três escolas Estaduais de Ensino Médio de Porto Velho”, sob a orientação do Profº. Dr. Antônio Carlos Maciel, solicitamos de Vossa Excelência cópia dos Demonstrativos da Aplicação dos impostos na Educação no período de 2002 a 2010, dados que serão relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Atenciosamente,


Profª. Liana Silva de Almeida Lima
Mestranda em Educação
Matrícula: 201011756 – UNIR.
I-mail – lianamseducacao@gmail.com

Controladoria Geral do Estado
RECEBIDO
Em 06/01/04
Recebedor DDK
AP - G 9:30 h

APÊNDICE H

AO FUNDESCOLA

Senhora Gerente,

Solicitamos de V. Srª disponibilizar informações e viabilizar o acesso à cópia do Relatório Técnico das Prestações de Contas da EEEM João Bento da Costa, bem como cópia do PDE no período de 2003 a 2010 para composição de coleta de dados à pesquisa intitulada IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EM PORTO VELHO, 2003 A 2010 : O CASO DA ESCOLA JOÃO BENTO DA COSTA.


LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA
Mestranda em Educação
UNIR

Recd. ✓
16/03/2012
Liane/PAAF

AP. H

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Termo de Responsabilidade n.284/2006 – REF. 2005

Anexo B – Termo de Doação – 2006

Anexo C – Termo de Doação – 2007

Anexo D – Termo de Doação – PME 2008

Anexo E– Termo de Doação – PDDE – 2008

Anexo F – Projeto Terceirão da EEEFM João Bento da Costa

Anexo G – Memorando Circular nº022/2011

Anexo H – ofício GAB/SEDUC Nº 195/REN/ZONA SUL/SEDUC.

Anexo A – Termo de Responsabilidade n.284/2006 – REF. 2005

TRABALHO E RESPEITO

DE MATERIAL E PATRIMÔNIO / SEPLAD

Coordenadoria Geral de Controle
de Material e Patrimônio / SEPLAD

COORDENADORIA GERAL DE CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - CGCMP
Termo de Responsabilidade n. 284/2006

P D D E - 2005
Capital

Unidade: EPSG-JOAO BENTO DA COSTA/PVH
Setor:
Nome do Responsável: SUAMY VIVECANANDA L. DE ABREU - CPF: 080.193.712-49
Matrícula: 300023743
Origem: ALM/SEDUC
Obs:

Tomb.	Especificação	Valor
771085	SCANNER - FNDE OK	310,00
771096	MODEM ADSL - FNDE	220,00
771097	MODEM ADSL - FNDE	220,00
771086	TECLADO PADRÃO - FNDE OK	20,00
771087	TECLADO PADRÃO - FNDE OK	20,00
771088	IMPRESSORA - FNDE	270,00
771089	MONITOR 17 - FNDE OK	370,00
771091	ESTABILIZADOR - FNDE OK	40,00
77092	ESTABILIZADOR - FNDE OK	40,00
771090	ESTABILIZADOR NO BREAK - FNDE OK	260,00
771093	DVD MAGNAMOS - FNDE OK	230,00
771094	DVD MAGNAMOS - FNDE OK	230,00
771095	PROJETOR MULTIMÍDIA, ULTRABRILHO (1600ANSI) LUMONS, CONTRASTE (500) PORTÁTIL FUNÇÃO MULTIMÍDIA - ACEITA DVD E VIDEOCASSETE - FNDE OK	4.200,00
Total		6.430,00

Importa o presente TERMO no Valor de R\$ 6.430,00 (Seis Mil e Quatrocentos e Trinta Reais).
Porto Velho-RO, 10 de Fevereiro de 2006

Responsável Patrimônio:

João Soares Moura

Gerente de Material e Patrimônio

Declaro que conferi e recebi o material que trata este TERMO, no valor acima descrito.
Porto Velho-RO, 10 de Fevereiro de 2006

Responsável Recebedor: _____

Declaro que o material que trata este TERMO, no valor acima descrito será por mim transportado.
Porto Velho-RO, 10 de Fevereiro de 2006

Responsável Transporte: _____

Usuário: ROSANA

Anexo B – Termo de Doação – 2006

Anexo II

ANEXO IX

TERMO DE DOAÇÃO

PDDE - 2006
Expositel

Pelo presente instrumento a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES JOÃO BENTO DA COSTA** da Escola **E.E.F.M. JOÃO BENTO DA COSTA**, faz em conformidade com a legislação aplicável do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** e demais normas pertinentes à matéria, a doação dos bens, conforme discriminados abaixo, adquiridos ou produzidos com recursos do referido Programa, à **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela sua guarda e conservação.

Nº ORD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTDE.	NOTA FISCAL		VALOR R\$	
			Nº	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	Liquidificador Industrial 08 LI VISA	01	011179	18/10/06	612,75	612,75
02	Micro sistem Britânia BS 334 Micro sistem Britânia BS 369	01 03	40632 40632	17/10/06 17/10/06	190,00 190,00	190,00 570,00
3	Microcomputador com processador celeron D326 expansível a Pentium 4 e core duo memória ram 512MB, MD806B, 7200RPM gabinete 4 baias com fonte 400w tipo prescott placa mãe com som vídeo e rede 03 slots pcj 6 portas USB drive teclado ABTN mouse ótico e gravador de CD	02	003899	01/11/06	1.520,00	3.040,00
TOTAIS						4.412,75

WALDINEY PAES DA SILVA
NOME DO DIRIGENTE DA UEX.

Waldiney Paes da Silva
ASSINATURA
DIRETOR EXECUTIVO

PORTO VELHO 13/11/06
LOCAL E DATA

Anexo C – termo de Doação – 2007

Anexo III

ANEXO IX

PINÉ 2007
Corr. final

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES JOÃO BENTO DA COSTA da Escola E.E.E.F.M. JOÃO BENTO DA COSTA faz em conformidade com a legislação aplicável do Projeto de Melhoria da Escola (PME) e demais normas pertinentes à matéria, a doação dos bens, conforme discriminados abaixo, adquiridos ou produzidos com recursos do referido Projeto, à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela sua guarda e conservação.

Nº ORD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTDE.	NOTA FISCAL		VALOR R\$	
			Nº	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	Modem ADSL Dlink roteador DSL 500B	01	028338	25/06/08	120,00	120,00
02	Impressora HP Laserjet M1120	01	028338	25/06/08	759,00	759,00
03	Impressora HP Laserjet P1005	01	028338	25/06/08	495,00	495,00
04	Kit Gab. ATX 4x1 XPC Midi ATX Black	01	00916	12/05/08	158,11	158,11
05	MB (on) GB ps Coreduo GA945GCMs2	01	00916	12/05/08	178,00	178,00
06	Proc. Intel Celeron D 326 2.80GHZ	01	00916	12/05/08	215,00	215,00
07	HD 160GB 7200RPM SATA II samsung	01	00916	12/05/08	190,00	190,00
08	Memória 1.0GB DDR2 667MHZ	01	00916	12/05/08	88,00	88,00
09	Gravador DVD RW SATA Sansung black	01	00916	12/05/08	90,00	90,00
10	Monitor 17" LCD Proview preto mult.782kc	01	00916	12/05/08	506,89	506,89
11	NB Amazon A538 Turion 2GB/120HD 14.1" Linux.	01	027553	04/06/08	2.300,00	2.300,00
12	Tela tipo tripé 1.80 x 1.80	01	011917	04/06/08	600,00	600,00
13	Microfone TSI 401SM c/ Cabo	01	04917	06/06/08	98,00	98,00
TOTALS						5.798,00

Waldiney Pafs da Silva
ASSINATURA DA DIRIGENTE DA UEX

WALDINEY PAFS DA SILVA
NOME DA DIRIGENTE DA UEX.

PORTO VELHO 30/09/2008
LOCAL E DATA

Diretor Executivo
A.P.P. E.E.E.F.M. J.B.C.

Anexo D – Termo de Doação – PME 2008

Anexo 4

ANEXO IX

8 M B 2008

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES JOÃO E.E.E.F.M. JOAO BENTO DA COSTA faz em conformidade com a legislação aplicável do Projeto de Melhoria da Escola (PME/2008) e demais normas pertinentes à matéria, a doação dos bens, informe discriminados abaixo, adquiridos ou produzidos com recursos do referido Projeto, à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola :ima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela sua guarda e conservação.

Nº RD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTDE.	NOTA FISCAL		VALOR R\$	
			Nº	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	RACK COLOR SEVILHA 1023 TAB	01	000281	19/03/09	265,18	265,18
02	MICROFONE TSI-401SW COM CABO	03	05751	30/03/09	98,94	296,82
03	SOM PORTÁTIL PB160 PHILCO	02	05751	30/03/09	174,00	348,00
04	MESA REDONDA	01	022820	28/03/09	230,00	230,00
05	TV LCD 42" PHILIPS 3403	01	017812	12/03/09	1.990,00	1.990,00
TOTALS					3.130,00	3.130,00

Waldiney Paes da Silva
 ASSINATURA DA DIRIG. DA UEX

Waldiney Paes da Silva
 Diretor Escolar
 APP - E.E.F.F.M.

WALDINEY PAES DA SILVA
 NOME DA DIRIGENTE DA UEX.

05/06/2009
 LOCAL E DATA

11

Anexo E – Termo de Doação – PDDE – 2008

Anexo PDDE 2008

ANEXO IX

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES JOÃO BENTO DA COSTA da Escola E.E.F.M. JOÃO BENTO DA COSTA, faz em conformidade com a legislação aplicável do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e demais normas pertinentes à matéria, a doação dos bens, conforme discriminados abaixo; adquiridos ou produzidos com recursos do referido Programa, à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela sua guarda e conservação.

Nº RD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTDE.	NOTA FISCAL		VALOR R\$	
			Nº	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	CENTRAL INTELBRAS CONECTA 2/8	01	05196	12/09/08	750,00	750,00
02	QUADRO BRANCO PARA SALA DE AULA	03	0033	29/10/08	310,00	930,00
03	QUADRO BRANCO PARA SALA DE AULA	03	0042	04/12/08	273,40	820,20
OBS: DESCONTO NA NF N° 00033						(-) 32,00
DTAIS						2.468,20

WALDINEY PAES DA SILVA
NOME DO DIRIGENTE DA UEX.

Substância Silva
ASSINATURA PÚBLICA DA UEX

Dirator Executivo
A.P.P. - E.E.F.M. - J.B.C.

ORTO VELHO 31/12/2008
LOCAL E DATA

Anexo F – PROJETO TERCEIRÃO

PROJETO



**TERCEIRÃO
O NA
ESCOLA
PÚBLICA
ESTADUAL
DE
RONDÔNIA**

Anexo G



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

seduc@seduc.ro.gov.br

Rua General Osório, n. 81 - Centro - CEP 78.916-020 - Porto Velho - RO, Fone: (69) 3216 5338/5389 - Fax 3216-5337
MEMORANDO CIRCULAR N. 0022/2011-GAB/SEDUC

Porto Velho, 06 de julho de 2011.

À

GERÊNCIA _____

Assunto: Pesquisa de Mestrado

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos a Vossa Senhoria disponibilizar informações e viabilizar o acesso à cópia de documentos em que constem as ações, programas e projetos realizados por esta Secretaria de Estado da Educação – Seduc, no período de 2002 a 2010, a Liana Silva de Almeida Lima, Professora Mestranda em Educação, matrícula n. 201011756, da Universidade Federal de Rondônia – Unir, para que a mesma possa realizar a coleta de dados à pesquisa intitulada Impacto das políticas de financiamento em Porto Velho, 2007/2010: Estudo comparativo em três escolas estaduais de ensino médio, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel.

Atenciosamente,

JORGE ALBERTO ELARRAT CANTO
Secretário de Estado da Educação



Recepção

Anexo G

Anexo H



Secretaria de
Educação

Representação de Ensino
Zona Sul de Porto Velho



OF. Nº.195 -SP/REN/ZONA SUL/SEDUC

Porto Velho, 08 de Junho de 2011.

A Sua Senhoria

Francisco Rodrigues Lopes

Diretor da E.E.E.F.M. João Bento da Costa


Assunto: Pesquisa de Mestrado.

Senhor Diretor,

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhora, vimos em atenção ao **Ofício Circular nº026/2011-GAB/SEDUC**, datado de 19/04/2011, solicitar que sejam disponibilizadas informações e/ou material de apoio a **Liana Silva de Almeida** de Rondônia, do Programa de Mestrado em Educação, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, objetivando a coleta de dados da pesquisa intitulada **“Impacto dos recursos financeiros na educação em Porto Velho de 2007/2010: Estudo comparativo nas escolas de ensino médio”**, no período de junho e julho do ano em curso.

Sem mais para o momento, registramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Luiz de Souza Barros
Representante de Ensino
Zona Sul – PVH

Portaria Nº012/11/GAB/SEDUC de 12/01/2011

Anexo H

**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO PROFESSOR**

JOÃO BENTO DA COSTA

JANEIRO de 2010.

“Para a Educação cabe a máxima filosófica que o ser humano só cresce quando se propõe a vencer as regras tradicionais estabelecidas, usando a sua criatividade e dinâmica, ousando em rumo ao novo, buscando resolver o problema que as praticas educacionais viciadas não conseguem solucionar.”
(Tio Suamy)

ÍNDICE

- 1 – APRESENTAÇÃO
- 2 – JUSTIFICATIVA
- 3 – OBJETIVOS
- 4 – METAS
- 5 – METODOLOGIA
- 6 – CRONOGRAMA
- 7 – RECURSOS
- 8 – ORÇAMENTO
- 9 – AVALIAÇÃO
- 10 – BIBLIOGRAFIA
- 11 - ANEXOS

PROJETO:

TERCEIRÃO E PRÉ-VESTIBULAR NA ESCOLA PÚBLICA.

1. APRESENTAÇÃO

Em 2001, os professores *José de Arimatéia Dantas, Walfredo Tadeu Vieira da Silva e José do Nazareno Silva* que atuam em escolas estaduais, particulares e pré-vestibulares de Porto Velho – RO, coordenaram uma reunião com a Direção da E.E.E.F.M.J.B.C, na qual levaram a efeito uma série de proposições referentes à implantação do PROJETO TERCEIRÃO na referida escola.

Partindo da preocupação com a formação inadequada de alunos da escola pública que concluem o Ensino Médio e não conseguem ingressar em uma Universidade Federal pela falta de conhecimentos suficientes em igualdade de condição com os outros jovens de classe média que estudam em instituições privadas da cidade, os quais são mais preparados para enfrentar um vestibular. Não afirmando com isso, que na Escola pública não acontece a aprendizagem dos conteúdos ministrados, porém existem alguns aspectos que são cruciais e que contribuem negativamente tornando-se instrumentos dificultadores da mesma, principalmente os de ordem social e que contribuem para a não aprovação do vestibulando. O objetivo maior é fazer os diagnósticos mais precisos da situação, detectar os verdadeiros motivos desta diferenciação e refletir sobre as possíveis soluções para tão injusto quadro.

Diante dos fatos discutidos e, levando-se em consideração que alguns professores da Escola João Bento também lecionam nas escolas particulares da cidade de Porto Velho bem como nos principais cursinhos pré-vestibulares e constatando-se ainda que o ensino oferecido por essas escolas são de preços inacessíveis à maioria dos jovens de baixa renda, nasceu este projeto com o objetivo de valorizar a escola pública no Estado de Rondônia.

Segundo *Casassus 2001* “os processos de aprendizagens desenvolvidos nas escolas e nas salas de aulas podem reverter as dinâmicas das desigualdades. Determinadas praticas de gestão, a vinculação da escola à comunidade, o tipo de pedagogia e principalmente um clima emocional positivo são algumas das áreas que

permitem identificar o que pode ser feito para alterar a produção e a reprodução da desigualdade educacional”.

Esse problema da desigualdade quanto aos resultados na avaliação dos vestibulares devem levar em conta uma reflexão que combinem aspectos sociais, políticos, administrativos e pedagógicos exigindo atitudes de abertura, responsabilidade e sinceridade.

Com um trabalho de boa qualidade oferecido pela escola pública, os jovens de baixa renda terão mais chances de ingressarem na universidade, pois estarão habilitados a enfrentar os novos desafios do século XXI o qual esta sendo chamado de século do conhecimento, com mais saberes aliados à competência tornando-se indispensável para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

Esta é uma das atribuições da escola democrática, que assentada no princípio da igualdade e da liberdade no serviço público, interferindo no quadro das desigualdades buscando através da equidade promover educação com qualidade, direito publico de todos.

2 – JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa propõe também apresentar embasamentos teóricos e legais que nortearam o objeto do Projeto em lide ao tempo em que expõe o ideário intencional identitário da educação proposta pela instituição proponente interessada em sua ação.

Ingressar na universidade pública e conseguir completar a formação superior é hoje, no Brasil, um privilégio de uma minoria da população. O agravamento da crise econômica e, conseqüentemente da desigualdade social no país vem impedindo a realização desse objetivo por muitos jovens em especial das camadas populares. A educação superior não pode ser um privilégio de poucos e sim um direito de todos os brasileiros (as), conforme garante a Constituição Federal Brasileira, embora tal garantia esteja distante do que observamos na prática. O principal percalço, neste sentido, refere-se ao modelo de Ensino Médio adotado nas escolas públicas e as dificuldades inerentes à estrutura, qualificação e preparação adequada aos concursos vestibulares.

Assim, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor João Bento da Costa, com o objetivo de romper a barreira da exclusão para o aluno da Escola Pública em relação à Universidade Federal, buscou a elaboração do

PROJETO TERCEIRÃO, a partir do ano de 2001, numa perspectiva de escola inclusiva oferecendo oportunidades aos alunos de diferentes condições socioeconômicas, culturais, capacidades e interesses. A escola pública deve "tomar alunos despreparados e fazê-los bem preparados, para que possam disputar os mesmos acessos" (Demo, 2003:122).

Sabendo que avançar para estabelecer uma proposta de escola inclusiva não é uma tarefa simples, pois é preciso ter a consciência que existem resistências, contradições e dilemas importantes que dificultam ou mesmo impedem o desenvolvimento de políticas eficazes em prol da inclusão, como cita id.: 122 "Em nosso caso, a escola fundamental, pública, gratuita e universal, está, à revelia, absolutamente focalizada sobre o pobre porque é, como regra, " coisa pobre para pobre". Com isto evita-se o que a elite teme, ou seja, que o pobre, um dia, venha a ter a mesma oportunidade escolar que ele tem no sistema privado".

Nessa visão capitalista de educação PARO faz a seguinte referência:

"Na sociedade capitalista a aula é, de fato, considerada o produto do processo de educação escolar. É a aula, enquanto mercadoria, que se paga no ensino privado. É também a aula que se tem como prestado pela escola (pública ou privada) e que se avalia como boa ou ruim. Todavia, um exame mais acurado irá revelar que a aula consiste tão-somente na atividade que dá origem ao produto do ensino. Ela não é o produto do trabalho, mas o próprio trabalho pedagógico. Uma concepção da educação enquanto relação social que se dá entre sujeitos com iguais condições no domínio da sociedade civil (Gramsci) nos revelará que o produto de tal processo é algo mais complexo do que o suposto por Saviani. Entendida a educação como a apropriação de um saber (conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos etc.) historicamente produzido e a escola como uma das instâncias que provêem educação, a consideração de seu produto não pode restringir-se ao ato de aprender. Neste ato, o educando apropria-se de um saber que a ele é incorporado. Há, portanto, algo que permanece para além do ato de aprender. Neste sentido, o educando não se apresenta unicamente como consumidor. Se se permite a analogia com o mundo da produção

material, o aluno não é apenas consumidor do produto mas também objeto de trabalho. Sua semelhança com o conceito de objeto de trabalho. Sua semelhança com de conceito de objeto de trabalho visto anteriormente faz sentido, na medida em que ele é o verdadeiro objeto “sobre o qual” se processa o trabalho pedagógico e que se “transforma” nesse processo, permanecendo para além dele. As analogias com o processo de produção material, entretanto, não podem ir muito além disso. Enquanto no processo material o objeto de trabalho opõe resistência a sua transformação de forma meramente passiva, a resposta do educando nesse processo se dá de acordo com a sua especificidade humana, que é ao mesmo tempo natural e transcendência do natural. E, pois, uma participação ativa, enquanto ser histórico. Em vista disso, o papel do educando no processo de produção pedagógico se dá não apenas na condição de consumidor e de objeto de trabalho mas também na de sujeito, portanto de “produtor” (ou co-produtor) em atividade. Além disso, no processo material de produção, as modificações imprimidas no objetos de trabalho são de natureza material enquanto a transformação que se dá no processo pedagógico diz respeito a personalidade viva do educando, pela apropriação de conhecimentos, atitudes, valores, habilidades, técnicas etc.” (PARO, 2003, pg. 32)

A respeito do destino que uma instituição educacional deve tomar para melhor contribuir com sua comunidade e antever o sucesso na vida de sua clientela é necessário que se tome por base valores da sociedade capitalista globalizada informatizada para evitar condenar gerações de jovens ao fracasso. Nesse sentido Aranha e Martins reportando-se ao tema propõe:

“A sociedade informatizada precisa garantir o acesso, seleção e controle dos dados a fim de evitar a sua manipulação a serviço do poder. E, em face da constante alteração do mundo, cuidar da “educação permanente” pela qual as pessoas tenham disponíveis a continuidade dos estudos e acesso à informação, ...” (ARANHA, 2004, pg.50).

De sua implantação, implementação e execução o projeto colheu bons resultados, no Concurso Vestibular de 2002 foram aprovados na Universidade Federal de Rondônia 11 (onze alunos), com o Terceirão iniciando no 4º bimestre; em 2003, 18, em de 2004, 29, em 2005, 49, em 2006, 61, em 2007, 72 e finalmente em 2008, 78 alunos concluintes do Ensino Médio foram classificados pela UNIR-RO para iniciarem Cursos Superiores. Ao mesmo tempo mais de 200 alunos foram selecionados para o PROUNI, programa do Governo Federal implantado a partir de 2004, recebendo bolsas de estudo integrais para cursos em faculdades particulares.

Afastados das questões teóricas e entrando no campo da legislação nacional proposta através da LDBN 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio encontramos a seguinte posição:

Sintonizada com as demandas educacionais mais contemporânea e com as iniciativas mais recentes que os sistemas de ensino no mundo todo vem articulando para respondê-las, a LDB busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento dos princípios científicos que presidem a produção moderna e o exercício da cidadania plena, formação ética e autonomia intelectual. Esse equilíbrio entre as finalidades “personalistas” e “produtivistas” requer uma visão unificadora, um esforço para superar os dualismos e ao mesmo tempo diversificar as oportunidades de formação.

Tornar realidade esse Ensino Médio ao mesmo tempo unificando e diversificado vai exigir muito mais do que traçar grades curriculares que mesclam ou justapõem disciplinas científicas e humanidades com pitadas de tecnologia. Tampouco será solução dissimular a formação básica sob o rotulo de disciplinas pseudoprofissionalizantes, como ocorreu após a Lei nº.5.692/71 ou, ao revés, oferecer habilitação profissional disfarçada de “Educação Básica” só porque agora assim mandam as novas diretrizes e bases da educação.

Mais que o conjunto de regras a ser obedecido ou burlado, A LDB é uma convocação que oferece a criatividade e ao empenho dos sistemas e suas escolas a possibilidade de múltiplos arranjos institucionais e curriculares inovadores. E da exploração dessa possibilidade, muito mais que do cumprimento burocrático dos mandamentos legais, que deverão nascer as diferentes formas de organização do Ensino Médio, integradas internamente, diversificadas nas suas formas de inserção no meio sociocultural para atender a um segmento jovem e jovem adulto, cujos itinerários de vida serão cada vez mais imprevisíveis, mas que temos por

responsabilidade banalizar em marcos de maior justiça, igualdade, fraternidade e felicidade.

A resposta a uma convocação dessa natureza exige o diálogo e a busca de consensos sobre os valores, as atitudes, os padrões de conduta e as diretrizes pedagógicas que a mesma LDB propõe como orientadores da jornada, que será longa e cheia de obstáculos. Deter-se sobre o plano axiológico e tentar traduzi-lo em uma doutrina pedagógicas coerente não significa ignorar o operativo, a falta de professores preparados, a precariedade de financiamento. Ao contrário, o esforço doutrinário justifica.....

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O paradigma do conflito em sociologia da educação tem apontado para a estratificação e segmentação dos sistemas educacionais, à imagem e semelhança da estratificação das suas sociedades. A teoria da reprodução apontou para o controle pelos grupos e classes dominantes dos significados legítimos e socialmente mais valorizados que intermedeiam as relações de poder. Desse modo, sob a veste da meritocracia, a escolarização é a base para uma mobilidade social limitada, na qual têm maior vantagem os que possuem capital cultural (BOURDIEU & PASSERON, 1992).

A teoria da correspondência, por sua vez, ainda que com grandes limitações destacou que as relações sociais de produção determinam as relações sociais de educação, de tal modo que resulta em uma socialização diferenciada dos alunos, isto é, alunos destinados a diferentes classes sociais recebem escolaridades de tipos diversos (BOWLES & GINTIS, 1977).

A universidade, se bem entendida, liga-se a um dos patrimônios mais decisivos e profundos da humanidade, que é a habilidade de manejar conhecimento, de um lado, e de formar novas gerações, de outro. Desde sempre, conhecer e aprender foram desideratos entranhados nos seres humanos, porque vê-se neles a oportunidade de fazer e fazer-se oportunidade. Por isso, na atual discussão sobre

“desenvolvimento humano” lastreada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990/2003), o ponto crucial é o desafio de conhecer e aprender, porque são as categorias que melhor fundam a forja da autonomia das pessoas e sociedades.

Um dos horizontes mais importantes é “democratizar” o conhecimento, não no sentido vulgar de considerar conhecimento qualquer discurso popular, mas no sentido crucial de acesso de todos, porque todos têm o direito de emancipar-se pela via da construção da própria autonomia. O conhecimento especializado dificilmente pode popularizar-se, porque sua linguagem é naturalmente sofisticada, supondo grande tirocínio teórico e metodológico para a dominar. Não se trata de prejudicar este horizonte, mas de fazer da universidade o palco privilegiado da formação da cidadania que melhor sabe fincar-se na habilidade de conhecer e aprender. Quando menos, a universidade precisa assumir a qualidade da formação dos professores básicos, para que a sociedade, principalmente nas escolas públicas, possa aprender a aprender, saber pensar e rebelar-se (HOOKS, 1994; SANTO, 2001; BECKER, 2001; 2003).

Sabe-se que historicamente no Brasil o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social do estudante. A educação pode não só constituir um fator de mudança e mobilidade social como também contribuir para a manutenção das desigualdades. Pesquisas educacionais têm demonstrado que alunos oriundos de escolas públicas obtêm mais sucesso nos processos seletivos das instituições de ensino superior privadas, enquanto os provenientes de escolas particulares, em sua maioria, conseguem êxito nos processos seletivos das instituições públicas de ensino superior. A dualidade entre escola privada e escola pública tem sido utilizada para explicar em parte as diferenças de desempenho dos candidatos na seleção à educação superior (BORGES E CARNIELLI, 2005)

Os resultados apresentados permitem-nos concordar com Ribeiro (1988) quando ressalta que “a seletividade escolar não se apresenta como uma questão exclusivamente pedagógica. Pelo contrário, caracteriza-se como uma questão de seletividade social”.

Os cursos preparatórios são mantidos pela iniciativa privada e, em sua maioria, cobram preços elevados. Vahl (1980) ressalta que para obter aprovação no vestibular, freqüentar o cursinho (nome popular dos cursos preparatórios) tornou-se imprescindível. Freqüentá-lo é um indicador de que o candidato tem condições de assumir os seus custos. Daí afirmar que o fator socioeconômico influencia o acesso ao curso superior. Guimarães (1984) registra que os cursinhos tornaram-se, ao longo dos anos, negócios vultosos e só podem freqüentá-los os candidatos que conseguem assumir os altos preços das mensalidades. É contundente ao afirmar que "cursos e colégios fabricam candidatos mesmo sabendo que a maioria deles não vai passar". Vahl, que realizou seus estudos na década de 1970, e Guimarães, na década de 1980, demonstraram que a passagem pelos cursos preparatórios é um dos fatores que contribuem significativamente para a aprovação no vestibular. Esses estudos foram realizados em épocas diferentes, em contextos diversos. Entretanto, os resultados ora apresentados ratificam as conclusões de Vahl e Guimarães, podendo-se afirmar que ainda não há sinalizadores de que, em curto prazo, a exigência do "cursinho" seja extinta para o ingresso nas instituições e cursos superiores mais concorridos.

De acordo com Braga, Peixoto e Bogutchi (2001), verifica-se uma diminuição da fração de candidatos oriundos de estratos sociais de baixa renda para as carreiras de grande prestígio social, pois estes optam pelas carreiras de menor prestígio, menos concorridas. Cardoso (apud AMARAL, 1998), ao abordar a questão de cobrar pelo ensino superior público e discorrer sobre assertivas de que nas universidades públicas predominam estudantes filhos de ricos, porque tiveram acesso à escola fundamental e média organizada pelo setor privado, afirma que a solução seria "melhorar o ensino público em todos os níveis".

Percebe-se que um outro fator importante é a má distribuição de renda no Brasil, que assegura a determinada camada social certos privilégios, entre eles, ofertar aos filhos complementação da formação educacional que a escola regular, mesmo de qualidade, pública ou privada, não oferece e que faz diferença na concorrência para o acesso ao ensino superior aos cursos e instituições mais prestigiados socialmente (BORGES E CARNIELLI, 2005).

O paradigma do conflito em sociologia da educação tem apontado para a estratificação e segmentação dos sistemas educacionais, à imagem e semelhança

da estratificação das suas sociedades. Desse modo, sob a veste da meritocracia, a escolarização é a base para uma mobilidade social limitada, na qual têm maior vantagem os que possuem capital cultural (BOURDIEU & PASSERON, 1992).

A teoria da correspondência, por sua vez, ainda que com grandes limitações destacou que as relações sociais de produção determinam as relações sociais de educação, de tal modo que resulta em uma socialização diferenciada dos alunos, isto é, alunos destinados a diferentes classes sociais recebem escolaridades de tipos diversos (BOWLES & GINTIS, 1977).

Sabe-se que historicamente no Brasil o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social do estudante. A educação pode não só constituir um fator de mudança e mobilidade social como também contribuir para a manutenção das desigualdades. Pesquisas educacionais têm demonstrado que alunos oriundos de escolas públicas obtêm mais sucesso nos processos seletivos das instituições de ensino superior privadas, enquanto os provenientes de escolas particulares, em sua maioria, conseguem êxito nos processos seletivos das instituições públicas de ensino superior. A dualidade entre escola privada e escola pública tem sido utilizada para explicar em parte as diferenças de desempenho dos candidatos na seleção à educação superior (BORGES E CARNIELLI, 2005)

Os resultados apresentados permitem-nos concordar com Ribeiro (1988) quando ressalta que “a seletividade escolar não se apresenta como uma questão exclusivamente pedagógica. Pelo contrário, caracteriza-se como uma questão de seletividade social”.

Os cursos preparatórios são mantidos pela iniciativa privada e, em sua maioria, cobram preços elevados. Vahl (1980) ressalta que para obter aprovação no vestibular, freqüentar o cursinho (nome popular dos cursos preparatórios) tornou-se imprescindível. Freqüentá-lo é um indicador de que o candidato tem condições de assumir os seus custos. Daí afirmar que o fator socioeconômico influencia o acesso ao curso superior. Guimarães (1984) registra que os cursinhos tornaram-se, ao longo dos anos, negócios vultosos e só podem freqüentá-los os candidatos que conseguem assumir os altos preços das mensalidades. É contundente ao afirmar que "cursos e colégios fabricam candidatos mesmo sabendo que a maioria deles

não vai passar". Vahl, que realizou seus estudos na década de 1970, e Guimarães, na década de 1980, demonstraram que a passagem pelos cursos preparatórios é um dos fatores que contribuem significativamente para a aprovação no vestibular. Esses estudos foram realizados em épocas diferentes, em contextos diversos. Entretanto, os resultados ora apresentados ratificam as conclusões de Vahl e Guimarães, podendo-se afirmar que ainda não há sinalizadores de que, em curto prazo, a exigência do "cursinho" seja extinta para o ingresso nas instituições e cursos superiores mais concorridos.

De acordo com Braga, Peixoto e Bogutchi (2001), verifica-se uma diminuição da fração de candidatos oriundos de estratos sociais de baixa renda para as carreiras de grande prestígio social, pois estes optam pelas carreiras de menor prestígio, menos concorridas. Cardoso (apud AMARAL, 1998), ao abordar a questão de cobrar pelo ensino superior público e discorrer sobre assertivas de que nas universidades públicas predominam estudantes filhos de ricos, porque tiveram acesso à escola fundamental e média organizada pelo setor privado, afirma que a solução seria "melhorar o ensino público em todos os níveis".

Percebe-se que um outro fator importante é a má distribuição de renda no Brasil, que assegura a determinada camada social certos privilégios, entre eles, ofertar aos filhos complementação da formação educacional que a escola regular, mesmo de qualidade, pública ou privada, não oferece e que faz diferença na concorrência para o acesso ao ensino superior aos cursos e instituições mais prestigiados socialmente (BORGES E CARNIELLI, 2005).

Diante dos resultados apresentados podemos dizer que o Projeto Terceirão demonstrou de forma cabal o excelente desempenho do trabalho desenvolvido com base nas ações desenvolvidas no decorrer desses anos, proporcionando aos alunos e comunidade da zona sul de Porto Velho uma oportunidade de inclusão social, com continuidade a níveis mais elevados de ensino, cumprindo o que preconiza a Artigo 35 da LDB 9394/96:

"O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade":

I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.”

3. OBJETIVOS:

A) GERAL

Proporcionar condições de estudos aos alunos do Terceiro Ano do Ensino Médio Regular da E.E.E.F.M. Professor João Bento da Costa buscando dar significado e aprofundamento ao conhecimento escolar, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências básicas, superando, assim, a compartimentalização do conhecimento e estimulando o raciocínio, a capacidade de aprender de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, priorizando a ética e o desenvolvimento da cidadania, da autonomia, do pensamento e ingresso na Universidade Federal de Rondônia e nas Faculdades particulares com Bolsas de Estudo Integrais ou Semi-integrais através do PROUNI.

b) ESPECÍFICOS

- Discutir com a comunidade educacional da Escola João Bento da Costa, o nível e qualidade de ensino oferecido pela escola na comunidade;
- Definir com os docentes do Ensino Médio o currículo, práticas pedagógicas que contribuam para uma melhor preparação dos alunos de 1ª e 2ª série do Ensino Médio, diminuindo assim as dificuldades encontradas pelos alunos no 3ª série do Ensino Médio.
- Mostrar que é possível, através de projetos-piloto, priorizar uma educação de qualidade para as comunidades sociais que frequentam a escola pública.
- Criar um espaço de discussão e análise de idéias, valores e modelos de educação de qualidade na escola pública no Estado de Rondônia.

- Proporcionar ao educando um ambiente de estudo que estimule o seu interesse tornando-o capaz de atingir suas metas pessoais;

4. META

Expectativas do projeto – os benefícios que se espera transferir para comunidade

Diante do atual quadro social do país, constatamos com facilidade as diferenças e desigualdades sociais, que são fatores influenciadores do crescimento das desigualdades sociais, uma vez que o estado brasileiro é deficitário quando se refere a promoção de distribuição de renda, serviço de saúde, segurança e educação em todos os níveis de ensino e para todos. Na busca de opções mais práticas que equacionem essa situação, e partindo do princípio da necessidade da prática de compromisso social é que foi elaborado projeto de cunho social com a intenção de promover a inclusão social, através da educação de jovens alunos da zona sul da cidade de Porto Velho.

O principal benefício para a comunidade será oportunizar a melhoria das chances de ingresso na Universidade Federal e em vagas do PROUNI em faculdades particulares, por alunos da rede pública, sem custos adicionais e com a garantia na melhora qualitativa do Ensino Médio oferecido.

5. METODOLOGIA

O currículo do Ensino Médio, concebido segundo a visão da construção social do conhecimento, privilegia o desenvolvimento de competências e habilidades, considerando que o indivíduo estará sendo preparado para enfrentar os desafios do mundo em transformação, quanto mais desenvolver condições para entendê-lo e relacionar-se com o mesmo. Nesse processo, a observação, a análise contextualizada e a interpretação são os pressupostos básicos que permitirão ao aluno organizar, classificar e sistematizar os conhecimentos, observando os princípios da Estética da Sensibilidade, a Política da Igualdade e a Ética da Identidade.

Nesse sentido, a atividade pedagógica é direcionada para o desenvolvimento do como fazer e do saber fazer com a instrumentalização que

permite ao aluno repensar o mundo por meio da leitura crítica das relações estabelecidas e de seu papel no contexto em busca de seus objetivos.

O projeto será realizado em salas com adequação (para atender turmas de 100 alunos), utilizando uma metodologia didática diferenciada de trabalho realizado com turmas de terceira série do Ensino Médio, seguindo as normas educacionais vigentes, além do monitoramento da SEDUC, Representação de Ensino, Direção, Serviço de Orientação Educacional, psicologia e Supervisão.

São utilizados os seguintes recursos pedagógicos: caixa de som com microfone, projetor de multimídia, Revistas, livros de literatura, apostila com provas de Concursos Vestibulares de anos anteriores da UNIR.

5.1 Do Funcionamento do Projeto

Para o funcionamento do Projeto em 2007 a coordenação do mesmo, propõe trabalhar as seguintes disciplinas por semana: Matemática, Português, História, História do Estado de Rondônia, Química, Geografia, Geografia do Estado de Rondônia, Biologia, Arte, Educação Física, Física e Inglês, conforme a Grade Curricular para a 3ª série do Ensino Médio, acrescentando o Espanhol (patrocinado pela APP) que a mesma não contempla, às disciplinas de Matemática e Inglês foram acrescentadas mais uma aula. As aulas serão de segunda a sexta seguindo a Grade Curricular Unificada da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, Segundo a PORTARIA Nº 1001/08-GAB/SEDUC/RO, com grade curricular de 04 aulas diárias de 60 minutos.

Propõem-se também aulas de revisão e plantão tira-dúvidas aos sábados pela manhã. (08:00 às 12:00 horas) aumentando assim de forma considerável o número de dias letivos anuais. (dentro das possibilidades serão oferecidas aulas em período contrário e formação de grupos de estudo, para ampliar a cultura do estudo sistematizado entre os alunos).

As aulas serão ministradas por professores da Secretaria de Estado Educação- SEDUC, lotados na escola, que tenham especialização nas suas respectivas áreas e que estejam preocupados e comprometidos com a qualidade da educação oferecida na escola pública.

O projeto está aberto para todos os alunos matriculados na 3ª série do Ensino Médio Regular, que tenham como objetivo prestar vestibular na Universidade Federal ou em outras Faculdades.

Ao final de cada bimestre será realizado um simulado com a característica da prova do vestibular aplicado pela Universidade Federal de Rondônia, para analisar o aproveitamento do processo ensino-aprendizagem.

Após as avaliações bimestrais os coordenadores do projeto reunir-se-ão para a análise da parte já ministrada e quais os novos rumos e setores que merecem estímulos, com finalidade de assegurar o avanço contínuo das atividades propostas e busca de melhoria na qualidade do ensino oferecido.

Alguns procedimentos deverão ser praticados pelos professores do “TERCEIRÃO” para desenvolver um ambiente adequado de aprendizagem, tais como:

- _ exigir dos alunos que explicitem os pensamentos que utilizaram para responder às questões;
- _ implementar sugestões para que se vá adiante nos raciocínios iniciados;
- _ admitir e estimular outros caminhos que possam ser sugeridos pela comunidade escolar.

5.2 Execução Do Projeto.

A execução do projeto TERCEIRÃO/PRÉ-VESTIBULAR dependerá de uma equipe de coordenação composta da seguinte forma: Diretor e Vice-direção, Supervisores Pedagógicos, Psicólogo, Orientadores Educacionais e os Professores idealizadores e ministrantes de aulas.

O projeto será realizado em salas com adequação (para atender turmas de 100 alunos), utilizando uma metodologia didática diferenciada de trabalho realizado com turmas de terceira série do Ensino Médio, seguindo as normas educacionais vigentes, além do monitoramento da SEDUC, Representação de Ensino, Direção, Serviço de Orientação Educacional, psicologia e Supervisão. São utilizados os seguintes recursos pedagógicos: caixa de som com microfone, projetor de multimídia, Revistas, livros de literatura, TIRA TEIMA(resumão) , apostila com provas de Concursos Vestibulares de anos anteriores da UNIR.

Desde 2003, ano de implementação do projeto, não existem registros de ocorrência de problemas de ordem disciplinar com os alunos, os mesmos têm-se mostrados receptivos, contribuindo assim para o sucesso das aulas, os casos mais específicos o SOE resolve com os pais.

Foi instituído desde 2003, uma Coordenação Pedagógica para o TERCEIRÃO, tendo em vista, as atividades complementares realizadas nos horários da manhã e noite, a saber:

- Aulas de revisão e plantão de dúvidas;
- Seminários e palestras (palestrantes de Instituições parceiras);
- Exibição de vídeos (filmes, documentários, etc).
- Visitas às instituições de ensino superior organizadas pela coordenação do projeto.
- Aulas extras fora das dependências das Escola, entre outras que julgarem necessários.

Diante do exposto, é necessária a disponibilidade de carga horária flexível para os professores coordenadores do projeto, com rígida fiscalização dos setores competentes da SEDUC e da Direção do Estabelecimento de Ensino.

A programação dos conteúdos será selecionada de acordo com a ementa de conteúdos divulgada pelo edital da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, buscando melhor adequação para o bom desempenho dos educandos nos concursos vestibulares. O material didático ficara a critério do professor de sua respectiva ares, indicando as referencia bibliográficas básicas desde que não fuja do conteúdo programado pela UNIR, que para projeto institui-se com ementa oficial.

Os alunos terão aulas semanais distribuídas em quatro tempos de aulas de modulo-alua de uma hora. As aulas de Educação Física ocorrerão no sábado a tarde.

Para efeito de promoções os alunos serão avaliados conforme proposta da Escola prevista em Projeto Pedagógica e Regimento interna da escola, assim como os demais alunos matriculados.

Para efeito de promoções ao alunos serão avaliados conforme proposta da Escola prevista em Projeto Pedagógico e Regimento interna da escola. Sendo que instrumentos de avaliações utilizadas serão provas parciais, bimestrais e redações

individuais, distribuídas em média de quatro por bimestre, totalizando dez pontos além do simulado que ocorre um em cada bimestre que serão computados como pontos extras com incentivos aos alunos.

6. CRONOGRAMA DE AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

No decorrer do ano letivo de 2008, serão desenvolvidas as seguintes atividades para fortalecimento do Projeto Terceirão:

- c) Criação de sala de estudos, com material específico para atendimento do docente pré-vestibulando;
- d) Utilização da ementa do edital da Universidade Federal de Rondônia, como suporte do conteúdo programático e da adequação para o bom desempenho dos educandos nos concursos vestibulares;
- e) Otimização da TV- ESCOLA como apoio pedagógico-didático;
- f) Utilização do semanário “JORNAL DO VESTIBULANDO” da Folha Dirigida como apoio didático na resolução de exercícios de universidades de todo o país;
- g) Participação do serviço de Psicologia e Orientação Educacional no trabalho de acompanhamento vocacional, bem como orientações sobre o mercado de trabalho;
- h) Aquisição de assinatura da Revista Veja na Escola para reforço literário/sócio-econômico de atualidades.
- i) Os educandos serão subordinados as normas do regimento interno da escola;
- j) As avaliações serão realizadas de acordo com o regimento interno da escola, aproveitamento em sala, freqüência do aluno, recuperação e Exame Final. Os alunos desta série serão avaliados pelo sistema de prova individual distribuída em média de quatro por bimestre ou em mais se houver necessidade, totalizando 10,0 pontos, sendo desenvolvidos cinco simulados durante o ano atribuídos pontos extras na somatória da nota bimestral.
- k) O material didático ficará a critério do professor de sua respectiva área, seguindo o conteúdo programado pela UNIR, que para o projeto institui-se com ementa oficial.
- l) A freqüência será controlada pelos professores em sala.

- m) Assinatura do Jornal do Vestibulando, semanalmente com questões de vestibulares das principais Universidades brasileiras.
- n) Realização de campanha para arrecadação monetária, visando inscrição dos alunos do projeto no Vestibular UNIR e assinatura da revista VEJA.
- o) Implantação do site da Escola para divulgação do projeto e das atividades desenvolvidas pela Escola.

7. RECURSOS

O Projeto TERCEIRÃO apresenta um orçamento com baixo custo, uma vez que o corpo docente bem como os técnicos envolvidos pertencem ao quadro efetivo do Governo do Estado de Rondônia vinculados à Secretaria de Estado da Educação.

Apesar disso, o projeto necessitará de recursos complementares para aquisição dos seguintes materiais de consumo escolar:

Xerox;

Revistas (Veja na Escola);

Jornais;

Projetor de multimídia

Laboratório de Informática

TV e DVD

Livros paradidáticos;

Livros literários indicados para o vestibular / UNIR ;

Criação de uma videoteca;

Criação de um Site Educativo para a E.E.F.M.J.B.C.

8. ORÇAMENTO – PLANO DE APLICAÇÃO

O projeto Terceirao apresenta um orçamento com baixo custo, uma vez que o corpo docente, bem como os técnicos e profissionais envolvidos pertencem ao quadro efetivo do Governo do estado de Rondônia vinculados SEDUC.

Apesar do exposto, o projeto necessita de recurso completares para aquisição dos seguintes materiais de consumo escolar:

- Cópias para simulado;

- Assinatura da Revista (Veja na Sala de Aula)
- Jornais;
- Manutenção do Projeto de Multimídias
- Laboratório de Informática
- DVD e CD;
- Livros paradidáticos;
- Livros literários indicados para vestibular;UNIR/ENEM;
- Criação de uma videoteca;

9. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Avaliar os alunos que integraram o 'PROJETO TERCEIRÃO', e a qualidade do ensino-aprendizagem oferecido por este projeto, será o grande desafio a ser assumido por todos os envolvidos nesse processo, diretos ou indiretamente. Essa visão implica em um compromisso em favor de uma prática pedagógica democrática, que conduza o aluno a pensar e a construir seu saber de forma independente, criativa, crítica, consciente e solidária. Avaliação deste acontecerá constantemente em processo dando uma flexibilidade em reprogramar ações caso seja necessária e corrigir as falhas que por ventura surgirem.

EMENTA:

OBSERVAÇÃO: Seguem anexos os programas exigidos no Vestibular 2007 da Universidade Federal de Rondônia que servirão como instrumento de observação para serem trabalhados pelos professores que ministrarão aulas no TERCEIRÃO.

PLANO DE CURSO:

LÍNGUA PORTUGUESA (dentro da Ementa de Língua Portuguesa estão inseridos os conteúdos de Literatura):

OBJETIVO GERAL:

Compreender e utilizar a Língua Portuguesa, inserida na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, como instrumento de comunicação e de negociação da vida social em relação à estrutura de idéias, à manifestação da identidade e do pensamento em meio ao dialogismo permanente de diferentes linguagens e códigos, permitindo, assim, o desenvolvimento do aluno por meio de diversas situações de interação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Estimular o aluno a elaborar criticamente idéias, raciocínios e opiniões sobre situações de diferentes naturezas, expressando as idéias de modo estruturado, coerente e claro conforme as situações em que devem ser elaboradas.

_ Reconhecer a língua como veículo de interação e comunicação, fazendo uso das várias possibilidades de abordagens textual, diferenciando texto(s) de contexto(s), mas compreendendo suas inter-relações.

_ Identificar e mediar conhecimentos produzidos/adquiridos por meio da interação social, organizados e apresentados pela língua e/ ou por outras formas de linguagem a fim de preparar sujeitos conscientes do discurso que utilizam.

CONTEÚDO: Ver anexo.

HISTÓRIA:

OBJETIVO GERAL:

_ Promover a compreensão das múltiplas possibilidades existentes nas diferentes sociedades, forma dos processos e das relações que se estabelecem entre grupos humanos, na diversidade de tempos e espaços: a partir da experiência do indivíduo e suas perspectivas de desenvolvimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Propiciar, por meio dos conhecimentos históricos, uma base para a construção da cidadania, redimensionando os aspectos da vida em sociedade e o papel do indivíduo nessa transformação.

_ Desenvolver, mediante abordagem temática, os principais pontos do processo histórico, incentivando trabalhos de pesquisa a partir do uso de diferentes fontes e linguagens.

_ Promover a identificação das semelhanças e das diferenças, das mudanças e das permanências nos processos históricos.

CONTEÚDO: Ver anexo.

LÍNGUA INGLESA:

OBJETIVO GERAL:

_ Capacitar o aluno a entender, falar, ler e escrever para que ele possa se comunicar em diferentes situações, propiciando-lhe o acesso ao conhecimento em vários níveis e no uso de tecnologias avançadas, e desenvolvendo nele a competência lingüística que lhe permita continuar aprendendo para aperfeiçoamento e atualização de sua formação profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Capacitar o aluno a escolher o vocabulário adequado, utilizando a língua em situações diárias como meio de comunicação oral e escrita.

_ Capacitar o aluno a ler e compreender textos de caráter literário, científico e técnico, valorizando a leitura como meio de obter informações e ampliar conhecimentos.

_ Propiciar e consolidar no aluno sua capacidade de comunicação por textos e diálogos, substituindo palavras, expressões ou estruturas oracionais por outras equivalentes quanto ao sentido.

CONTEÚDO: Ver anexo.

LINGUA ESPANHOLA:

OBJETIVO GERAL:

_ Reconhecer no aprendizado da língua espanhola um meio de superação individual, de crescimento profissional e social no mundo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Demonstrar, ao empregar a língua espanhola, competência gramatical e sociolingüística tanto na comunicação oral como escrita, facilitando a produção de diversos textos espontâneos.

_ Alcançar níveis de compreensão em língua espanhola, nos âmbitos oral e escrito, que permitam uma efetiva participação do indivíduo em diferentes atividades e contextos que o requeiram.

_ Sistematizar estruturas lingüísticas, vocabulário e funções de linguagem aprendidos, explorando-os em situação real de comunicação oral e escrita.

CONTEÚDO: Ver anexo.

FÍSICA:

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver no aluno o gosto pela investigação e pela compreensão de fenômenos naturais, estimulando-se a encontrar soluções para problemas ambientais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Propiciar ao aluno a capacidade de identificar e reconhecer problemas próprios de seu contexto.

_ Estimular a busca de alternativas viáveis de solução mediante a compreensão dos fenômenos naturais e sua relação com o desenvolvimento tecnológico.

_ Promover a curiosidade com vistas à identificação das transformações que se produzem nas atividades humanas e ambientais.

CONTEÚDO: Ver anexo.

BIOLOGIA:

OBJETIVO GERAL:

Oportunizar a formação de cidadãos conscientes do seu papel em todos os setores da vida, exercendo sua cidadania com plenitude, estimulando a curiosidade, promovendo a investigação e a experimentação, com a ruptura de dogmas, segundo os paradigmas científicos, abrangendo os seres vivos em todos os seus aspectos, conscientizando o ser humano como co-responsável pela manutenção da dinâmica

da vida, tomando como base os princípios filosóficos, epistemológicos, educacionais e pedagógicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Relacionar os conceitos e os símbolos da Biologia para estruturar o pensamento e o raciocínio científico com autonomia, interatividade e sensibilidade, empregando as linguagens e seus códigos, no desenvolvimento do conhecimento ao longo do processo do projeto político-pedagógico da escola.

_ Utilizar noções e conceitos da Biologia para construção de argumentações críticas e tomadas de decisões frente a situações-problema.

_ Compreender a Biologia como ciência, entendendo como ela se desenvolve em um processo histórico contínuo, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.

CONTEÚDO: Ver anexo.

MATEMÁTICA:

OBJETIVO GERAL:

Reconhecer o caráter formativo, instrumental, científico, ético e tecnológico da Matemática, incentivando a criação de espaços para reflexão, compreensão e investigação de um saber fazer e de em saber aprender que venha resgatar a dimensão humana do conhecimento matemático no desenvolvimento de ações sobre a realidade sócio-cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Tornar relevante o conhecimento presente na realidade social do educando como parte integrante de suas raízes culturais, na construção de significados que o ajudem a desenvolver o seu potencial, o ensinem a pensar e o levem para uma aprendizagem significativa.

_ Desenvolver o pensamento lógico-demonstrativo na formação intelectual do educando e o exercício criativo da intuição, da imaginação e dos raciocínios por indução e analogia.

_ Dotar o educando do instrumental necessário para o estudo das outras ciências, desenvolvendo iniciativa e segurança para aplica-las a diferentes contextos.

CONTEÚDO: Ver anexo.

GEOGRAFIA

OBJETIVO GERAL:

Estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar e do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalhar com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Possibilitar ao aluno a análise e a compreensão do mundo em que vive, de modo a posicionar-se criticamente.

_ Considerar os fenômenos ligados ao espaço, reconhecendo-os não apenas a partir da dicotomia sociedade-natureza, mas tomando-os como produto das relações que orientam seu cotidiano, definem seu “lócus espacial” e o interligam a outros conjuntos espaciais.

_ Analisar a posição do Brasil no contexto internacional como um país periférico e as implicações que esse posicionamento ocasiona no processo de sua organização.

_ Formar cidadãos que sejam capazes de trabalhar com novas idéias e interpretações em escala, em que o local e o global definem-se numa verdadeira rede que comunica pessoas e funções.

CONTEÚDO: Ver anexo.

QUÍMICA:

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver no aluno a compreensão das transformações químicas de forma abrangente e integrada, a estreita relação dos processos químicos com as aplicações tecnológicas, suas implicações ambientais, sociais, políticas, e econômicas, levando-o a julgar, com fundamentos, as informações advindas da

tradição cultural, da mídia e da própria escola e a tomar decisões como indivíduo e cidadão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

_ Desenvolver uma visão integrada dos processos que ocorrem na natureza, levando o educando a se ver como participante de um mundo em constante transformação.

_ Desenvolver a capacidade de relacionar o conhecimento químico com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas.

_ Desenvolver habilidades referentes ao conhecimento de tendências e relações, a partir de dados experimentais, de raciocínio proporcional, bem como de leitura e construção de tabelas e gráficos.

CONTEÚDO: Ver anexo.

X - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Lei Nº 9394/96. Brasília.1998.

DEMO, Pedro. A nova LDB: Raízes e avanços. Campinas, SP: Papirus,1997.

Pobreza da Pobreza. Petrópolis,RJ: Vozes,2003

EDITAL 2003. -Fundação Universidade Federal de Rondônia.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra,1999.

FRIGOTTO,Gaudêncio. A produtividade da escola improdutivo: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. _5.ed. – São Paulo: Cortez,1999.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez/Autores Associados,1980.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa._ 3.ed._ São Paulo: Atlas,1991.

MEC, Parâmetros curriculares nacionais Ensino Médio.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SALTO PARA O FUTURO: Um olhar sobre a escola / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

_____.Projetos e ambientes inovadores. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, seed. 2000.

_____. Reflexões sobre a educação no próximo milênio. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed. 2000.

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE AULAS EXTRAS SEMANAIS

Nº	DISCIPLINA	Nº AULAS/SEMANAIS
1	BIOLOGIA	02
2	MATEMÁTICA	02
3	FISICA	02
4	QUIMICA	02
5	HIST. RONDONIA	01
6	GEO. RONDONIA	01
7	REDAÇÃO/QUESTÕES DISCURSIVAS	02

OBS.: As aulas ao ministradas nos seguintes dias:

segunda-feira - quarta-feira – sábado - das 8h as 12h

ANEXO 01 – 2007

TERCEIRÃO E.E.E.M.F.M.J.B.C – ATIVIDADES EXTRA

- Realização de aulas extras em trinta e dois sábados letivos;
- Aulas extras nos feriados municipais, estaduais e nacionais;
- Realização de simulados nos quatro bimestrais anuais;
- Realização de aulas experimentais e práticas nas disciplinas de física, química e biologia;
- Realização de aulas complementares de física, química, matemática, espanhol e literatura;
- Realização de aulas de História e Geografia Regional no barco escola;
- Exibição de filmes sobre o Timor Leste, nas Cinzas da Floresta, Globalização e Blocos Econômicos, Meio Ambiente Brasileiro e a 1492 a Descoberta do Paraíso;
- Realização de palestras sobre auto estima, rotina de estudos, atualidades, profissões, empreendedorismo;
- Aulas experimentais para construção de materiais demonstrativos do corpo humano genética, zoologia e botânica;
- Realização do aulão de revisão de véspera;
- Realização de visitas a UFRO e Faculdades particulares.

ANEXO Nº 02

MELHORIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICO PARA O ANO LETIVO 2007

- Apoio da Direção Escolar no encaminhamento na resolução de questões técnico-pedagógica;
 - Apoio da Supervisão Escolar no acompanhamento técnico-pedagógico do corpo docente e discente;
 - Criação do calendário específico para o Terceirão;
 - Construção dos tabladros de alvenaria nas salas do Terceirão;
 - Construção e equipagem do laboratório de física, química e biologia;
 - Recebimento de livros paradidáticos de História e Geografia Regional;
 - Chegada de material didático das últimas provas da UFRO e Tira-teima para serem utilizados em 2007;
 - Liberação de xerox para provas e apostilas;
 - Apoio da orientação escolar na relação escola-família;
- 2 Distribuição de apostilas das disciplinas de Historio Geral e Regional, Geografia Geral e Regional, Biologia, Física e Química.
 - 3 Dinamizar a comunicação entre a Escola e família dos alunos.
 - 4 Promover atividades extras curriculares com objetivo de melhorar o aproveitamento do aluno;

ANEXO Nº05
PROPOSTAS DE MELHORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICO PARA O ANO LETIVO
2007

- Aquisição de novos equipamentos para o laboratório de ciências exatas e biológicas;
- Campanha para aquisição de livros para enriquecimento do acervo cultural da biblioteca, além de melhorias na infra-estrutura física da mesma;
- Convênio com a Universidade Federal de Rondônia para um maior intercâmbio entre os discentes estagiários da Universidade e a E.E.F.M.J.B.C;
- Aquisição de kit áudio visual com TV e DVD para melhoramento das aulas no Terceirão;
- Implantação de uma videoteca de apoio didático aos alunos do Terceirão;
- Manutenção de SITE EDUCATIVO para divulgar material pedagógico e cultural para incentivar a aprendizagem dos jovens do ensino médio;
- Buscar parceria com a iniciativa privada empresarial ou física para ajudar a os jovens carentes da comunidade educativa;
- Buscar convênio com um jornal de circulação diária para divulgar semanalmente matérias relacionadas ao vestibular;
- Buscar parceria com as Faculdades Particulares com o objetivo de conseguir bolsa-estudo para jovens carentes que não conseguirem ingressar na Universidade Federal;
- Assinatura da veja em sala de aula.

Diretor da Escola João Bento da Costa
Suamy V. Lacerda de Abreu.

Vice-diretora:
Elba C. Barbosa

PROFESSORES IDEALIZADORES.

José de Arimatéia Dantas
José do Nazareno Silva
Walfredo Tadeu Vieira da Silva